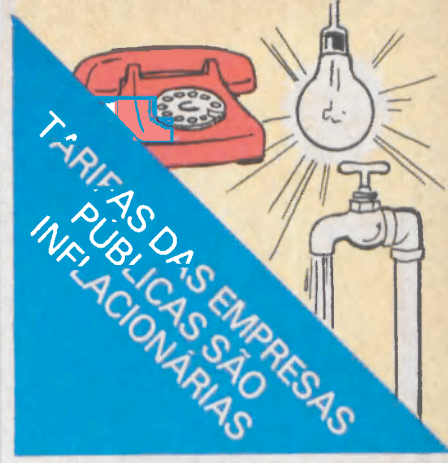


*Edição*

# RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios  
ANO X — Nº. 110 — MARÇO/80 — Cr\$ 60,00



BALANÇO DO 1º ANO DE LAVOISIER MAIA

## GOVERNO SÓ FEZ POLÍTICA



Y=

*Albuquerque*

# CONSÓRCIO GRANORTE

— SÉRIE "A" PONDERADO —



\* 36 meses sem entrada, sem juros ou correção monetária

\* Mensalmente, um carro por sorteio e outro por lance.

\* Seu carro é entregue sem avalista e não exigimos seguro

\* Carro usado de qualquer marca vale como lance.

\* O veículo é entregue pelo preço de fábrica

\* Liberamos os carros de reserva de domínio



**Você pode optar por qualquer carro da linha Ford.**

CORCEL COUPÉ

CORCEL LDO

FORD F-75

CORCEL SEDAN

BELINA

FORD F-100

CORCEL GT

GALAXIE

FORD F-4000

## Granorte

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA

Rua Presidente Bandeira, 656-A - Alecrim - Fones (084) 222-6788 - 231-4586 - 59.000 - Natal-RN.

# RN/ECONÔMICO

Revista Mensal para Homens & Negócios

## Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Toledo

Marcelo Fernandes de Oliveira

## Diretor-Adjunto

Pedro Simões Neto

## Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

## Redatores

Aderson França

José Ari

Paulo de Souza Lima

Petit das Virgens

## Correspondente em Mossoró

Emery Costa

## Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

## Fotografias

João Garcia de Lucena

## Fotocomposição e Montagem

Fortunato Gonçalves

Gonçalo Henrique de Lima

## Departamento de Assinaturas

Vanda Fernandes

## Capa

Luiz Pinheiro

## Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbot Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascardo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista Mensal especializada em assuntos econômicos-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08288320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. Composição e Impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 60,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 400,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 80,00.

## DA MESA DO EDITOR



O governo só fez política. A matéria de capa aborda a principal meta do governo Lavoisier Maia, concluindo que até em política o governo tem acumulado uma série de fracassos. A desburocratização está chegando ao RN? Os secretários de Administração do Estado e da Prefeitura de Natal acham que os princípios de delegação de competência e distribuição racional de tarefas, conduzem à simplificação do processo administrativo e consequentemente à desburocratização.

O custo de vida em Natal é agora apurado pelo IDEC, que amostra, nesta edição, os principais itens que aceleraram os índices do custo de vida. Os serviços públicos são os componentes que mais oneram o custo de vida da população de baixa e média renda - esta a conclusão da reportagem "Tarifas do Serviço Público são Inflacionárias". Na mesma conjuntura recessiva, a construção civil fica na expectativa.

Em resposta direta ao *capitalismo selvagem*, sem nenhuma ética, os natalenses criaram a Associação de Proteção ao Consumidor, entidade que procurará coibir o abuso dos produtores e comerciantes inescrupulosos.

## RN ECONÔMICO

BALANÇO DO 11.º ANO DE LAVOISIER MAIA

### GOVERNO SÓ FEZ POLÍTICA



Salários, nova emergência, análise do setor industrial, o casuismo e a incerteza da administração federal, são alguns dos temas abordados pelos articulistas de RN/Econômico. Nesta edição, ainda recomendamos a leitura das matérias sobre Economia & Legislação e de nossas habituais seções — Homens & Empresas, Olho Vivo, RN/Consumo e Agenda do Empresário.

A mesa da temática regional e nacional, está posta, nas páginas de sua revista, com cardápio variado. Sirva-se.

### MATÉRIA DE CAPA

Primeiro aniversário da administração LM  
Governo só fez política ..... 6

### GOVERNO E POLÍTICA

— A desburocratização chegou ao RN? ..... 16  
— Serviços públicos oneram custo de vida ..... 12  
— Previdência Social no RN é deficitária ..... 31

### AGROPECUÁRIA

— Ducampo e Fazenda Bahia: agora unidas em benefício da agropecuária do RN ..... 26

### EDUCAÇÃO

Ensino básico é deficiente ..... 42

### CONJUNTURA

— Custo de vida em Natal ..... 28  
— Abastecimento: A ação da COBAL ..... 24  
— Consumidores natalenses têm Associação ..... 20  
— Construção civil em expectativa.. 37  
— Equídeo: espécie em extinção.... 54

### SEÇÕES

— Oeste Econômico ..... 51  
Agenda do Empresário ..... 57  
Informação Econômica ..... 61  
Olho Vivo ..... 34  
RN/Consumo ..... 66  
Homens & Empresas ..... 4

### ARTIGOS

Paulo Pereira dos Santos  
— A tendência da pressão salarial dos Sindicatos sobre a inflação brasileira ..... 62  
Joventina Simões Oliveira  
— Loteamentos: nova Lei ..... 64  
Pedro Simões Neto  
— Brasil 80: Entre o casuismo e a incerteza ..... 46

Sidney Marques Fonseca  
— Tratamento diferenciado... até quando? ..... 52

### DEPOIMENTO

Roosevelt Garcia  
— Diretrizes para uma política de desenvolvimento industrial..... 58

## CDI JÁ APROVOU PROJETO DO RN/JORNAL

O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) do Ministério da Indústria e Comércio aprovou em sua última reunião o projeto da **Editora RN/ECONÔMICO Ltda.** que visa a importação de uma impressora rotativa **Harris**, dos Estados Unidos, com a finalidade de imprimir um novo jornal diário em Natal: o **RN/JORNAL**. Dentro de poucos meses o moderno equipamento offset estará sendo despachado pelo fabricante norte-americano.

## TRATORES FORD EM NOVA LOJA

Dentro de algumas semanas a **Granorte Veículos e Peças Ltda.**, revendedora exclusiva em Natal dos automóveis e tratores da marca **Ford**, instalará a sua seção especializada em máquinas e implementos agrícolas em novo endereço: avenida **Salgado Filho**, onde até recentemente funcionou a **Distribuidora de Automóveis Seridó**. O prédio, com quase dois mil metros de área construída, centralizará os serviços de venda de tratores e de peças como também os serviços de manutenção e assistência técnica. No atual endereço, a **Granorte** ficará exclusivamente com a linha de carros e utilitários e com a sua oficina autorizada. Diante do índice de crescimento dos negócios, a diretoria da empresa já planeja dar início à construção de sua sede própria, às margens da BR-101, nas proximidades da fábrica da **Alpargatas Confecções**.

## NATAL TERÁ ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS IMOBILIÁRIAS

Encabeçadas pelo engenheiro **José Walter de Carvalho**, diretor da **CERTA** (Construções Civas e Industriais Ltda.), já estão sendo feitas as primeiras movimentações para a criação em Natal da **ADEMI** (Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias), entidade que congregará os empresários do ramo da construção civil com empreendimentos no setor habitacional, como também incorporadores e corretores. O **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte**, numa de suas últimas assembleias, indicou por aclamação os engenheiros **José Walter** e **Mário Roberto Barreto** para coordenarem a criação da **ADEMI**. Os trabalhos desenvolvidos por eles já garantem, até agora, a participação de mais de 30 empresas na nova entidade de classe, que até junho estará legalmente constituída.



Paulo de Paula

## MAIS UMA LOJA GALVÃO MESQUITA

**Paulo Vasconcelos de Paula**, diretor-presidente da firma **Galvão Mesquita Ferragens S/A**, anuncia a abertura em maio de mais uma grande loja de material para construção do seu grupo, em Natal, desta feita no bairro de **Lagoa Seca**. Será uma loja com 1.200 metros quadrados de área de vendas, situada à **avenida Presidente Bandeira**, no prédio onde funcionou a **Bonsucesso**, empresa que se dedicava ao mesmo ramo. **Paulo** pretende, com esta nova loja de **Galvão Mesquita**, ampliar o leque de opções para quem constrói, assegurando maiores facilidades de atendimento, de estacionamento e novas linhas de produtos. Por outro lado, também no mês de maio, o grupo **Galvão Mesquita** lançará no mercado natalense uma nova marca de laje pré-moldada: a laje **GALMES**.

## RÁDIO NORDESTE CONTINUA LÍDER

Depois de arrebatar da **Rádio Cabugi** a liderança de audiência que esta emissora detinha há quase vinte anos no Rio Grande do Norte, a **Rádio Nordeste** de Natal está conseguindo manter um nível de programação que vem agradando a todas as classes sociais, a ponto da mais recente pesquisa do **IBOPE** tê-la apontado como a emissora mais ouvida em todas as camadas da população, especialmente nas Classes A e B. No **cômputo Geral**, a **Rádio Nordeste** teve oito pontos de vantagens sobre a sua concorrente mais próxima.

## TEXITA JÁ PRODUZ FIOS DE ALGODÃO

A **TEXITA** — Indústria Têxtil Tangará Paulo, já está produzindo em caráter experimental mais de 20 toneladas por mês de fios cardados de algodão, devendo porém, até junho, alcançar a meta das 100 toneladas/mês. Toda a produção atual está sendo consumida pelo **Cotonifício Guilherme Giorgi**, indústria de tecelagem pertencente ao mesmo grupo, com sede no Estado de São Paulo. No momento, a **TEXITA** já possui 102 empregados no setor têxtil, e a sua direção vem realizando um constante trabalho de seleção e formação de pessoal visando elevar o quadro de empregados para 400 pessoas, até meados deste ano.

No momento, a fábrica — localizada às margens da BR-101, no município de **Eduardo Gomes** — ainda está em obras, recebendo a implantação da central de ar condicionado, e mesmo assim já alcança um elevado índice de produtividade. Quando estiver concluída, a indústria terá 7.200 metros quadrados de área de produção e 600 metros quadrados de escritórios, além de restaurante próprio para seus empregados. Numa segunda etapa, ela será ampliada. E para tanto, o grupo **Giorgi** já está cuidando de elaborar novo projeto para remeter à **SUDENE**. À frente da **TEXITA** em Natal, estão **Mário Alberto de Lima Reis Coutinho** (diretor-técnico) e **Pedro Luiz Reketis** (gerente administrativo e financeiro).

## LUIS CARLOS EXECUTA PROJETO TURÍSTICO

**Luis Carlos Abbott Galvão**, um dos empresários que primeiro acreditou na indústria do turismo em Natal, implantando na década de 70 uma das mais sofisticadas casas noturnas que a cidade já possuiu - a boate "**Hippie Drive-In**" - e dirigindo atualmente o "**Kazarão**", um bar refinado que ao mesmo tempo funciona algumas vezes como casa de espetáculos artísticos, parte agora para realizar um velho sonho: implantar um projeto integrado no setor do turismo. Para tanto, ele arrendou à **EM-PROTURN** o **Bosque dos Namorados**, onde explorará um restaurante de luxo, uma boate, um bar, além de uma sorveteria, ao mesmo tempo que implantará ali o primeiro **Zoológico** de Natal. O restaurante será inaugurado dentro de algumas semanas. O **Zoológico** estará pronto para ser visitado no dia 12 de outubro, o **Dia da Criança**.

# HOMENS & EMPRESAS

## SCBEU CONSTRÓI SUA SEDE PRÓPRIA

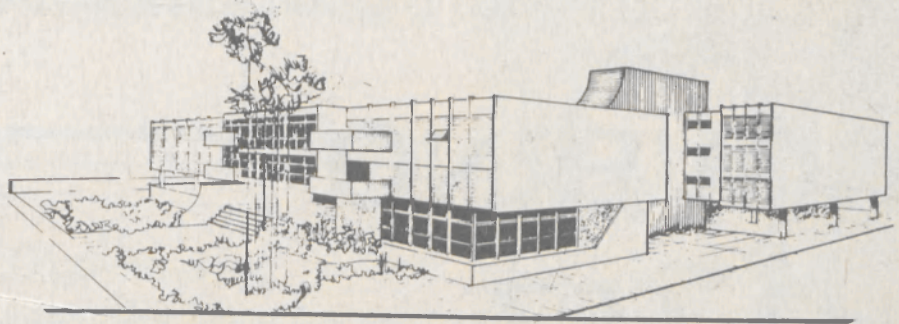
Lúcio da Silveira Brandão, diretor-executivo da **Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos**, determinou o início das obras de construção da sede própria da mais tradicional escola de inglês e centro de difusão da cultura americana em Natal, que atende hoje a mais de três mil alunos. O edifício em que funcionará a nova **SCBEU** ficará situado em terreno de 3.100 metros quadrados, com frente para a rua Joaquim Manoel, no bairro de Petrópolis. Como se sabe, a escola vinha funcionando desde 1959 em instalações emprestadas pelo governo americano, na rua Getúlio Vargas. Mas, como estas foram vendidas em 1978 à **ECOCIL** a **SCBEU** foi forçada a partir para a construção de sua nova sede, pois até o final de 1981 deverá entregar as atuais instalações.

## ALUÍZIO ALVES FICA COM 25 POR CENTO DA UEB

O ex-governador **Aluízio Alves**, dirigente do **Partido Popular** no Rio Grande do Norte e do grupo **UEB (União de Empresas Brasileiras)**, aceitou o acordo para a divisão do "bolo" da **UEB** e terminou ficando com uma fatia correspondente a 25 por cento das ações das empresas **Indústria Têxtil Seridó S/A**, **Sparta Confecções do Nordeste S/A**, **Ducal Palace Hotel** e **Incarton -- Indústria de Cartonagens S/A**, que por sinal agora deixaram de fazer parte do grupo **UEB** e passam a se denominar **Indústrias Reunidas S/A**, tendo como acionistas majoritários o general **Afonso de Albuquerque Lima** e o seu filho **Fernando de Albuquerque Lima**. Ainda não se conhecem com exatidão os planos futuros da nova sociedade, mas continuam insistentes os rumores em torno da venda das empresas a terceiros. **José Luiz Moreira de Souza**, o cabeça do grupo **UEB**, preferiu - com esse acordo com **Aluízio** - se retirar da chamada "aventura nordestina".

## JOÃO OLÍMPIO ABRE MAIS UMA EMPRESA

**João Olímpio Maia**, dirigente do grupo **J. Olímpio** que mantém uma das principais cadeias de lojas de móveis e eletrodomésticos de Natal, parte agora para mais um empreendimento, desta feita do ramo de decorações. Para tanto, ele criou a empresa **JOCIL Decorações -- Indústria e Comércio**, com sede à rua Trairi, 350, especializada no comércio e instalação de carpetes, alcatifas, cortinas e revestimentos nobres. A loja possui, ainda, um departamento de quadros e molduras.



## EDIFÍCIO GRÉCIA QUASE TODO VENDIDO

O **Edifício Grécia**, com 10 apartamentos, já pode ser considerado mais um empreendimento vitorioso da **CERTA -- Construções Cíveis e Industriais Ltda.**, pois embora ainda falem seis meses para a sua conclusão ele já está quase todo vendido. **José Walter de Carvalho**, diretor da empresa

construtora, informa que o ritmo das obras já está mais adiantado do que o previsto, o que assegura para outubro a entrega dos apartamentos aos adquirentes. O **Edifício Grécia** fica na rua da Saudade, a poucos metros da avenida Salgado Filho.



**José Leopoldo**

## BANCO DO BRASIL INAUGURA MAIS AGÊNCIAS

O **Banco do Brasil S/A**, dentro do seu plano de expansão no Rio Grande do Norte, inaugurou em abril mais três agências no Estado, nas cidades de Santana do Matos, Carnaúbas e Jucurutu. Assim, o **BB** passará a contar com 25 agências entre nós, três das quais em Natal, sem falar nos 18 postos avançados já em funcionamento nas principais zonas de agricultura e pecuária do Estado. **José Leopoldo de Souza**, Superintendente do Banco, fez esta comunicação durante visita especial à redação de **RN/ECONÔMICO**. Nos próximos meses, ainda serão abertos mais 11 postos avançados no interior.



**Carlos Leite**

## PORTO DE NATAL SE TORNA LUCRATIVO

Depois de muitas décadas de prejuízos, de desorganização e de descaso, o porto de Natal de repente começa a mudar para melhor. Obras de melhoria que de há muito eram necessárias ao seu bom funcionamento passaram a ser executadas. Um número maior de navios começa a fazer escala em Natal. Mais firmas importadoras ou exportadoras procuram o serviço de transporte marítimo. E, no fim de tudo, a **Administração do Porto** chegou a alcançar no exercício de 1979 um lucro líquido de Cr\$ 7 milhões. **Carlos Leite de Sales**, que está à frente do órgão nesta nova fase, promete muitas outras providências para este ano.

BALANÇO DO 1º ANO DE LAVOISIER MAIA

# GOVERNO SÓ FEZ POLÍTICA



## Primeiro aniversário da administração Lavoisier Maia.

Se o governador Lavoisier Maia tivesse dedicado à administração o mesmo espírito de luta e, pelo menos, a metade do tempo que destinou ao proselitismo político e aos problemas partidários, certamente o resultado da pesquisa de opinião pública feita pelo Instituto Gallup teria sido diferente. Segundo a pesquisa, o nosso governador possui a imagem mais desgastada de quantos governadores foram apresentados ao julgamento público em 15 outros Estados brasileiros. Uma boa parcela dos norte-riograndenses chega mesmo a considerá-lo despreparado para o cargo que exerce, fato que implica na institucionalização, entre nós, de uma crise de confiança no governante.

A quem acompanha o desempenho administrativo do Palácio Potengi, em verdade, a má imagem do atual governo não surpreende. Afinal, nesses 12 meses de administração, Lavoisier acumulou tantas derrotas políticas e foi de tão pouca sorte que nada pôde realizar que o engrandecesse aos olhos dos seus governados.

### O QUE COMEÇA MAL

Quando foi escolhido pelo ex-presidente Geisel para suceder, no governo do Rio Grande do Norte, ao primo Tarcísio Maia, Lavoisier Maia Sobrinho em vez de ter como primeira preocupação programar o seu trabalho administrativo, desviou-se - por força da conjuntura de então - para a política eleitoral. Naquele instante se punha em jogo, em todo o país, a força e o prestígio da ARENA - o partido oficial, o porta-voz da revolução, a base de apoio ao sistema. E a orientação de Brasília deixava claro que não seria admissível uma derrota dos candidatos arenistas nas urnas, em 15 de novembro. Havia a disputa de uma vaga no Senado por via direta, ou seja, um pleito majoritário a ser decidido. E se temia a repetição do

O governador Lavoisier Maia é o mais impopular dentre os governantes apresentados ao julgamento público, em todo o país, pelo Instituto Gallup.

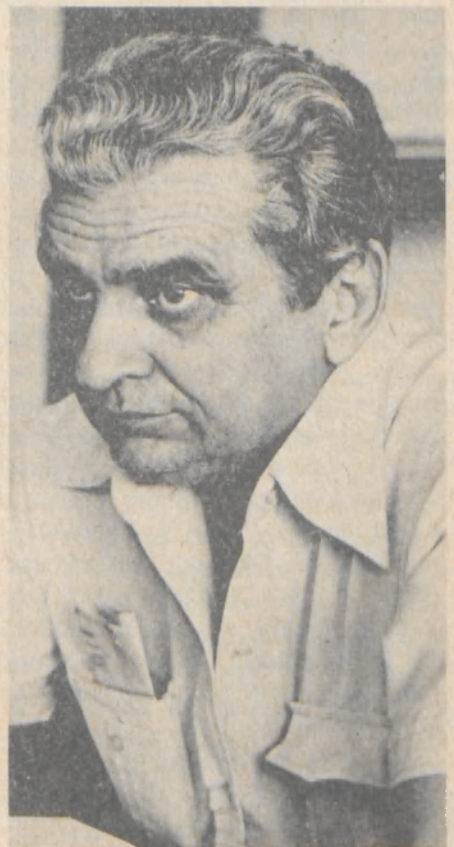
fenômeno de 1974, quando o então inexpressivo MDB conseguira furar o bloqueio governista e captar a maioria do voto popular, não só no Rio Grande do Norte, mas em quase todos os Estados.

Bafejados pelo prestígio brasileiro e deslumbrados com o exercício do poder absoluto, os membros da família Maia apelaram para retribuir sobejamente as benesses obtidas dos poderosos do Planalto. Assim, não mediram esforços para garantir à ARENA uma vitória fácil, tranquila, arrasadora sobre o MDB, acontecimento que - no entender deles - seria uma prova convincente de que o povo estava com o governo e, por extensão, com Tarcísio e Lavoisier.

Com Tarcísio no governo, mas também fazendo campanha para o candidato a senador pela ARENA; com Lavoisier já ungido sucessor; e ainda com a garantia da adesão das forças oposicionistas mais organizadas, ou seja, do ex-governador Aluizio Alves, ficou fácil arrebatar as lideranças políticas do meio rural. Tarcísio nas praças públicas fazia a apologia da sua pálida administração, sendo aplaudido e abraçado por Aluizio. Lavoisier, perante a classe



LM só fez política



AA foi posto no "gelo" pelo esquema dos Maia e pretende uma revanche.

política, garantia a continuação do estilo do seu primo e acenava com o prestígio oficial para quem ficasse ao seu lado. Aos que não o atendessem, o governo "voltaria as costas", daria tratamento "a pão e água".

A vitória veio consolidar entre os Maia um sentimento de superioridade que os fez esquecer e desprezar as técnicas do diálogo, de entendimento, da transigência, da humildade, reconhecidas universalmente como as mais eficazes no exercício da política. Para eles, o melhor método passou a ser espezinhar o inimigo, exigir-lhe submissão, rendição incondicional, covardia. E se o inimigo não aceitasse o jogo, pior para ele...

### O INIMIGO ERA DINARTE

Lavoisier Maia assumiu o governo em 15 de março de 1979. Teve, antes disso, muitos meses para traçar planos para a sua administração. Mas como ele só fazia política partidária 24 horas por dia (hábito do qual ainda não se desfez), o tempo foi curto. Na sua caderneta de anotações constavam apenas algumas obras prometidas a alguns prefeitos do interior em troca de votos, e nada mais. A sua administração - dizia ele - seria a continuação da do seu primo. E isto era tudo. Os cargos de confiança do governador, tais como as secretarias de Estado e as diretrizes das empresas de economia mista, foram repartidos entre os componentes do chamado "sistema de forças amigas que elegeu o senador Jessé Freire", ficando de fora todos os políticos e técnicos ligados a outros grupos políticos arenistas, tais como os liderados por Dinarte Mariz, Vingt Rosado ou Djalma Marinho. Por sinal, o "dinartismo" e o "Rosadismo" foram imediatamente eleitos como inimigos do Palácio Potengi.

A meta indisfarçável de Lavoisier Maia nesse primeiro ano de governo foi a de criar no Rio Grande do Norte, além do "dinartismo" e do "a'uizismo", uma terceira grande força eleitoral - o "tarcisismo" -, se possível com o aniquilamento das



Dinarte ganha todas as disputas no âmbito federal.

duas primeiras. Nesse jogo, embora não passe de amador, ele tem demonstrando possuir muito fôlego e muito peito. Onde outros métodos de aliciamento não asseguram a obtenção de adesões, ele tem empregado a pressão da máquina administrativa como meio de alcançar resultados.

Porém, os inimigos não são estúpidos e não se intimidaram com a truculência. Dinarte Mariz, por exemplo, com um mandato de senador até 1986 e com muita influência no plano federal, dispôs-se a enfrentar em campo aberto o seu antigo liderado que de repente lhe voltou as costas. E manejando com segurança os seus trunfos, até hoje não pode se

queixar de ter perdido sequer uma parada para o eventual ocupante do Palácio Potengi. Com rara infelicidade, a cada luta que trava com o velho senador no plano federal, o governador torna público (ou deixa subentendido) que, se for preterido, se considerará desmoralizado. Foi assim no episódio da sucessão na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando levou a melhor Diógenes da Cunha Lima, candidato a reitor indicado por Dinarte. Também foi assim na escolha dos dirigentes dos órgãos da previdência social no Estado, e em tantas outras ocasiões. Falta agora, apenas, a definição em torno da lista dos



membros da comissão provisória do Partido Democrático Social, para se caracterizar - ou não a pouca importância política de Lavoisier em Brasília.

### DESTRUINDO O ALUIZISMO

Se contra o senador Dinarte Mariz o poder de fogo do governador Lavoisier Maia tem sido absolutamente nulo, o mesmo não pode dizer das suas sutis investidas contra o grupo de Aluizio Alves. A esta altura, embora nem esteja ainda criado oficialmente, o novo partido da revolução - o PDS -, graças ao empenho pessoal do chefe do Executivo, conta no Rio Grande do Norte com nada menos de 140 prefeitos (no Estado existem apenas 149 prefeituras) em suas fileiras, sem falar na grande maioria dos líderes políticos detentores de redutos eleitorais expressivos. É verdade que, como sucedâneo e herdeiro legítimo da extinta ARENA, o PDS já teria, logicamente, a vantagem de congregar a maioria política deste Estado sem oposição. Mas Lavoisier aproveitou-se habilmente da máquina administrativa para seduzir ou aliciar algumas ovelhas desgarradas do velho e inseguro MDB oferecendo-lhes o pasto farto e doce da mesa governamental. Quem mais se incomodou com a incursão do governador aos rebanhos alheios foi a família Alves, que já se sente traída pelos Maia. Explica-se a ira aluizista: de fato, quase todos os ex-emedebistas atraídos para o PDS são remanescentes da casa dos Alves, o que sem dúvida enfraquece e esfacela a propalada liderança política de Aluizio. Sem outros instrumentos para se defender dos Maia, os Alves parecem dispostos agora a usar o ataque como arma de defesa. Por isso, o jornal "Tribuna do Norte" e as emissoras de rádio de propriedade de Aluizio já começam a desencadear uma ampla campanha de desmoralização do governo de Lavoisier e da administração de José Agripino Maia na Prefeitura de Natal, culpando os dois pelos mais variados problemas sociais encontrados em nosso meio pobre e subdesenvolvido.



Tarcísio é o grande mentor e líder da corrente "Tarcisista".

Aqui e ali, os Alves já chegam mesmo a insinuar a prática da corrupção pelos governantes, reeditando aos poucos o mesmo processo que empreenderam para destruir politicamente o ex-governador Cortez Pereira.

### COM AS RÉDEAS DO PODER

O "tarcisismo", que tem como guru o ex-governador Tarcísio Maia e como cavalo-de-batalha o atual governador, disputa apenas com o "dinartismo" o comando das ações políticas dentro do PDS. Tem-se mais ou menos como certeza que, quem de fato tiver esse comando no momento certo, elegerá o futuro governador do Estado, pois os partidos de oposição se encontram divididos e enfraquecidos e não oferecem teoricamente, grande perigo num pleito majoritário. O "tarcisismo" já vem, desde algum tempo, trabalhando o nome do prefeito de Natal, José Agripino Maia, para sucessor do seu primo Lavoisier. Mas o "dinartismo" não está desa-

tento quanto ao futuro, e já tem um nome na algibeira: o reitor da UFRN, Diógenes da Cunha Lima.

As escaramuças dentro do PDS, que ainda nem nasceu perante a lei, são, portanto, plenamente compreensíveis. De um lado, os Maia tentam a todo custo garantir o comando da comissão executiva do partido, mesmo que esta seja apenas uma comissão provisória. Mas estão encontrando em Dinarte Mariz uma barreira difícil de ser removida. Este, com argumentos lógicos de que a comissão deve ser composta pelas lideranças mais expressivas, tais como os senadores, deputados federais e deputados estaduais mais votados, luta em Brasília contra a consumação de um plano que visa assegurar a Lavoisier o controle absoluto do partido, a partir da indicação de uma comissão formada por pessoas comprometidas com os Maia.

### QUE DIZER DA ADMINISTRAÇÃO?

— Que administração? — poderiam perguntar os anti-tarcisistas,

que são exatamente os que acusam o governador Lavoisier Maia de despreparado para o cargo e os que criticam impiedosamente a pouca movimentação administrativa do atual governo. Realmente, o poder público estadual passa por um momento de crise e a sua ação morosa, insuficiente, mal programada, tem deixado muito a desejar. Desta forma, as críticas ganham corpo velozmente e se difundem na opinião pública sem que ninguém, nem mesmo os fruidores do poder, tenha ânimo de levantar a voz em defesa do governante.

Os péssimos resultados da pesquisa de opinião pública feita pelo Gallup, dando conta da impopularidade de Lavoisier Maia, são portanto e fáceis de entender. Enfim, o primeiro ano do seu governo foi marcado mais pelo fracasso do que pelo sucesso. As derrotas políticas que sofreu; as suas indefinições partidárias; as alianças mal-explicadas; o poder exercido de forma coercitiva; tudo isso são questões que refletem de modo muito negativo aos olhos da comunidade.

A pouca ação administrativa no primeiro ano de governo é explicável: 1º.) houve falta de recursos, interna e externamente, tanto por causa da queda da receita do ICM quanto por culpa da política econômica nacional projetada por Delfim Netto, que limitou os programas de obras públicas federais; 2º.) a equipe de Lavoisier teve necessidade de "arrumar a casa" e de elaborar suas metas, adaptando-as aos interesses políticos do Palácio Potengi; 3º.) o golpe violento da seca no interior do Estado, destruindo a lavoura e a pecuária, e gerando problemas sociais graves; 4º.) a falta de apoio de Brasília. Estes fatores, entre outros, explicam a recessão do poder público no Estado na gestão de Lavoisier Maia. Explicam, mas não justificam, pois o povo sempre espera que os seus governantes sejam capazes de vencer as adversidades na luta pelo bem comum. Quando esta capacidade não é revelada, a imagem do administrador se desgasta. No caso local, foi simplesmente o que aconteceu.



Agripino é o candidato do "Tarcisismo" ao governo do Estado...

...mas Diógenes pode acabar com o sonho do Prefeito de Natal.



# Um símbolo de confiança!

A posição de destaque que Queiroz Oliveira alcançou no comércio de materiais para

construção no Rio Grande do Norte não foi conquistada por acaso. É o resultado de uma longa e difícil caminhada de

18 anos, durante a qual a empresa tem

conseguido manter uma filosofia de profundo respeito ao consumidor, de lealdade aos fornecedores, de permanente assistência profissional

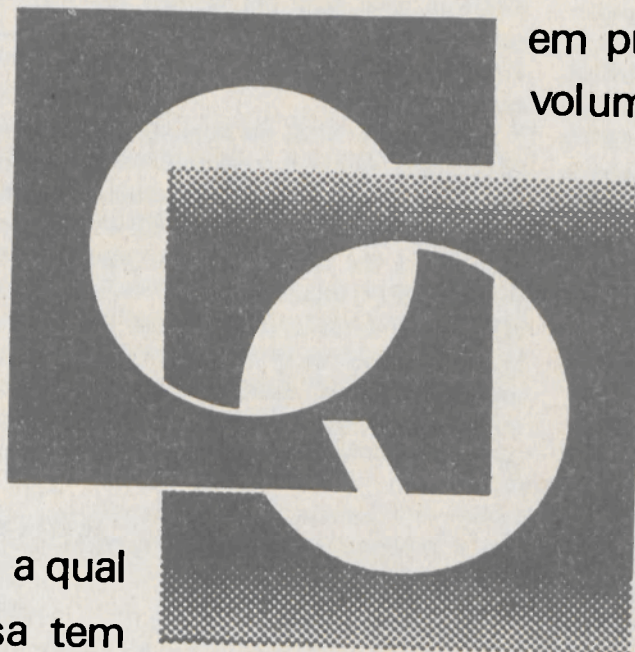
e social aos funcionários, e ainda de rigorosa correção para com o fisco. Estamos

em primeiro lugar em volume de recolhimento

de ICM, entre as firmas do nosso ramo, o que significa dizer que estamos vendendo mais.

Para nós, isto é

a confirmação de que estamos no caminho certo; e de que a nossa meta original de transmitir confiança está sendo firmemente alcançada.



**QUEIROZ OLIVEIRA**  
**Materiais para Construção Ltda.**

**CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI**

## SERVIÇOS PÚBLICOS ONERAM CUSTO DE VIDA

*Os natalenses apontam as tarifas dos serviços essenciais à comunidade, como dos maiores responsáveis pelo custo de vida. E argumentam sobre a ineficiência desses serviços, desautorizando-os, inclusive, a pretender reajustes periódicos.*

No orçamento doméstico do natalense, o ítem que mais vem pesando ao final de cada mês é o que corresponde aos serviços públicos. Nas opiniões de profissionais liberais, consumidores industriais e donas de casa de várias classes, a má qualidade com que são prestados os serviços públicos não justifica o aumento constante em suas tarifas, e tais reajustes são em geral grande parte responsáveis pelo constante aumento do custo de vida em Natal.

**INEFICIÊNCIA** — Em Natal, as reclamações continuam constantes: é a água que falta, é a precariedade da rede de esgotos, os cortes constantes de eletricidade que prejudicam as indústrias, o comércio e o consumidor comum. Enfim, são serviços de qualidade inferior os oferecidos à população a preços cada dia mais elevados.

O acúmulo das reclamações é uma constante. E para se ver livre delas, algumas empresas, como a CAERN, por exemplo, chegaram a inventar a cobrança de uma taxa aos reclamantes, procurando a todo custo impedir o consumidor de externar sua insatisfação com relação às mazelas dos serviços públicos, e ainda, constituir para si, uma nova fonte de arrecadação. A CAERN num só mês, chegou a arrecadar cerca de Cr\$ 40 mil, somente com a taxa de Cr\$ 16,00 cobrada por cada reclamação feita.

*"O Consumidor industrial é um eterno prejudicado"* - afirma Carlos

Lima, proprietário da Clima Artes Gráficas, que acha em sentido geral, totalmente ineficientes os serviços públicos prestados pelas concessionárias.

No ponto de vista da dona de casa de classe média, o serviço que vem sendo mais deficiente é o de fornecimento de energia elétrica. Eliane Magalhães da Silva - rua Miguel Arcanjo, 2011, bairro de Lagoa Nova, afirma que as constantes quedas de energia na sua rua têm causado inúmeros prejuízos, como ocorreu no mês passado, quando por conta desse problema teve queimadas a sua

geladeira e seu televisor colorido, num prejuízo de mais de Cr\$ 10 mil, sem que exista qualquer ressarcimento por parte da Companhia responsável. *"Ressalte-se ainda - afirma Eliane - que somente em uma semana, quatro pessoas na minha rua foram prejudicadas com eletrodomésticos queimados, por força das subidas constantes ou quedas bruscas da energia"*.

Para Tânia Maria Souza de Azevedo, residente a rua Cataquases, 4994 - conjunto Pirangí, a CAERN não está cumprindo bem a sua função, pois a falta d'água é uma constante, sem avisos antecipados nem justificativa. *"Se colocassem avisos pelos jornais e nas emissoras de rádio, ainda poderíamos nos prevenir, acumulando água em jarras e tambores; mas a água falta de repente e pega todos de surpresa, causando sérios problemas"*.

Dentre as principais deficiências dos serviços públicos, são apontadas: o excesso de burocracia no atendimento às solicitações dos usuários; os cortes constantes no fornecimento de energia, quase sempre sem aviso prévio; irregularidade no fornecimento da água com constantes



Para Carlos Lima - o consumidor industrial é um eterno prejudicado.

**Quedas constantes de energia, danificam eletrodomésticos**  
**Tarifas dos serviços públicos consomem cerca de 20% do orçamento doméstico de uma família de classe média.**

faltas, sem comunicação nem justificativa da CAERN; ineficiência e displicência da maioria dos empregados dessas empresas e a falta de atenção por parte de dirigentes e empregados àqueles que necessitam dos serviços dessas empresas, ou mesmo de uma simples informação.

Em meio a tantas reclamações um elogio à TELERN: *“É ainda o mais eficiente serviço. Sempre que vai ocorrer qualquer problema, a Companhia avisa antecipadamente aos usuários de telefones, por comunicações em rádio e Jornal. Apesar de ser um serviço de preço que considero elevado, ainda assim pagamos sem transtornos”* - afirma Eliane Magalhães.

**EXPLORAÇÃO PELO GOVERNO**  
 — Com relação à exploração desses serviços públicos por parte de empresas particulares, a opinião geral é de que com o Governo esses serviços têm maiores condições de serem executados. Na opinião de Zoraide Melo, odontóloga da Clínica Solon Galvão, *“O Governo é quem deve administrar os serviços essenciais, como água, eletricidade, telecomunicações. Mas para dar uma boa assistência aos usuários desses ser-*

*viços, é preciso que se tenha em cada uma das empresas bons administradores”*.

Com esta opinião também concorda o industrial Carlos Lima, que vai mais além: *“É plenamente justificável a exploração desses serviços por parte do Governo. Todavia, deveria haver um trabalho de base, a partir da seleção do pessoal, quando deveria ser mostrada, antes de tudo, a obrigatoriedade de um desempenho sério e responsável, sob pena de demissão sumária. Da maneira como está, vai ser difícil se conseguir eficiência numa empresa onde a maioria dos empregados não cumpre com o seu dever”*.

**CUSTO DE VIDA** — O custo de vida justifica o aumento das tarifas? Ou os reajustes das tarifas é que produzem o aumento do Custo de Vida? Essas são perguntas que se vem formulando sem chegar-se a um denominador comum. Para Zoraide Melo, esses constantes aumentos das tarifas vêm servindo de base para a subida do custo de vida em nossa Capital. Com esta opinião estão de acordo também, as donas de casa de classe média e aqueles que moram na periferia, como também o con-

sumidor industrial. Um deles, Carlos Lima, afirma: *“De maneira nenhuma o aumento do custo de vida poderá servir de justificativa para os aumentos consecutivos das tarifas. Hoje, o Governo é o principal responsável por exorbitantes aumentos, notadamente as taxas de água, luz, telefone, etc”*.

A verdade é que, da parte do Governo, ninguém explica nada, ninguém justifica os aumentos: sequer se argumenta que tais aumentos são decorrentes da busca de eficiência desses serviços, o que seria até justificável, considerando-se a má qualidade dos serviços prestados.

Sob todos os pontos de vista, na opinião geral dos usuários dos serviços prestados pelas empresas fornecedoras de água, luz e telefone, etc., não existe justificativa para o aumento das tarifas nos serviços públicos. Na hora em que o Governo investe rigorosamente contra a especulação de preços, através de uma política de controle rígido, nada seria mais certo que aplicar esses mesmos critérios no custo dos serviços públicos e, com muito mais razão, pois é discutível a perspectiva de lucratividade nas empresas públicas - e é só lucros o que eles vêm apresentando em seus balanços anuais.



**CHRIS - MÓVEIS Decorações**

REPRESENTANTE EXCLUSIVO DOS MÓVEIS **escriba**







Programas de móveis para escritórios:

qualidade, bom senso e racionalidade

Av. Hermes da Fonseca, 1174 — Fone: 231-2733 — Tirol — Natal-RN.

Na verdade, no orçamento de todos os consumidores públicos oneram sobremaneira. Carlos Lima, por exemplo, consumidor industrial, gasta em média, em sua pequena indústria, Cr\$ 40 mil por mês, afora os prejuízos que lhes são causados, notadamente pela falta constante de energia, em determinadas horas, quando a produção fica prejudicada. Na Clínica Solon Galvão, onde segundo informes da dentista Zoraide Melo, as despesas giram em torno de Cr\$ 22 mil mensais, qualquer falta d'água ou de energia, e também de comunicação telefônica, traz enormes prejuízos, uma vez que inúmeras pessoas deixam de ser atendidas.

A dona de casa também sente o problema. Eliane Magalhães da Silva, fazendo o somatório das despesas de água, luz, telefone, verifica que 10% do seu orçamento é empregado nessas despesas, sem contar com determinados meses em que a essas despesas são acrescidas ainda às de imposto predial, taxa de lixo, e outras.

Moradora do conjunto Pirangi, Tânia Maria de Souza Azevedo (rua Cataquases, 4994) tem nada menos do que 20% do seu salário comprometido com os gastos com serviços públicos e como muitas outras, não é servida com eficiência pelas empresas que exploram esses serviços.

**AUMENTOS** — Os percentuais de aumentos nas taxas dos serviços de água, luz e telefone são geralmente elevados. Em 1978, o KW de energia distribuída pela COSERN sofreu três majorações: de Cr\$ 0,42 para 0,56, e para 0,98. Em 1972, novamente três aumentos foram efetivados: Cr\$ 1,57 em janeiro - Cr\$ 1,86 em setembro e Cr\$ 2,87 em dezembro, sendo este último aumento num percentual de quase 100%.

Em relação a água, acontece o mesmo: quem pagava em 1978 taxa mínima de Cr\$ 20, passou a pagar Cr\$ 30, em meados do ano, e terminou o ano pagando Cr\$ 60,00.



“A Telern ainda tem o serviço mais eficiente, apesar de tudo” - opina **Eliane Magalhães**.



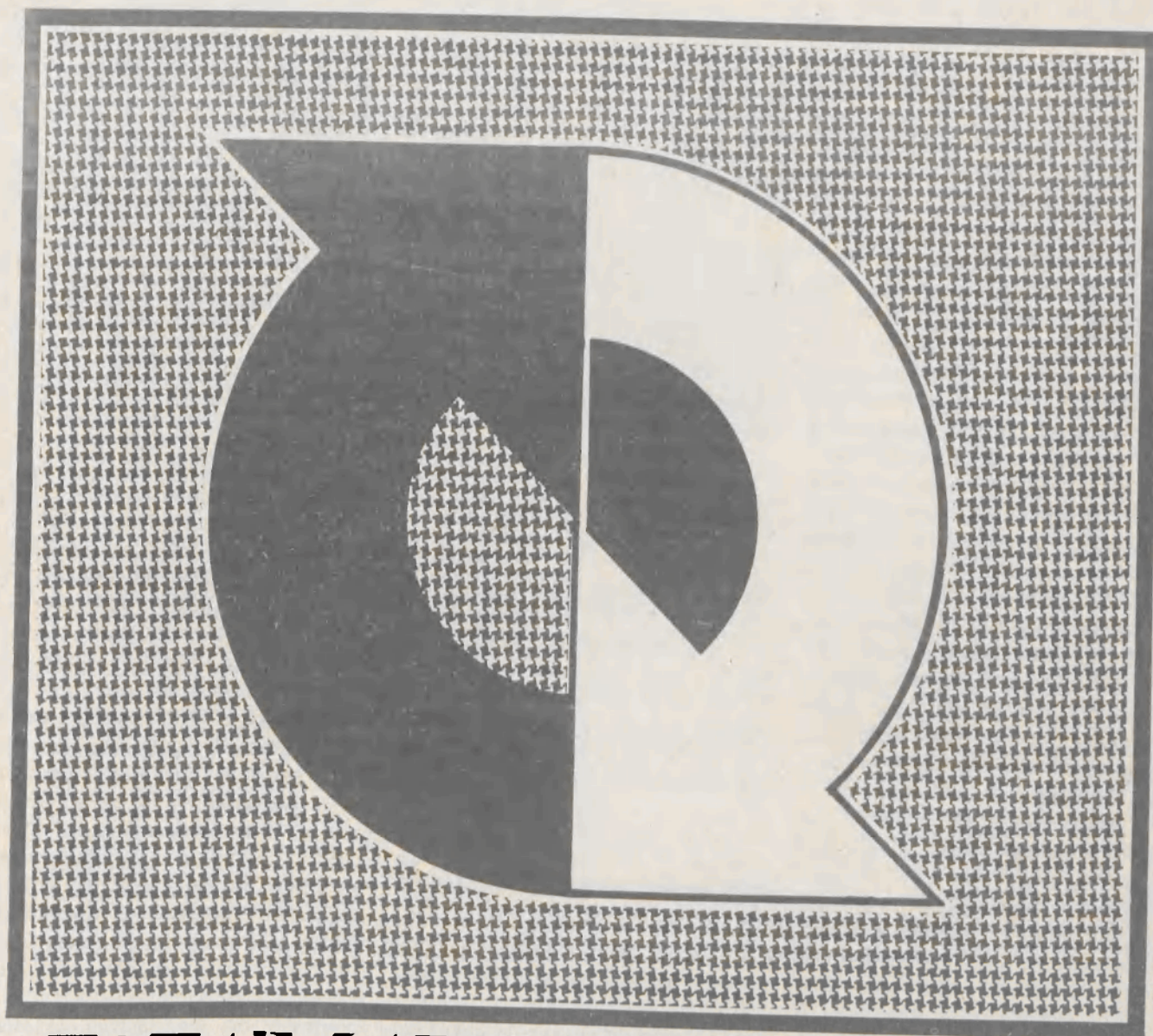
**Tânia Azevedo** tem 20% de seu salário comprometido com gastos com serviços públicos

Em janeiro de 1979, a taxa mínima subiu para Cr\$ 110,00; em Julho para Cr\$ 149,00 e em dezembro estabeleceu-se a taxa de Cr\$ 202,00. Já em 1980, a primeira elevação foi em fevereiro: Cr\$ 278,00. Como se observa, as variações oscilaram sempre em torno de 30 e 40%, com três aumentos anuais, o que é inexplicável.

Na TELERN, os aumentos não poderiam fugir à regra. A começar pela aquisição de telefone. Quem em 1978 adquiriu um telefone pagando Cr\$ 112,00 mensais, em 1979, pagou uma prestação mínima de Cr\$ 822,00, e este ano já está pagando Cr\$ 1.360,00. Os serviços prestados pela empresa, custavam em 1978, cerca de Cr\$ 1,10 por chamada (três minutos); em 1979 já se pagava Cr\$ 3,75 e agora paga-se uma média de Cr\$ 5,21, sem falar nas taxas interurbanas, interestaduais e internacionais, que de 1978 para cá, sofreram várias majorações incríveis, na faixa de 40, 60 e até 80%.

**SUGESTÕES** — Poucos são os que se arriscam a dar sugestões para uma possível melhoria nos serviços de utilidade pública e muito menos para a diminuição do índice de aumentos nestes serviços. Para a maioria, as sugestões nada adiantariam, pois os responsáveis por esses serviços não estão preocupados com os sofrimentos dos usuários.

Carlos Lima acha muito difícil, no quadro atual, mudar-se alguma coisa, mas oferece suas sugestões: *“Em primeiro lugar, a dispensa de 50% dos funcionários, pois a maior dificuldade para quem se dirige a uma empresa pública é encontrar alguém capaz, uma vez que a quantidade de funcionários que não sabem sequer a sua função na empresa é muito grande, culpa talvez do sistema político vigente em nossa terra, onde o apadrinhamento elimina concurso, testes de aptidão, desejo de trabalhar e capacidade profissional, transformando o apadrinhamento num elemento altamente incapaz, pelas facilidades encontradas para ganhar dinheiro”*.



## ***ESTA MARCA ACOMPANHA A EVOLUÇÃO DO TEMPO***

Quando surge uma nova marca, o público passa um pouco de tempo para reconhecê-la associando-a à empresa que lhe deu origem. Com esta marca a coisa vai ser diferente. Ela é o cartão de visita do novo Grupo Lázaro que resultou da associação das Empresas Ivanilson, Equipadora Lázaro, Presentes Lázaro e Serviços Lázaro que, agora juntas, vão estar

melhor condicionadas a atender aqueles que estão avançando no futuro.

Todas aquelas pessoas que não estão paradas no tempo vão segui-la na direção do sucesso.

Você que progride e que está sempre à frente não terá dificuldades para guardar este símbolo porque também estará com ele.

Agora que você está apresentado, tenha mais prazer conhecendo-a de perto.



**GRUPO LAZARO  
COMERCIO E  
REPRESENTAÇÕES  
LTDA.**

Av. Deodoro, 431 Fone - 222-0284 - Natal-RN.

# A DESBUROCRATIZAÇÃO CHEGOU AO RN?

*Os secretários de administração do Estado e da Prefeitura de Natal, respondem à pergunta título.*

Não é de hoje que se ouve falar por esse Brasil afora da palavra "desburocratização". A Reforma Administrativa, deflagrada com o Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, já iniciava no país um intenso trabalho de racionalização, editando normas de descentralização e simplificação da máquina administrativa federal. Identificando a centralização das decisões como causa principal da lentidão do processo decisório, do crescimento do aparelho burocrático e do esvaziamento da autoridade das chefias de nível inferior, a primeira etapa da Reforma tratou da delegação de competência aos ministérios, e esses, posteriormente, passaram a delegar a seus subordinados as decisões de rotina. Como a Reforma Administrativa de 1967 perdeu intensidade a partir de 1969, não chegando a realizar seus objetivos finais e mais profundos, o Governo Federal, através do Decreto n.º 83.740, de 18 de julho de 1979, lançou o Programa Nacional de Desburocratização com o objetivo de não só desburocratizar o Serviço Público, desburocratizando o próprio país.

Paralela à decisão Federal, o Governo do Rio Grande do Norte e a administração municipal de Natal, respectivamente, através dos decretos n.º 7.668, de 3 de Agosto de 1979, e do Decreto n.º 2.269, de 26 de outubro do mesmo ano, instituíram seus programas de desburocratização.

Mas, será que a desburocratização já chegou mesmo até nós?

**INCORPORADOS** — Conforme garante o secretário de Administração do Estado, Francisco de Assis

## Governo estadual e Prefeitura de Natal agora integrados num Programa de descentralização e delegação de poderes.

Câmara, o Rio Grande do Norte desde o ano passado está incorporado à filosofia Federal, a partir da implantação do seu Programa Estadual de Desburocratização, com base no princípio da delegação de competência, tanto no âmbito do governo estadual quanto no da Prefeitura de Natal.

Desta forma, decisões que anteriormente estavam a cargo do Governador Lavoisier Maia, e do prefeito José Agripino, doravante são executadas pelos titulares de órgãos da administração direta a quem couber, por competência funcional.

Partindo do princípio de que a delegação de competência, quando posta em prática, constitui fator de simplificação e de celeridade no processo decisório, o governador Lavoisier Maia, através do Decreto n.º 7.668, delegou aos titulares de órgãos da administração direta estadual os seguintes atos: contratação



**Assis Câmara** garante que o RN está plenamente incorporado ao plano de ação federal de desburocratização.

de servidores; assinatura de contratos, convenções, acordos, convênios e escrituras públicas; imposição de penas disciplinares; dispensa de licitação; designação para funções gratificadas; concessão de gratificações; abertura de inquérito administrativo; requisição para licitação de obras e serviços de engenharia; concessão de anistia de faltas, ouvido o respectivo órgão técnico ou a Procuradoria Geral do Estado; e contrato de locação ou arrendamento de imóvel.

Ainda, aos titulares de direção superior, em conjunto com o secretário da Administração, são delegadas as seguintes atribuições: suspensão ou rescisão de Contratos de trabalho, ou dispensa de servidores; autorização para servidores se ausentarem do Estado, a fim de participarem de cursos, estágios ou seminários, desde que por período não superior a seis meses; exoneração de servidores; aposentadoria; readaptação estatutária; promoção e acesso funcionais; reintegração; aproveitamento de disponíveis e de servidores nas condições estabelecidas em lei e licença para prestação de serviço militar obrigatório; estágios ou encargos vinculados aos regulamentos militares e à segurança nacional.



Em relação aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores e Sub-coordenadores, por delegações expressa do titular do órgão fica outorgada a competência para: concessão de diárias; requisição para licitação de compras e serviços; autorização para aquisição de materiais ou serviços cujo valor não ultrapasse a cinquenta vezes o valor de referência; autorização para o cômputo e/ou anotação do tempo de serviço, ouvido o respectivo órgão técnico ou a Procuradoria Geral do Estado; movimentação interna de servidores; concessão de licença por motivo de afastamento do cônjuge funcionário civil ou militar e a concessão de licença para trato de interesse particular.

O Decreto de 3 de agosto de 79, assinado pelo governador Lavoisier Maia, também delega competência aos Chefes de Unidades Setoriais de Administração outorgando-lhes poderes para: concessão de licença especial; concessão de gratificação adicional por tempo de serviço; concessão de salário-família; concessão de licença para tratamento de saúde; concessão de licença à gestante; concessão de férias; abono de até três faltas ao serviço, justificadas através de atestado médico e, finalmente, a assinatura e anotação de Carteira Profissional de Trabalho.

**O PODER MUNICIPAL** — A Prefeitura Municipal do Natal, por sua vez, não ficou à parte do Programa Nacional de Desburocratização. O prefeito José Agripino Maia, conjuntamente com o secretário da Administração Municipal, Francisco Souza de Freitas Rego, baixaram o Decreto n.º 2.269, que delega competência para a prática de atos administrativos.

O Decreto, que incorpora a Prefeitura ao Programa Nacional de Desburocratização, delega competência a seus órgãos subordinados para realização de certos atos, tais como: celebração de contratos e acordos; autorização para despesas de qualquer natureza, até 50 vezes o valor de referência (Cr\$ 65 mil); dispensa de licitação; reconhecimento de dívida de exercícios anteriores; imposição de penas disciplinares, salvo demis-



“O povo deve cobrar dos funcionários públicos, a desburocratização” — afirma Francisco Rêgo.

são de servidores estatutários; concessão de gratificações; concessão de diárias e ajudas de custo; movimentação interna de servidores; concessão de licença de qualquer natureza; designação de servidor para função gratificada; designação de comissão ou grupos de trabalho; autorização para servidores se ausentarem do município para estágio de até seis meses.

Como delegações privativas da Secretaria de Administração Municipal, doravante essa unidade da Prefeitura tem poderes especiais relativos a pessoal e patrimônio; celebração de Contratos de Trabalho para admissão de pessoal e aditivos contratuais; suspensão ou rescisão do Contrato de Trabalho de funcionários regidos pela CLT; acesso e promoção; exoneração ou dispensa de servidores; aposentadoria com qualquer fundamento legal; movimentação de servidores nos demais órgãos; lotação e relocação de cargos, empregos e funções; anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social; homologação de licitação de compras e serviço, exceto de engenharia; decisões em processo de transferência, desmembramento, cordeamento, remembramento, segunda via de carta de aforamento e tudo que se refira a imóveis dados em enfiteuse pelo município; concessão de gratificação adicional por tempo de serviço; autorização para cômputo

e anotação de tempo de serviço e declaração de estabilidade funcional.

Fechando o cerco das delegações de competência, a Prefeitura não se esqueceu de outorgar poderes à Secretaria de Educação e Cultura, à de Finanças, ao Chefe da Casa Civil e ao Procurador Geral do Município. Com esse comportamento o primeiro órgão doravante pode fixar e alterar a carga horária dos membros do Magistério público municipal, enquanto à outra Secretaria é outorgado poder para homologação de prestação de contas, inclusive de subvenções e adiantamentos. O Chefe da Casa Civil, por seu turno, pode conceder auxílios financeiros e outros de qualquer natureza. Finalmente, o Procurador Geral do Município assinará Escrituras Públicas relativas à alieação ou aquisição de imóveis; fará acordos e transações para desapropriação; procederá à transação em Juízo como também à desistência de ações.

Até antes dos decretos 7.688 e 2.269 todos estes atos acima mencionados eram despechados e assinados respectivamente, pelo governador Lavoisier Maia e pelo prefeito José Agripino. Agora, com a delegação de competência aos auxiliares, a iniciativa contribui para a desasfíxia burocrática e conseqüentemente reduzindo os custos operacionais da administração, eliminando assim os serviços e controles meramente formais.

**ASSINA O QUE LÊ** — Entre outros saldos positivos, a determinação Federal e particularmente os decretos assinados pelo governador Lavoisier Maia e pelo prefeito José Agripino, permitiram com que se subtraísse da rotina aquela frase proferida pelo Ministro Hélio Beltrão: “Na atual conjuntura burocrática brasileira, quem lê não assina, e quem assina não lê”.

Com estas palavras o Ministro avalizou a idéia de que os executivos, mediante o acúmulo de serviços, assinavam papéis muitas vezes sem lê-los. O próprio Presidente da República e os governadores de Estado se viam asfíxiados diante de tanta

papelada para assinar. Na realidade quem lia e elaborava a papelada (Ministros, Secretários, etc.), por uma questão de hierarquia, não as assinava, ficando essa atribuição única e exclusivamente para o Presidente da República e os governadores de Estado, que geralmente assinavam os documentos sem lê-los.

**ÂMBITO GERAL** — Ultrapassando às raias da desburocratização nos serviços públicos, o Governo Federal agora tenciona desburocratizar o próprio Brasil através de uma retomada de esforço onde o aspecto centralizante é a redução ou eliminação das exigências burocráticas que dificultem a vida do cidadão e do empresário. A desburocratização será em âmbito geral.

**SÍGNO DO CARTÓRIO** — Conforme pronunciamento do Ministro Hélio Beltrão, o Brasil nasceu sob o signo do Cartório, da Ata, do Registro e da Certidão. Mediante tal comportamento, só se acredita que uma coisa realmente aconteceu depois que esta se transforma em documento escrito ("a presença do defunto merece menos fé que a certidão de óbito"). Desta forma, prevalece o princípio que uma pessoa ou entidade jurídica está sempre mentindo, até prova em contrário. Essa presunção mórbida conduz ao absurdo de exigir-se do homem ou da empresa a prova de que ambos não são desonestos, isto após apresentação de um papel. Então, tentando-se combater esse estranho e inconcebível comportamento, o Governo Federal lança a Campanha Nacional da Desburocratização, montada na hipótese de que "a pessoa e a Empresa sempre estão falando a verdade, até se provar o contrário".

Como no âmbito dos serviços públicos e desburocratização já está se consubstanciando com as delegações de competências às autoridades inferiores, o programa toma corpo com a abolição da exigência de uma série de documentos (puramente formais), normalmente pedidos à pessoa física ou jurídica.

Atestado de vida, de residência,

de pobreza, de idoneidade moral e de bons antecedentes foram "proibidos" de serem exigidos pelas Repartições Públicas. Entre outras determinações também foi abolida a obrigatoriedade da *juntada* de qualquer documento no original, especialmente quando o interessado apresentar cópia autenticada; é proibido exigir prova de fato já comprovado pela apresentação de outro documento válido; a comunicação entre a repartição e o interessado para solicitar esclarecimentos pode ser feita por qualquer meio: comunicação verbal, direta, telefone, carta, telegrama ou telex; é expressamente proibido exigir o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no País destinado a fazer prova perante as entidades da Administração Federal; os Decretos Federais (da Desburocratização) decorrem na decisão do Governo de adotar o princípio da presunção da honestidade e da veracidade, que consiste em acreditar que as pessoas são honestas e estão dizendo a verdade, até prova em contrário. Os desonestos e falsários serão responsabilizados na forma da lei penal em vigor.

Apesar do Governo do Estado e da Prefeitura de Natal, desde o ano passado, já terem enveredado nos caminhos da desburocratização - isto, a nível interno dos serviços públicos -, o lançamento oficial do programa aconteceu no último dia 26 de março pelo fato da vinda a Natal do Ministro Hélio Beltrão, que, por sinal, cobrou tal manifestação. Assim, o governador Lavoisier Maia, através do Decreto nº. 7.858, lançou seu Programa, enquanto o Prefeito José Agripino assinou o Decreto 2.317, com o mesmo objetivo.

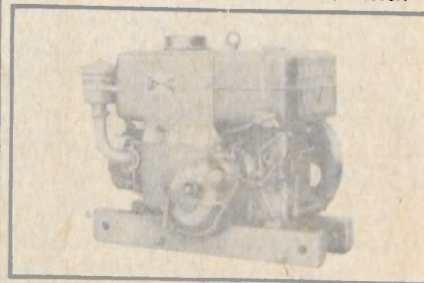
Os secretários da Administração Estadual e Municipal, respectivamente Assis Câmara e Francisco Rego, garantem que "a desburocratização já chegou ao Rio Grande do Norte, e particularmente a Natal". O que falta agora é justamente o processo de absorção da medida, como um fato normal de resistência às mudanças. "Resta o povo agora cobrar dos funcionários públicos a desburocratização" - concluíram.



**DUCAMPO**

O Lojão da Agropecuária

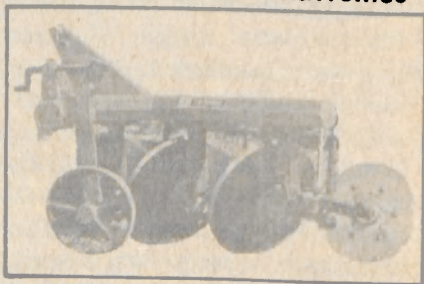
Motores "Yanmar"



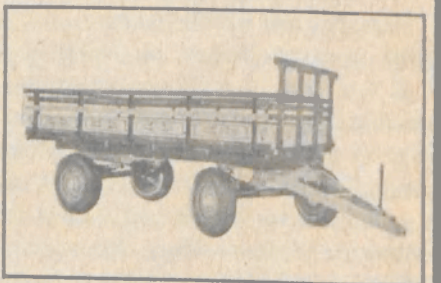
Batedeiras de Cereais "Laredo"



Arados "Lavromec"



Carretas "Fanavia"



Forrageiras "Cremasco"



**DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.**

MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira

Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN

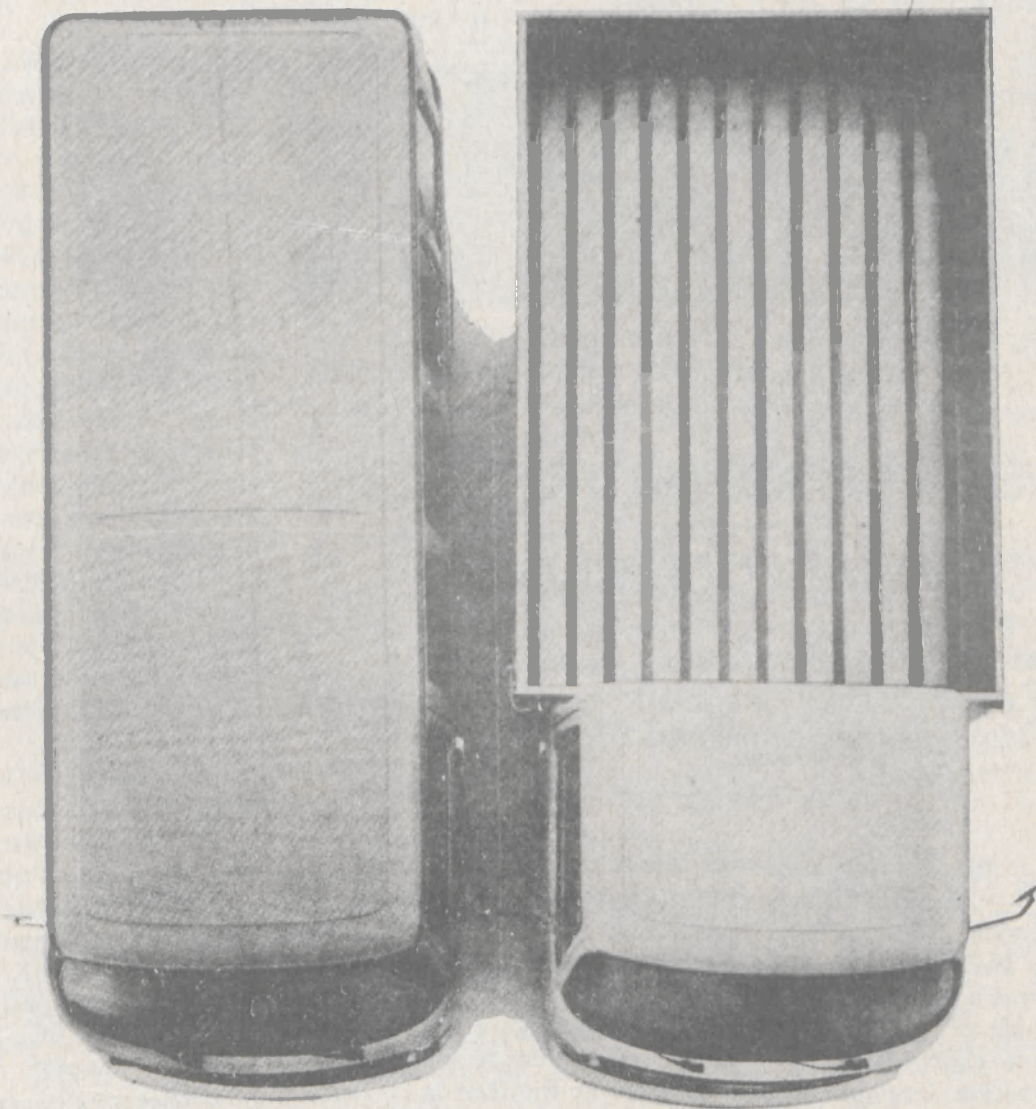
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1489 — Alecrim

Fone: 222-4557 — Natal-RN.

INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Calçoó

# Uma notícia tão grande quanto a Kombi

## FINANCIADO EM 24 MESES



A Kombi continua generosa. O prazo para pagamento, tanto da Kombi Standard como da Kombi Furgão e da Kombi Pick-up, é de um ano e meio. Um ano e meio que você pode ir e vir transportando até uma tonelada de carga, e tendo o maior lucro.

Você sabe o quanto a Kombi é econômica, ágil, resistente,

potente. Aproveite agora para entrar na sua. Venha ver os planos de pagamento. Temos a maior variedade. Inclusive com o seu carro usado bem avaliado entrando no negócio

Venha ver de perto a Kombi que melhor vai dar conta do seu recado.

E, pela sua grande escolha, aceite o maior abraço.



REVENDEDORES  
AUTORIZADOS

MASPAS S.A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140  
Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim

Dis. de Automóveis SERIDÓ S. A. Rua Nascimento Castro, 7600, FONE: (084) 223-4566  
NATAL-RN - 59.000



Segundo **Marcos Maranhão**, um dos dirigentes da ADC, a entidade pretende proteger o consumidor dos abusos do poder econômico.

## CONSUMIDORES NATALENSES TÊM ASSOCIAÇÃO

*Nada de radicalização. Primeiro, a conciliação. Depois, a advertência. Finalmente, a ação integrada com órgãos governamentais para proteção do consumidor lesado.*

A exemplo da maioria dos países desenvolvidos e de algumas Capitais do Brasil, foi criada em Natal uma Associação de Defesa ao Consumidor (ADC), já que a velha e desacreditada Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) é um órgão de reconhecida incompetência para atuar na área do controle dos preços e da qualidade dos produtos oferecidos ao público.

A Associação criada em Natal não pretende ser apenas um agente do produto das donas de casa angustiadas com a inflação. Ela quer atuar de modo direto, pensando até mesmo em empregar o caráter cooperativista, sem objetivo de lucro, visando os interesses do consumidor. E como a maioria dos seus sócios fundadores são funcionários públicos, ela promete colaborar com as autoridades competentes no combate ao abuso do poder econômico pelos particulares.

Nos países industrializados, a exemplo dos Estados Unidos, onde existe Democracia, a opinião pública se organiza nessas Associações

de defesa ao consumidor, chegando mesmo a fechar fábricas e empresas fraudulentas. No Brasil, a primeira Associação do gênero nasceu no Rio Grande do Sul, sendo que Porto Alegre congrega a direção nacional do movimento. A iniciativa aparece agora no Rio Grande do Norte, inclusive adotando mecanismos de procedimento ainda um tanto confusos ou mal explicados, que deixam dúvida quanto à obtenção de bons resultados.

**MECANISMOS** — Contando com serviço jurídico para defender o consumidor no tocante às indenizações civis, a ADC mediante documento elaborado com 14 itens, porá em prática sua forma de atendimento ao público. O primeiro item já estabelece que o consumidor, sentindo-se lesado, deverá comparecer à sede da ADC, levando um comprovante da compra de mercadoria ou serviço (nota fiscal, recibo, etc.), formulando assim a sua queixa junto ao órgão, que a partir daí entrará em ação.

Como se vê, o primeiro passo a ser dado pelo consumidor que se sentir lesado será formular a queixa na sede da Associação que, por enquanto, situa-se na Câmara Municipal de Natal, na rua Jundiá. Daí a ADC registra a queixa em formulário especial, solicitando o prazo de uma semana para informar a respeito.

Os sete dias que a Associação pede de prazo ao queixoso é justamente para articular-se com o denunciado, exigindo assim uma justificação daquela reclamação. Caso este se mostre insensível às indagações da Associação, então, esta, em nome do consumidor, recorrerá à entidade de classe a que pertença o denunciado, assim como, no caso de agências ou representantes, às matrizes ou representadas, comunicando o fato e solicitando sua intermediação. A conciliação, portanto, é o primeiro passo, sem contudo desvincular da exigência a justiça da queixa.

**APOIO CLASSISTA** — Conforme disse um dos membros da Associação, o advogado Marcos Maranhão, a entidade, para firmar-se como órgão de força e pressão junto aos comerciantes inescrupulosos, terá que contar com o apoio das entidades classistas, dos órgãos formadores da opinião pública, das agências e das empresas idôneas: *“Veja bem! Se um comerciante abusa do poder econômico e conseqüentemente é alvo de queixas aqui na Associação, então será procurado para dar explicações. Se ele se mostrar insensível aos apelos da Comissão, fatalmente iremos procurar o Sindicato a que ele pertença, como também a empresa ou indústria que o abastece. Naturalmente, como confiamos nas entidades classistas e sobretudo nas empresas registradas, esse comerciante inescrupuloso será automaticamente desligado de seu Sindicato e não mais será revendedor da indústria com a qual operava”*.

Nas explicações de Marcos Maranhão, fica bem esclarecida a estratégia da ADC. Neste caso, a Associação age restritamente com o denunciado e a entidade classista ou a empresa que ele revende, procurando

assim conseguir do comerciante um posicionamento honesto na sociedade de consumo. Uma espécie de ética do consumismo.

**COM. AUTORIDADES** — O sétimo item das disposições da Associação diz que "continuando negativos os resultados (entre denunciado, Sindicato ou empresa representada), a ADC comunica o fato às autoridades governamentais competentes para que sejam tomadas medidas administrativas ou penais cabíveis". É ainda Marcos Maranhão quem informa que o termo autoridades governamentais é muito elástico e se submete a cada caso de per si. "pode ser até a autoridade judiciária ou a SUNAB".

Embora não querendo afirmar, Marcos Maranhão deixou transparecer opinião segundo a qual a Sunab é um órgão verdadeiramente impotente, sem força para lutar e defender os interesses da comunidade. Nessa hora fez crer que a Associação foi criada justamente pela inoperân-

cia da Sunab. Acrescenta o dirigente da ADC:

*"Na realidade, a Associação de Defesa ao Consumidor não é um órgão executivo, e simplesmente colabora com as autoridades competentes no combate ao abuso do poder econômico. O que tem de existir é a mobilização da opinião pública e o apoio maciço da imprensa e das entidades classistas, a exemplo do que acontece em vários países desenvolvidos onde o capitalismo e o consumismo são as tónicas da sociedade".*

Prosegue Marcos Maranhão:

*"O que vem acontecendo na nossa Capital é o abuso dos comerciantes inescrupulosos, remarcando diariamente preços, com especialidade dos gêneros de primeira necessidade. São os super-mercados, os chamados mercadinhos, os prestadores de serviço, e especialmente as feiras livres. Na feira livre do Alecrim por exemplo, existem comerciantes que afirmam venderem ali há seis anos e nunca receberam sequer uma só fiscalização da Sunab".*

**A COMISSÃO PROVISÓRIA** — A Comissão provisória do Conselho é formada pelo vereador Érico Hakkrat, jornalista Arlindo Freire, advogado Marcos Maranhão, membros da Diocese, da Maçonaria e dos Sindicatos, sendo que a entidade é presidida pelo diretor-técnico da Companhia Editora do Rio Grande do Norte, Júlio Rosado. No próximo dia 21 de abril será realizada a posse da diretoria efetiva, em dependências da Câmara Municipal de Natal.

No entender de Marcos Maranhão "essa é a hora de todos se unirem, já que todos são consumidores". A Associação já vem operando, e após o dia 21 atuará de forma mais abrangente, haja vistas a posse da diretoria efetiva.

*"Se nos Estados Unidos fecham-se empresas e fábricas, e se no sul do país multam-se e punem-se empresas que abusam do poder econômico, por que isto não acontecerá também aqui no Rio Grande do Norte?"* arremata o membro da ADC.



## Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Rio G. Norte

ÓRGÃO DE GRÁU SUPERIOR, FUNDADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 1955  
AUTORIZADA PELO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA E RECONHECIDA  
PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, COM CARTA SINDICAL EXPEDIDA NO DIA 09-05-1955  
Rua Sílvio Péllico, 284 — Alecrim — Fone 222-0216 — Natal — Rio G. do Norte

### MENSAGEM

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, por intermédio do seu Presidente, Pedro Ricardo Filho, tendo em vistas nesse mês de março se verificar o 1º. aniversário da administração do Governador Lavoisier Maia Sobrinho, vem prestar sua homenagem, felicitando-lhe pelo que até o presente momento já conseguiu realizar em benefício do nosso povo em apoio ao movimento sindical e pela aproximação Governo/Classes Trabalhadoras, através da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. Por outro lado, formula-lhe votos de felicidade pessoal e de confiança no futuro do seu Governo.

# CISAF - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FIBRAS S.A.

CGC Nº 08.397.176/0001-30

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 1979

	<u>ATIVO</u>	
	30 de junho	
	1979	1978
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		
Caixa	30.650,37	29.931,47
Depósitos Bancários	35.347.786,45	21.422.350,18
	<u>35.378.436,82</u>	<u>21.452.281,65</u>
Contas a Receber de Clientes	16.495.513,10	7.705.443,67
Menos:		
Duplicatas Descontadas	3.914.425,78	4.387.168,08
Provisão p/ Dev. Duvidosos	494.865,39	231.163,29
	<u>47.464.658,75</u>	<u>24.539.393,95</u>
Depósitos Compulsórios	1.815.018,81	865.982,38
Imposto a Recuperar	1.654.808,85	—0—
Outras Contas a Receber	3.950.241,82	532.023,71
Estoques	<u>24.132.283,67</u>	<u>14.213.629,99</u>
	<u>79.017.011,90</u>	<u>40.151.030,03</u>
<b><u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u></b>		
Depósitos Compulsórios	<u>400.144,07</u>	<u>255.590,38</u>
<b><u>PERMANENTE</u></b>		
Investimentos		
Participação em Empresas	<u>275.134,12</u>	<u>189.561,00</u>
Imobilizado		
Imóveis	8.762.785,76	4.310.584,83
Máquinas e Instalações	19.091.629,93	8.917.031,39
Móveis e Utensílios	1.076.379,47	470.327,38
Veículos de Uso	2.376.036,29	382.362,50
Terrenos e Propriedades Rurais	1.351.330,62	638.991,91
	<u>32.658.162,07</u>	<u>14.719.298,01</u>
Menos Depreciação Acumulada	5.838.322,03	2.320.853,43
	<u>26.819.840,04</u>	<u>12.398.444,58</u>
<b><u>DIFERIDO</u></b>		
Despesas Diferidas	620.542,79	700.246,26
Importações em Curso	730.663,10	320.524,13
	<u>1.351.205,89</u>	<u>1.020.770,39</u>
	<u>107.863,336,02</u>	<u>54.015.396,38</u>

5 - Receitas e Custos Complementares	7.545.704,14	1.031.975,38
(-) Despesas Financeiras	3.132.182,12	1.471.590,38
(+) Receitas Financeiras	11.225.798,00	3.203.304,75
(+) Receitas de Faturamento	21.013,55	—0—
(-) Ganhos ou Perdas de Capital	18.859,60	—0—
(-) Depreciações	—0—	985.742,32
(+) Recuperação de Despesas	—0—	126.150,63
(+) Receitas Diversas	—0—	262.161,83
(+) Créditos de Operações Internas	—0—	214.851,08
(-) Transportes Internos	550.065,69	317.160,21
	<u>40.156.899,15</u>	<u>14.060.951,61</u>
6 - Lucro Operacional Líquido	40.156.899,15	14.060.951,61
7 - Receita não Operacional	97.599,80	147.927,41
	<u>40.254.498,95</u>	<u>14.208.879,02</u>
8 - Resultado do Exercício	40.254.498,95	14.208.879,02
9 - Reversões e Provisões	59.373,71	400.191,98
(-) Provisão p/ Riscos de Créditos	494.865,39	231.163,29
(+) Reversão de Riscos de Créditos	230.173,29	—0—
(+) Reversão da Provisão de ICM	324.065,81	155.037,12
(-) Provisão p/ ICM nos Estoques	—0—	324.065,81
	<u>40.313.872,66</u>	<u>13.080.687,04</u>
10 - Resultado da Correção Monetária	8.165.446,64	—0—
11 - (-) Reserva Manut. Cap. G. Próprio	—0—	3.945.966,00
	<u>32.148.426,02</u>	<u>9.862.721,04</u>
12 - Lucro Líquido do Exercício	32.148.426,02	9.862.721,04
13 - Provisão p/ Imposto de Renda	2.568.800,00	755.530,00
	<u>29.579.626,02</u>	<u>9.107.191,04</u>
Resultado Líquido do Exercício depois do IR	29.579.626,02	9.107.191,04

## DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS

	Exercício Findo Em 30 de junho	
	1979	1978
1 - Saldo no início do período	8.058.242,96	5.531.194,63
2 - Correção Monetária do saldo inicial	1.039.944,62	—0—
3 - Lucro Líquido do Exercício	29.579.626,02	9.107.191,04
4 - Saldo Ajustado e Corrigido	<u>28.677.813,60</u>	<u>14.638.385,67</u>

**CIRCULANTE**

	30 de junho	
	1979	1978
Instituições Financeiras	18.211.479,59	12.035.608,00
Credores Diversos	962.786,59	190.428,44
Encargos Sociais a Recolher	1.860.764,95	571.728,13
Provisão Imposto s/ a Renda	3.127.256,00	755.530,00
Depósito BDRN - Lei 3922/71	—0—	270.955,48
Obrigações Tributárias	—0—	168.750,75
Incentivos Fiscais a Restituir	229.510,00	—0—
	<u>24.391.797,13</u>	<u>13.993.000,80</u>

**PATRIMÔNIO LIQUIDO**

Capital Social	35.700.000,00	25.500.000,00
Reservas de Capital:		
Correção Monet. Cap. Realizado	14.058.660,00	—0—
Manut. Capital Giro Próprio	—0—	5.003.259,15
Reservas para Aumento Capital:		
Lei 4.239/63	1.157.534,00	44.965,00
Lei Estadual 3.922/71	270.955,48	297.345,48
Reservas de Lucros:		
Reserva Legal	3.775.503,82	1.118.582,99
Lucros Suspensos	28.508.885,59	8.058.242,96
	<u>83.471.538,89</u>	<u>40.022.395,58</u>
	<u>107.863.336,02</u>	<u>54.015.396,38</u>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	Exercício findo Em 30 de junho	
	1978	1979
<b>1 - Renda Operacional Bruta</b>	<b>85.073.228,93</b>	<b>48.671.702,78</b>
(-) Custos dos Prod. Vendidos	60.066.854,17	35.833.404,23
Lucro Bruto	25.006.374,76	12.838.298,55
<b>2 - Receitas de Incent. Fiscais</b>	<b>19.070.468,72</b>	<b>4.891.921,28</b>
	<u>44.076.843,48</u>	<u>17.730.219,83</u>
<b>3 - Despesas Operacionais</b>	<b>11.465.648,47</b>	<b>4.701.243,60</b>
Despesas com Vendas	6.059.953,56	1.889.608,83
Despesas Administrativas	5.405.694,91	2.353.779,41
Despesas Tributárias	—0—	457.855,36
<b>4 - Lucro Operacional Bruto</b>	<b>32.611.195,01</b>	<b>13.028.976,23</b>

ao Capital Social conforme AGE	1.200.976,71	1.585.228,63
- Dividendos Distribuidos conforme AGE	6.375.000,00	—0—
	<u>31.101.836,89</u>	<u>13.053.157,04</u>
<b>6 - Destinação Proposta à Assembléia</b>		
- Para Reserva Legal	1.607.421,30	706.637,60
- Para Aumento Capital		
Lei 4239/63	985.530,00	44.965,00
Lei 3922/71	—0—	297.345,48
- Reserva para Manutenção Capital		
Giro Próprio	—0—	3.945.966,00
<b>7 - Saldo no Fim do período</b>	<b>28.508.885,59</b>	<b>8.058.242,96</b>

**NOTA N° 01****COMPOSIÇÃO DOS ESTOQUES**

	Exercício Findo Em 30 de junho	
	1978	1979
Matéria Prima	9.886.725,87	7.660.745,78
Produtos Acabados	10.360.913,18	5.684.576,23
Produtos em Elaboração	1.546.005,00	—0—
	<u>21.793.644,05</u>	<u>13.345.322,01</u>
Provisão para ICM nos Estoques	—0—	(324.065,81)
Material de Embalagem	990.106,61	146.642,07
Produtos Químicos	633.408,04	351.477,26
Materiais Diversos	715.124,97	694.254,46
	<u>24.132.283,67</u>	<u>14.213.629,99</u>

**NOTA N° . 02****AJUSTES DE CORREÇÃO MONETÁRIA**

Do Capital Social	14.058.660,00	
Da Reserva de Capital	9.554,91	
Das Reservas de Lucros	1.039.944,62	
Das Depreciações Acumuladas	1.933.186,70	17.041.346,23
Dos Investimentos	85.920,12	
Das Imobilizações	8.789.979,47	8.875.899,59
		<u>8.165.446,64</u>

Natal, 30 de junho de 1979

Alonso Bezerra de Albuquerque  
Diretor PresidenteIbanez Pereira  
Dir. ComercialFrancisco Dantas Guedes  
Diretor AdministrativoMarluce Bezerra Fiúza  
Téc. Cont. CRC 246-RN CPF N°. 004.769.864-00



As donas de casa de classe média e de baixa renda são os principais consumidores do Cestão e da COBAL.

## ABASTECIMENTO: A AÇÃO DA COBAL

*A rede Somar e o Cestão da Economia são os instrumentos mais ágeis contra a especulação.*

Numa tentativa de minimizar as agruras do alto custo de vida do brasileiro, o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), incrementou as vendas de gêneros alimentícios a preços que escapem à especulação. Desta forma, desde dezembro do ano passado, foi criada no Rio Grande do Norte - já funcionando em Natal - a Rede Somar de alimentos com o conhecido "Cestão da Economia". A primeira manifestação, objetiva vender mais de 500 itens de produtos considerados essenciais, enquanto o Cestão é uma promoção da Rede Somar, destinada a comerciantes de bairros periféricos, para que estes semanalmente comercializem de sete a oito produtos, também de primeira necessidade, a preços mais baixos.

Feijão, óleo, macarrão, azeitona, doces e outros gêneros alimentícios considerados de primeira necessidade, são os produtos vendidos pela Rede Somar. Todos os produ-

tos são adquiridos na fonte, afastando a presença de atravessadores, possibilitando preços acessíveis aos consumidores. A incrementação dessas vendas proporcionou o interesse das donas-de-casas, atraindo-as até a Sede da COBAL, em Natal, o mesmo acontecendo com pequenos comerciantes desejosos de se filiarem ao Cestão da Economia.

**BONS RESULTADOS** — Não aceitando a possibilidade de erros, tanto no sistema Somar quanto na promoção "Cestão da Economia", o gerente representativo da COBAL no RN, Olavo Rodrigues Pinheiro, afirma que os resultados foram bons: "Com a criação da Rede Somar e do Cestão da Economia, identificamos, respectivamente, um considerável aumento de donas-de-casa e de pequenos comerciantes aqui na Sede da COBAL. As donas-de-casa procurando fazer suas feiras pagando por cada produto, um preço

que escape à especulação. Os pequenos comerciantes, com especialidade aqueles da periferia da cidade, tentando se filiar ao Cestão da Economia, e consequentemente podendo vender, em suas mercearias, por semana, de sete a oito produtos bem mais baratos. Só de pequenos comerciantes, de 60 dias para cá, houve um aumento em torno de 200 a 300%".

Dizendo que "a margem de lucro é só para cobrir as despesas", Olavo Rodrigues explica o mecanismo de vendas da COBAL:

*"Periodicamente, a nossa frota de caminhões aprovisiona o armazém após adquirir, diretamente na fonte, os produtos aqui comercializados. O atravessador não aparece em nossos negócios. Vendemos mais de 500 itens de produtos de primeira necessidade a preços bem convidativos, onde muitas vezes se observa que um produto daqui custa menos até Cr\$ 10,00 em relação aos Supermercados e ao comércio".*

**AS DONAS-DE-CASA** — Lúcia de Castro, residente à rua Praia de Carábas, 8820, Conjunto Ponta Negra, é uma dona-de-casa considerada da classe média e há oito anos faz sua feira na COBAL. Na sua concepção "a COBAL vale a pena, mas não dispõe de um grande sortimento de mercadorias. O preço também poderia ser mais acessível, pois só compensa uma dona-de-casa ir à COBAL se for para fazer uma feira grande, pois a diferença de preço, por produto, é muito pouca".

Analisando o ponto de vista de Lúcia de Castro, chega-se à conclusão que ir à COBAL ainda é uma opção válida para quem quer economizar alguns trocados, desde que, antecipadamente, prepare a nota da feira para comprar a maior quantidade possível de produtos. Procurando dar veracidade às suas afirmações, a referida dona-de-casa disse que enquanto o açúcar (Estrela) era vendido na COBAL a Cr\$ 14,70, nos Supermercados o preço estava um pouco além dos Cr\$ 15,00.



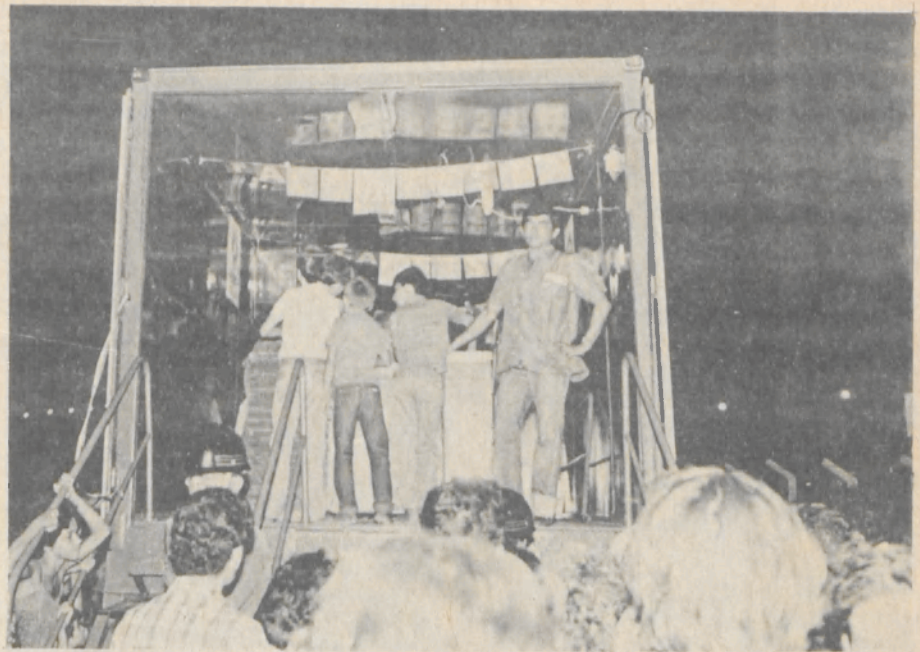
Outra dona-de-casa ouvida foi Vanda Santos, da rua Vereador José Sotero, nº. 946. Ela em parte, concorda com o pronunciamento de Lúcia de Castro, *"Esta é a terceira vez que venho à COBAL, pois minhas amigas afirmaram que comprar aqui sai bem mais em conta. Já observei que existem mercadorias até 20% mais baratas. Os preços são bastante competitivos. Na realidade, o que falta é sortimento e o prédio é bastante pequeno para acomodar esse mundo de gente"*.

**COMPRAR EM DOIS** — Pelo fato da COBAL não dispor de um maior sortimento em seus produtos, as donas-de-casa que frequentam habituaram-se a um regime de compras: comprar o que for possível na COBAL e o restante nos supermercados. Mas, conforme se observa, de 60 a 70% da nota da feira pode ser despachada pela Companhia.

A falta de frutas, a quase inexistência de verduras e de biscoitos, entre outros produtos, são os frequentes alvos de reclamações por parte daqueles que vão a COBAL. Muitos são partidários de que o Governo Federal poderia, mais e mais, baixar o preço dos produtos oferecidos naquela Unidade de alimentação.

**CESTÃO DA ECONOMIA** — Tratando-se de uma promoção da Rede Somar de Alimentos, o Cestão da Economia, atualmente já conta com a adesão de 16 pequenos comerciantes estabelecidos em bairros periféricos de Natal. Esses vendedores, com antecipação, filiam-se à COBAL sendo posteriormente credenciado para negociarem, semanalmente, de sete a oito produtos da promoção "a preços quase de custo", mas sob algumas condições.

Obedecendo ao raciocínio do Governo Federal, a COBAL ao filiar um comerciante ao Cestão da Economia, primeiramente o adverte que os produtos da promoção só poderão ser vendidos, única e exclusivamente, aos consumidores. *"É expressamente proibido a venda dos produtos do Cestão à atravessadores, como*



Os produtos do **Cestão** servem de chamarizes para os fregueses adquirirem outras mercadorias.

*também a outros comerciantes"* explica Olavo.

## Reduzir a ação dos atravessadores é o grande objetivo da COBAL.

Após afirmar que os sete ou oito produtos semanais do Cestão são vendidos com *"margem de lucro só para cobrir as despesas do comerciante"* ele justifica a grande procura do "Cestão" pelos comerciantes, a despeito da reduzida expectativa de lucro: *"Os produtos do Cestão são verdadeiras chamarizes de fregueses. Se o freguês entra na mercearia para comprar os sete ou oito produtos, até mesmo por uma questão de comodidade, lá fará sua feira"*.

Com a criação do Cestão da Economia, de 60 dias para cá aumentou em torno de 200 a 300% o movimento de comerciantes à COBAL, desejosos de se engajarem à promoção: *"Atualmente, na Capital, já existem 16 comerciantes filiados, e nesses próximos seis meses pretendemos filiar mais 60, estendendo assim a promoção pelo Interior do Estado"* - frisou o gerente da COBAL.

Indagado se qualquer pequeno comerciante poderia se filiar ao programa Cestão da Economia, Olavo Rodrigues respondeu: *"Muitos, dezenas de comerciantes aparecem, mas a maioria é rejeitada. Damos prioridade àqueles que tenham suas bodeguinhas localizadas em lugares de "pé-no-chão". O programa é veiculado para atender, com especialidade, a pessoas realmente consideradas pobres"* - concluiu.

**PREFEITURA TAMBÉM** — Por sua vez, a Prefeitura Municipal do Natal, de maneira pioneira, também *empreende uma campanha de vendas de gêneros de primeira necessidade a custo não especulativo.* Dispondo de um Caminhão-carreta, no qual armazenam-se mais de 400 itens de produtos, a PMN procura "colocar alimentos na mesa do pobre".

# DUCAMPO E FAZENDA BAHIA:

## AGORA UNIDAS EM BENEFÍCIO DA AGROPECUÁRIA DO RN

A consciência do produtor sobre os problemas de sua lavoura e o conhecimento das fórmulas mais adequadas e eficazes para solucioná-las, são aspectos de extrema importância para que se alcance o objetivo da alta produtividade agrícola. No Rio Grande do Norte, é cada vez maior o número de empresários rurais conscientes, à procura dos meios certos para vencer os obstáculos que geralmente tornam a agricultura entre nós tão pouco rentável.

Diante desta realidade, a **DUCAMPO — Agro Industrial e Comercial Ltda.**, empresa que atua no setor agrícola e agropecuário revendendo máquinas, implementos e insumos, decidiu atender a mais uma exigência dos produtores: colocar ao seu alcance as melhores sementes selecionadas do país. Para isto, ela uniu-se à **Fazenda Bahia — Produtos Agropecuários Ltda.**, empresa de São Paulo, produtora das famosas sementes "Reis de Ouro", de alto teor de germinação, que garantem uma produtividade de até cem por cento.

**FAZENDA BAHIA** — Quando a DUCAMPO procurou selecionar uma firma para fornecimento de sementes de qualidade superior levou em conta, além da tradição e conceito que esta tivesse junto aos agricultores brasileiros, o seu gabarito técnico. Foi assim que, depois de várias pesquisas, foi escolhida a **Fazenda Bahia — Produtos Agropecuários Ltda.**

Com a presença em Natal do diretor da empresa paulista, Frederico Augusto Brode Neto, a união **DUCAMPO/Fazenda Bahia** foi concre-



A semente de milho "Reis de Ouro" bateu todos os recordes de produtividade do país.

tizada, estando agora as duas firmas, em conjunto, colocando a sua técnica a serviço dos produtores do Rio Grande do Norte.

Situada em Campinas-SP, município onde também se localiza o **IAC (Instituto Agrônomo de Campinas)**, instituição que reconhecidamente detém o mais alto grau de tecnologia em termos de pesquisas de sementes no Brasil, a **Fazenda Bahia** é uma empresa que atende não só ao mercado nacional, mas exporta em larga escala. Assim como o **IAC**, ela também se dedica à pesquisa e produção de sementes, possuindo usinagem ultra-moderna e trabalhando com "know how" australiano.

Contando com uma área experi-

mental em pleno desenvolvimento, a **Fazenda Bahia** — segundo o seu diretor Frederico Augusto Brode Neto —, tem firmado um compromisso com o país "*desenvolver cada vez mais as suas pesquisas em busca de sementes de alta qualidade e produtividade, e mais resistentes às pragas e à intempérie*".

**ATUAÇÃO NO RN** — No Rio Grande do Norte a **Fazenda Bahia** realizará, através da **DUCAMPO**, um trabalho de apoio tecnológico, com assistência direta prestada pelo seu corpo de engenheiros-agrônomo, os quais trabalharão aqui com o assessoramento do pessoal técnico da própria **DUCAMPO**, visando a implantação de áreas agrícolas e

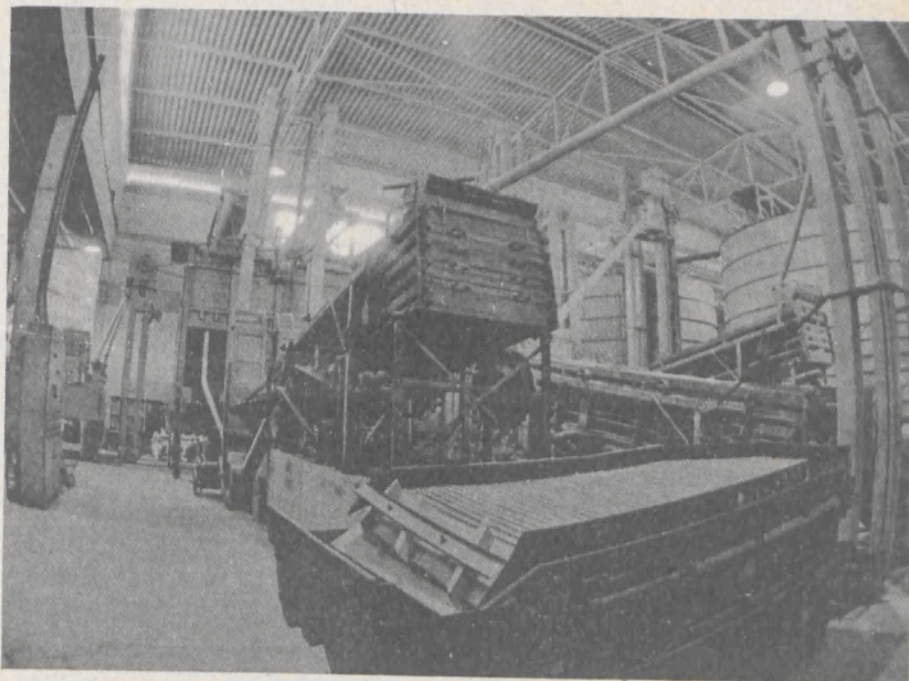
áreas de pastagem, com sementes adequadas e de alto teor cultural.

Agora, com o lançamento para todo o Estado das sementes de alto teor de germinação da *Fazenda Bahia*, a *DUCAMPO* soluciona o problema da falta de boas sementes que vem afetando há vários anos o agricultor e pecuatista local, o qual, muitas vezes, vinha ficando à mercê de firmas sem tradição, ou pouco criteriosas, que impunham sementes de baixo valor cultural e de baixa produtividade, provocando prejuízos à nossa agricultura.

**SUCESSO INICIAL** — Atestando a confiança que o nosso produtor tem pela marca *Fazenda Bahia*, somente na ocasião do lançamento das sementes "Reis de Ouro", promovido em Natal pela *DUCAMPO*, foram vendidas mais de cem toneladas a firmas e a pessoas de projeção na agricultura e na pecuária do Estado, dentre as quais Francisco Seráfico Dantas, Virgínio Veloso Freire, Roosevelt José Meira Garcia, Genário Fonseca, Januário Nóbrega, Paulo Gonçalves, Aristides Porpino, Hermano Almeida, e outros. A *Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (CIDA)*, empresa do Estado que atua na implantação de grandes projetos, também figura entre os compradores principais.

As sementes da *Fazenda Bahia* apresentam grandes vantagens. Através de uma análise criteriosa por processos modernos, e com emprego de tecnologia importada, elas apresentam um índice elevadíssimo de germinação e pureza, que chegam até aos cem por cento. Além disso, são acondicionados em sacos de papel padronizados, com etiqueta de identificação contendo toda a sua análise. A preocupação com tantos requintes tecnológicos se justifica — segundo o diretor Frederico Augusto Brode Neto —, porque "em termos de sementes, não é suficiente produzir apenas o grão; mas sim a qualidade genética a ela incorporada".

**VARIEDADES** — O "carro-chefe" dos produtos da *Fazenda Bahia*



As máquinas de seleção e classificação garantem às sementes uma produtividade de até cem por cento.



As sementes de Gramíneas da *Fazenda Bahia* são de alta linhagem, garantindo maior rentabilidade ao rebanho.

é a semente de milho "Reis de Ouro", que bateu todos os recordes de produtividade no país. Todavia, entre as variedades com as quais a empresa trabalha, se destacam, em alta linhagem, as "Brachiarias" (*Ruziziensis*, *Decumbens* e *Humidicola*) e as sementes de "Buffel" (Grass e, principalmente, o *Biloela*). Todas essas sementes já foram adaptadas com êxito à pecuária norteriograndense. Além dessas, a *Fazenda Bahia* — com o apoio da *DUCAMPO* —, vai introduzir novas espécies indicadas por seu corpo técnico, que deverão se adaptar ao nosso

clima semi-árido, tais como o "Capim Chorão", o "Milheto", o "Sorgo Forrageiro", o "Capim Rhodes", entre outros.

Na linha leguminosa, o agricultor potiguar poderá contar com espécies de grande produtividade, como a "Alfafa do Nordeste", "Alfafa Moapa", "Calopogônio", "Centrozema", "Lab Lab", "Leucena", "Mucuna", "Trevos" e "Centrozemas". Todos esses tipos de sementes o agropecuarista do Rio Grande do Norte já encontra sem dificuldade em todas as lojas da *DUCAMPO* em Natal ou no Interior.

## CUSTO DE VIDA EM NATAL

*O IDEC cuida dos índices. Em dois meses, o custo de vida aumentou 10,92%.*

Com base nas informações de organismos federais e em dados coletados por seus próprios recursos o IDEC — Fundação Instituto de De- te -, chegou a um resultado percentual do aumento do custo de vida em Natal, durante os dois primeiros meses do ano de 1980. O resultado é real e o item assistência à saúde e higiene alcançou o maior índice de aumento.

**ESTUDOS** — A conjuntura econômica norte-riograndense, em particular a de Natal, é exposta num levantamento feito com base nos estudos desenvolvidos por órgãos oficiais, e em estatística feita sobre o crescimento do custo de vida em Natal.

O estudo iniciado em dezembro do ano passado atingiu em janeiro/fevereiro seu ápice, estando a divulgação desses dados em fase de elaboração final.

O levantamento leva em conta as seguintes variáveis: *Alimentação, Vestuário, Artigos de Residência, Habitação, Assistência à Saúde e Higiene, Serviços Pessoais e Serviços Públicos.*

As principais dificuldades encontradas nas pesquisas advêm de seu caráter dinâmico. Com efeito, o levantamento de informações e o respectivo trabalho de processamento e de análise devem ser repetidos mensalmente e os resultados da análise exigem uma pronta divulgação, o que efetivamente não vem ocorrendo, podendo, pela falta dessa divulgação, perder sua maior utilização.

**Assistência à Saúde e Higiene foi o grupo que acusou maior aumento. Alimentação ficou em segundo lugar.**



**Érico Amorim**, diretor do IDEC, pretende amostrar periodicamente, a realidade sócio-econômica estadual através de indicativos do custo de vida.

O trabalho ora desenvolvido na Capital vem utilizando, para determinados cálculos finais, ponderações da Pesquisa de Orçamento Familiar da Cidade de Fortaleza, adaptando-se, logicamente, a condições e conotações locais.

**SÍNTESE METODOLÓGICA** — O índice do custo de vida objetiva quantificar as tendências inflacionárias da economia. Através de coletas sistemáticas são detectadas as alterações nos preços das mercadorias e serviços que são comparadas mensalmente, por meio da fórmula de Laspeyres, modificada em relação às quantidades.

O levantamento foi feito ao nível dos grupos de bens componentes do orçamento familiar, discriminados pela metodologia seguida pela Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará, agora aplicada pelo IDEC, em Natal, e as ponderações sofrem constantes ajustamentos em função de alterações provocadas sobre a estrutura do consumo familiar, por variáveis, tais como hábitos e costumes, modas, influências zonais, etc.

Para determinação do ICVN (Índice de Custo de Vida em Natal) as mercadorias e serviços foram classificados em sete grupos: Alimentação, Vestuário, Artigos de Residência, Habitação, Assistência à Saúde e Higiene, Serviços Pessoais e Serviços Públicos, e mais cinquenta e seis subgrupos.

**FEVEREIRO** — Segundo os levantamentos feitos pelo Governo do Estado, o índice do custo de vida para a cidade de Natal apresentou uma variação positiva de 3,39%. Dentre os grupos que mais se sobressaíram, encontram-se: Assistência à Saúde e Higiene (7,87%), Alimentação (7,05%) e Artigos de Residência (1,84%).

Na Assistência à Saúde e Higiene, os produtos de beleza e limpeza pessoal atingiram elevação de

68,62%. Na Alimentação, que se apresenta em segundo lugar na ordem crescente, foi o principal responsável pelo aumento geral do índice, alcançando 46,8%, dentre os sete que compõem o índice do custo de vida em Natal.

Se forem analisados os quadros gerais apresentados pelos estudos feitos em nossa capital, verificar-se-á que ocorreram aumentos generalizados em todos os produtos oferecidos ao público, conforme o quadro que se segue:

**AUMENTO DO CUSTO DE VIDA EM NATAL (Fevereiro)**  
*Alimentação*

PRODUTOS	AUMENTO (%)
Arroz	28,88%
Hortaliças e legumes	12,46%
Pescados Frescos	11,71%
Carnes Industrializadas	11,27%
Farinha e Féculas	9,08%
Carnes Frescas	8,08%
Frutas	6,31%
Fígado	10,79%
Colorau	12,50%
Galeto/Frango	10,53%

**"Artigos de Residência"**

Querosene	16,88%
Sapólio	40,33%
Inseticida	21,00%
Soda Cáustica	20,99%
Água Sanitária	14,98%
Discos e Cassetes	28,12%

**VARIAÇÕES** — De um modo geral, com base nas variações verificadas nos meses de janeiro/fevereiro do corrente ano, verifica-se que houve uma diminuição no quadro comparativo, onde janeiro se apresentava com um total de aumento do custo de vida na ordem de 6,25%, tendo em fevereiro este índice de

aumento caído para 4,39%. As explicações dessa queda não são fornecidas com exatidão, sendo porém a opinião dos técnicos que as campanhas feitas para que o consumidor se retraísse na compra de deter-

minados produtos, tenha sido a causa principal.

O quadro geral do índice do custo de vida em Natal, a ser apresentado para análise dos órgãos governamentais é o seguinte:

**ÍNDICE PERCENTUAL DO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA EM NATAL**

GRUPOS	VARIÇÃO JAN/FEV.		ACUMULADA JAN/FEV.
ALIMENTAÇÃO	6,09	7,05	13,57
VESTUÁRIO	3,85	1,19	5,09
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	1,71	1,84	3,58
HABITAÇÃO	0,03	0,21	0,24
ASSISTÊNCIA À SAÚDE/HIGIENE	7,96	7,87	16,46
SERVIÇOS PESSOAIS	14,68	1,19	16,05
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,58	1,31	1,90
<b>GERAL</b>	<b>6,25</b>	<b>4,39</b>	<b>10,92</b>

Fonte: IDEC/RN.

Baseado nesses índices, uma comissão será formada para tentar, após examinar as causas determinantes do aumento, encontrar uma solução que possa ser apresentada ao

Governo, para que em Natal, o índice de aumento do custo de vida não continue subindo e atingindo proporções assustadoras.

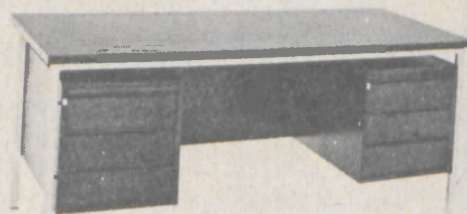
**RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO**



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor



Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

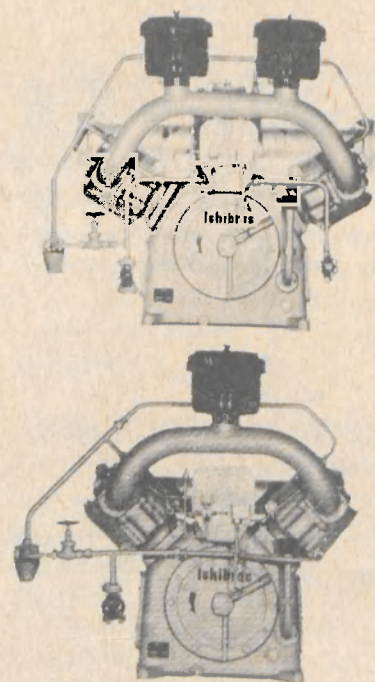
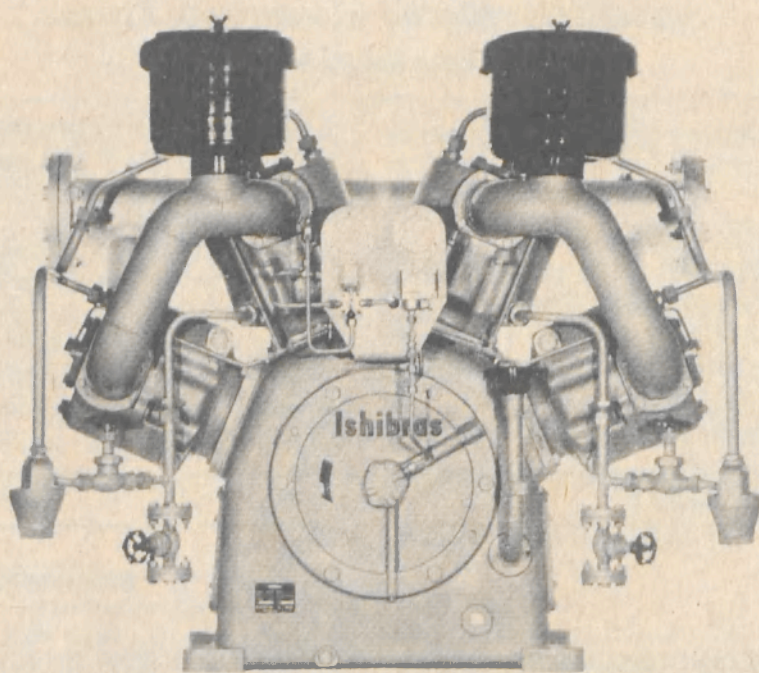
**RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.**



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242  
Filial: Praça Augusto Severo, 91  
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:  
Rua Cel. Gurgel, 266  
Fone: 321-1330

# COMPRESSORES DE AR ISHIBRAS



## A SOLUÇÃO IDEAL EM AR COMPRIMIDO

Os compressores de ar Ishibras são refrigerados à água, simples efeito, sistema de um estágio, são projetados para operarem a uma pressão de descarga até 7 Kg/cm<sup>2</sup>.

### Leves e Compactos

O funcionamento a média rotação possibilita a redução do espaço da base em aproximadamente 2/3 das bases dos compressores convencionais. Sua instalação é fácil e simples.

### Alto Rendimento

A redução de resistência na passagem das válvulas e o uso de rolamentos auto-compensadores de rolo nos mancais principais resultam em alta eficiência, e o rendimento é garantido pela tecnologia mecânica de alta precisão da Ishibras.

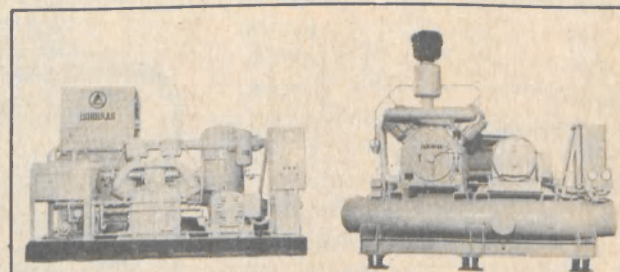
### Funcionamento Suave e Silencioso

O peso de pistões e bielas foi reduzido tanto quanto possível. Além disso os cilindros estão acoplados numa disposição muito apropriada para diminuir a vibração.

### Manutenção Fácil

“Os compressores de ar Ishibras” necessitam de poucas peças. Estas são projetadas para resistir a longo uso e peças sobressalentes são preparadas unicamente para substituições em manutenção; portanto, estas máquinas são de funcionamento simples e de manutenção pouco dispendiosa.

A excelente tecnologia de fabricação da Ishibras e o completo serviço de assistência técnica após a entrega garantem longa vida útil aos compressores e funcionamento seguro e preciso.



### Unidades de ar comprimido especiais

Projetadas especialmente para indústrias que necessitam de compressores de ar potentes e que ocupem pouco espaço, ou àquelas que querem aumentar o volume de ar na rede existente.



**COBRAZ**

**MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.**

AV. SALGADO FILHO, 2860 — FONES: 231-1549 — 231-2725

59.000 — NATAL-RN.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL NO RN É DEFICITÁRIA

*O sistema previdenciário injeta mais recursos na economia do estado, do que arrecada em termos de contribuições.*

O sistema previdenciário brasileiro é alvo de muitas reclamações, exatamente porque se situa na faixa de atendimento médico-social à faixa de população mais carente do país. É bem verdade que as queixas, na maioria dos casos, são fundadas. Mas é também verdade que um país pobre, carente de quase tudo, não poderia oferecer um sistema previdenciário tão abrangente quanto as necessidades da população.

Na hora em que os governantes são conscientizados da necessidade de amparar a população mais pobre, de atender à população marginal, de oferecer sua proteção àqueles desassistidos, pelas próprias características da estrutura socioeconômica nacional, é o sistema previdenciário quem deverá oferecer os instrumentos para o equacionamento dessas carências.

E as responsabilidades começam a ser divididas, a partir da descentralização dos poderes. Hoje, o INAMPS e o Instituto Nacional de Previdência Social atuam a nível nacional, responsabilizando-se pelo amparo aos trabalhadores da iniciativa privada e contingente de funcionários públicos da administração direta e indireta, permitindo aos governos dos Estados e dos municípios a implantação do seu próprio sistema de previdência. No Rio Grande do Norte, o INAMPS e o INPS gastam mais do que arrecadam. E, ano passado, injetaram recursos no Estado - em benefícios e manutenção de segurados - da ordem de quase 2,5 bilhões.

O INPS pagou em 1979 a título de benefícios e manutenção - cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros.



**Dalton Cunha:** "a maior injeção econômica financeira do Estado, decorre dos recursos da previdência social"

Em termos locais, o IPE — Instituto de Previdência dos Servidores do Estado - e o IPREVINAT, da Prefeitura de Natal, aumentaram o elenco de benefícios prestados aos segurados e seus dependentes.

O fato de ser o RN um Estado de jovens, agrava a situação financeira dos órgãos previdenciários. Sessenta por cento da população estadual tem menos de 21 anos de idade, ou seja, por jovens não integrados à força produtiva estadual e portanto, excetuando-se da condição de segurado ativo, contribuinte da previdência. Daí que o sistema previdenciário os acolhe como dependentes, onerando excessivamente a receita.

**MAIOR INJEÇÃO** — Operando exclusivamente com benefícios da Previdência Social nas áreas urbana e rural, o INPS, conforme revelação do Superintendente Regional, Dalton Cunha, "representa a maior injeção econômico-financeira no Estado, levando em consideração que em 1978 pagou de benefícios e manutenção, Cr\$ 1 bilhão 680 milhões, e em 79, no mesmo setor, a cifra subiu para Cr\$ 2 bilhões 355 milhões".

O pagamento dessa elevada cifra correspondeu a benefícios concedidos no ano passado a 144.942 beneficiários, sendo 73.138 habitantes da zona urbana e 71.814 da área rural. Os beneficiários foram atendidos por toda rede bancária do Estado, na medida do possível, em Bancos próximos aos domicílios dos segurados.

Afirmando que "a pessoa nasce e morre com a Previdência Social", Dalton Cunha fez questão de frisar que dentre os 144 mil benefícios do ano passado, incluem-se o Auxílio-Natalidade (o primeiro benefício), Aposentadorias, Pensões, Auxílios-Doença, Auxílio-Reclusão, além de outros, concluindo com o Auxílio-Funeral. No cômputo geral, o INPS, no espaço compreendido entre o Auxílio-Natalidade e o Funeral, presta mais 21 benefícios. "Só em Natal, o INPS paga por dia mais de 300 Auxílios Natalidade", concluiu o Superintendente.

**OS PROBLEMAS** — Para Dalton

Cunha, são dois os grandes problemas da Previdência Social - embora esses não possam ser solucionados a nível regional, como também a curto prazo. O primeiro deles é voltado para o fato do Rio Grande do Norte ser uma Região com predominância de jovens, e conseqüentemente forças inativas de trabalho, o que representa a não-contribuição para o INPS, e por conseguinte se situarem como dependentes ou segurados inativos. O segundo problema é justamente a não absorção pelo Estado da mão-de-obra disponível, o que dá conseqüência a muita gente ficar desempregada.

Se a Previdência Social defronta-se aqui com fatos desta natureza, é óbvio que opere com a despesa maior que a receita, pelo fato de poucos estarem contribuindo e muitos se beneficiando. O desemprego cria situações de embaraço para o INPS, culminando - via de regra - com tentativas de fraudes, vez que todos desejam um amparo previdenciário, como um estado de necessidade.

**A NECESSIDADE** — Como se sabe, todo e qualquer trabalhador, desconta compulsoriamente, na fonte pagadora 8% dos seus vencimentos, parcela destinada ao órgão previdenciário. Desta forma, o empregado passará a contar com o amparo da Previdência em todos os níveis. Mesmo os desempregados são atendidos pela Previdência, até um ano contado da data do último recolhimento. O grande problema é que a massa desempregada, mesmo caracterizada quanto à pretensão do benefício, atua como instrumento de pressão, objetivando o amparo. Se a pressão não funcionar, via de regra apelará para a fraude, comenta o Superintendente do INPS.

Dalton Cunha chegou mesmo a admitir a possibilidade das fraudes, preferindo, porém, não entrar em detalhes no assunto. Entretanto, adiantou que *“uma das maiores preocupações de sua administração é evitar lesão no patrimônio do Instituto, através do acompanhamento de execução”*.



Efrém Lima: “A partir de 1975 o IPE deu o salto para a maioria”.

## O contingente de beneficiários da Previdência Social no RN é maior que o de contribuinte: a razão tem predominância de jovens, inativos como força de trabalho.

**O IPE** — Instituto destinado a amparar os Servidores do Estado, é dirigido em duas administrações consecutivas por Efrém Lima. Diz o seu Presidente que *“o IPE, a partir de 1975 deu o salto para a maioria”*.

Em meados de 75, o referido Instituto operava precariamente, em decorrência da falta de recursos. *“O poder público retinha 40% das arrecadações do órgão, comprometendo a dinamização da entidade”* - revela Efrém.

Solucionado o problema da retenção do percentual nos cofres Estaduais, já em 1976, o IPE arquitetava uma vasta programação: além da oferta de serviços assistenciais Odonto-Médico-Hospitalares, a entidade passou a contar com atividades paralelas, tais como empréstimos simples e imobiliários, um moderno Centro Clínico e um Centro de Formação Profissional, além de outros serviços.

No espaço de apenas quatro anos, o IPE aumentou seu quadro de associados de 25.000 para 28.500 pessoas. Nesse mesmo espaço de tempo, na concepção de Efrém Lima, o ponto alto dos investimentos foi a instalação do Centro Clínico, além de uma Farmácia que vende remédios aos seus segurados ao preço de custo, com acréscimo de apenas 10%, tidos como despesa operacional.

**CONVÊNIO INAM** — Em 1978 o IPE marcou o ano das expansões de seus benefícios. Nesse ano, firmou convênio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM), passando a distribuir gêneros alimentícios a 800 lactentes, filhos de servidores do Estado que percebessem salário igual ou inferior ao mínimo regional. Ainda em 1978 aconteceu a ampliação do serviço Odonto-Médico-Hospitalar.

Outro convênio, revestido de substancial importância, foi celebrado com o Hospital da Polícia Militar objetivando oferecer aos segurados a melhor Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Estado, onde fora aplicados recursos na ordem de Cr\$ 2 milhões.

O IPE, ao longo desses últimos anos, dirigiu suas atividades não só para serviços médicos, mas também para a atividade social. Até o final de 79, conforme o último balancete do ano, a entidade aplicou Cr\$ 128 milhões nas diversas modalidades de empréstimos aos seus segurados.

**O MUNICÍPIO** — Por sua vez, o IPREVINAT, no início da atual administração, esteve numa situação de quase insolvência e desacreditado perante seus segurados. *“O IPREVINAT esteve às portas da falência”*



IPE chega à maioria, com aumento do quadro de associados e maior extensão de programas sociais.

- declara o atual presidente da entidade, médico Cassimiro Monteiro Cavalcanti, e enfatizando que *"se não fosse a sensibilidade do prefeito José Agripino o IPREVINAT ainda hoje estaria limitado tão somente a pagar médicos e alguns hospitais com repasses da Prefeitura, em virtude do organismo operar com um déficit de Cr\$ 85 mil por mês"*.

O IPREVINAT, conforme informações do seu presidente, em apenas um ano de atividade na atual administração ampliou seu quadro de segurados de 489 para aproximadamente três mil beneficiários; conta com convênio com quase toda rede hospitalar de Natal, e firmou também Convênio com o INAM, dando oportunidade a oferecer, gratuitamente, alimentação básica a 300 servidores, além de seus dependentes.

**UM GRANDE PASSO** — No entender do médico Cassimiro Monteiro, o Convênio com quase toda rede hospitalar da capital correspondeu a uma das mais importantes investidas que o IPREVINAT deu na atual administração: *"Com esse comportamento, nenhum dos nossos Segurados deixará de ser atendido por falta de especialização profissional dos nossos hospitais, vez que eles dispõem de uma gama de prestação de serviços. Se o paciente não for atendido numa Casa de Saúde,*



O IPREVINAT está sendo dinamizado na administração do médico Cassimiro Monteiro.

*então, imediatamente será encaminhado para outra"*.

A exemplo do IPE, o IPREVINAT também opera com a Carteira de Empréstimos Simples, beneficiando, nos mesmos moldes, seus associados. Não se limitando apenas a esta atividade, o Presidente Cassimiro sugeriu ao Prefeito José Agripino a implantação, naquele Instituto, de uma Carteira Habitacional, conforme normas do Banco Nacional de Habitação, com a finalidade de atingir o objetivo comum do Sistema Nacional de Habitação, relativamente aos servidores municipais.

Os órgãos executores da Previdência Social no Estado, nos níveis Federal, Estadual e Municipal, já traçaram suas metas ou programas para o ano vigente.

**EM 1980** — O Superintendente Regional do INPS, no dia 24 de fevereiro passado, participou no Rio de Janeiro de uma reunião na qual se fizeram presentes os demais superintendentes do país, além do Ministro da Previdência Social, Jair Soares.

O IPREVINAT aumenta o quadro de associados em seis vezes - de 489 para 3.000 no espaço de um ano.

Na oportunidade, os executivos fizeram uma análise, em profundidade, do programa e das atividades do INPS em todo o País.

Dalton Cunha, na reunião, apresentou ao Presidente da autarquia, o Projeto do Centro de Reabilitação Profissional de Natal, que será implantado numa área de 1.600 metros quadrados. Esse Centro terá a finalidade de desenvolver a capacidade residual de segurados que, de algum modo, física ou mentalmente, estão impedidos de exercer suas atividades profissionais habituais, para reintegrá-los na força do trabalho, como elemento produtivo. Outra matéria que foi apreciada pelo Ministro refere-se à criação de dois Postos de Atendimento Previdenciário, sendo um em Natal e o outro em Mossoró. Adiantou Dalton que, este ano, os dois Projetos serão iniciados.

Já o IPE procurará dobrar os recursos para os empréstimos e ampliar os benefícios e serviços aos Servidores Públicos do Estado. Finalmente, o IPREVINAT se propõe, com o aval do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a aparelhar uma Creche destinada para filhos de servidores de 0 a 6 anos, e à prestação de serviços geriátricos, através de um sistema de Integração Social aos funcionários idosos, particularizando os Pensionistas e Aposentados. A atividade será desenvolvida sob a forma de terapia ocupacional.



## O Imperador do Sertão

• Depois de confessar o *dolce farniente* dos parlamentares norterriograndenses - que trocariam amenidades entre um e outro gole de cafézinho; depois de ser sagrado "imperador do sertão" THEODORICO BEZERRA, agricultor, pecuarista, também deputado estadual, ex-major da extinta Guarda Nacional, desponta novamente para o pitoresco, revelando mistérios guardados a sete chaves pelos figurões da política local. Agora foi a vez da sucessão estadual. Segundo THEODORICO, o grupo palaciano quer ZÉ AGRIPINO no Palácio Potengi: o óbvio pululante. Ora, meu caro *majó*, a questão deve ser colocada em termos práticos. Se ZÉ AGRIPINO suceder ao primo LAVOISIER fica tudo em família. Não haverá transferência, mas sucessão de fato, por direitos hereditários. A hipótese resolveria os atropelos naturais da burocracia, enchendo de alegria o Ministro BELTRÃO. Evitaria por exemplo, a substituição de móveis, de pessoal, de projetos, etc.

Consultando o filosofário do Conselheiro Avelino, descobre-se uma frase lapidar: *falar a verdade não é mentir*. Dal que o *majó* seria absolvido da inconfidência em qualquer tribunal lá de cima. Mas aqui, cometeu um imperdoável crime de lesa-majestade, segundo o código antigo e aceito das conveniências políticas. A maior queixa é que, na prática, a candidatura precoce do Prefeito boiaria n'água feito aquelas coisas que vêm com as enchentes.

• P. S. - O sobrinho LAURO BEZERRA pensa em publicar uma antologia de *causos* do major. Bem merecida.

## Projetos para o RN

- O Reitor DIÓGENES DA CUNHA LIMA submete à análise da comunidade norterriograndense, uma série de três projetos nascidos sob inspiração da filosofia que ele levou para a UFRN: uma Universidade *para* o Rio Grande do Norte, em substituição ao tradicional centro acadêmico *do* Rio Grande do Norte.
- A nova posição universitária não é apenas uma questão semântica, mas uma verdadeira orientação filosófica, voltada para a integração da UFRN no processo de desenvolvimento da comunidade potiguar.
- O primeiro projeto (*Rio Grande do Norte*) objetiva colocar o instrumental universitário a serviço do Estado; o segundo (*Memória*), pretende preservar a memória política e cultural do nosso povo, registrando-a em arquivos e publicações; o último (*Vanguarda*) quer preparar o amanhã, desenvolvendo pesquisas e tecnologias tendo em vista hábitos para técnicos e disponibilidades de recursos naturais inaproveitados por carência de técnicas.
- Os três projetos - reunidos - exibem etapas diversas da cronologia do desenvolvimento: Hoje (Rio Grande do Norte), Ontem (Memória) e Amanhã (Vanguarda).

## Brizoleta

• O deputado CARLOS ALBERTO lança em Natal sua própria candidatura ao governo do Estado. É nisso que dá a mutação do vírus *Brizolensis*. A doença provocada pelo vírus - a *Brizoleta* - deixa o paciente nervoso, precipitado - quase histérico. O grande agente de propagação da doença - o próprio Brizola - esteve por algum tempo em tratamento nos mais adiantados centros europeus de recuperação. A fase aguda foi superada, mas o vírus continua vivo. Haja visto que tão logo Brizola desembarcou no Aeroporto, adoeceu a oposição brasileira.



## Cobras criadas...

Há algum tempo, se dizia que os Maia ao se aliarem com os Alves estavam alimentando uma cobra que, tão logo se sentisse suficientemente forte, envenenaria os seus benfeitores. Ou seja: os Alves viriam a se voltar contra os Maia e tentariam esvaziá-los politicamente, quando estes já não tivessem mais o que lhes oferecer como vantagem. Acontece que o tiro está saindo pela culatra: a cobra são os Maia e parece que eles já "morderam" Aluizio. Basta contar quantos ex-aluizistas já debandaram do PP para o PDS.

## A falência das Prefeituras

• O deputado HENRIQUE ALVES, (PP) propôs ao Congresso projeto de lei complementar, isentando do pagamento do IPTU os proprietários de imóveis de fins residenciais, cujo valor não exceda 3.000 UPCs. O valor de uma UPC é de Cr\$ 546,64. Três mil UPCs perfazem, por conseguinte, Cr\$ 1.640.000,00, importância maior do que o valor, para fins tributários, de mais de 90% dos imóveis residenciais de Natal e 100% dos prédios do interior do Estado.

A essas alturas, as Prefeituras - que têm no IPTU talvez a sua maior fonte de recursos - devem se preparar para a realização de bingos, sorteios, rifas, festas de caridades, para conseguir recursos para a execução de seus programas. Todo mundo sabe que, além do IPTU, as Prefeituras só dispõem do ISS como fonte de receita tributária direta - e esse tributo é, via de regra, escamoteado pelos próprios contribuintes.

• Consultado sobre o projeto, o Conselheiro Avelino só fez uma observação: "Esse filho de Aluizio jamais será Prefeito".

## Sinal verde

Chegou a Natal faz algum tempo, o coronel MATOSO MAIA. Veio em missão do grupo liderado por JOSÉ LUIZ MOREIRA DE SOUZA para resolver os problemas das empresas integrantes do complexo UEB. Já está conseguindo tirar o Hotel Ducal e a INCARTON do vermelho. O próximo passo será a SPARTA.

Parece mesmo que o JOSÉ LUIZ pretende tirar o grupo UEB do risco de mais uma aventura política.



## Jumentos

• Noticiam que cerca de 70% dos jumentos (os animais) existentes no Rio Grande do Norte, teriam sido dizimados. A matança fica por conta da mania que têm certos europeus de fazerem charqueada com a carne do dito cujo. Os autores da chacina se defendem apelando para a legítima defesa da sobrevivência. Enquanto isso, os similares humanos continuam impunes - nas estações de rádio, na televisão, na imprensa e principalmente na administração pública.

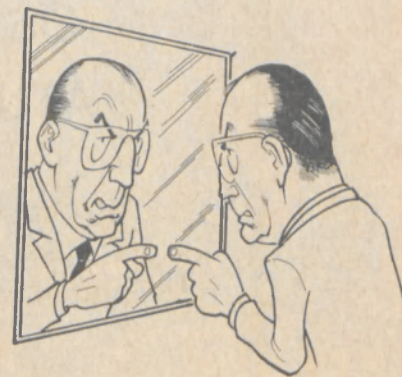
## Canal 5

VIVA BERILO, na opinião dos espectadores da TVE Canal 5, foi um documentário de rara sensibilidade e excelente aprumo técnico. Para os que imaginaram que uma estação de televisão pobre e sem maiores recursos técnicos não ia além de *enlatados* e crônica esportiva, foi uma tremenda cacetada. É só lembrar GILBERTO AMADO quando dizia que os Estados pobres (Sergipe e alhures) só contavam com um único produto de exportação rentável: a inteligência.

## Governo é oposição

• Segundo a revista EXAME, o empresário Roberto (Global) Marinho conversava irritadamente com o ministro DELFIM NETTO sobre a proposta de co-gestão do PDS. A irritação do empresário Global pode ser um sintoma de que a proposta é mesmo para valer. Se fôr, junte-se esse projeto a outras iniciativas do governo num caldeirão fervendo e JOÃO FIGUEIREDO acabará na oposição.

JARBAS PASSARINHO e FLÁVIO MARCÍLIO, ambos vestais do situacionismo, aplaudem as declarações do ex-desafeto e inimigo público n.º 10, CELSO FURTADO, segundo as quais o Nordeste requeria um novo diagnóstico e uma nova reflexão. Tudo bem. Mas a julgar pelo radicalismo demonstrado



pelos próceres governistas citados, a revisão nas posições parece sintomática: o governo federal vai terminar virando oposição. O do Rio Grande do Norte continua governo e não abre.

## Câmara rápida

• A Bolsa de apostas do Grande Ponto e adjacências dá vantagem de 10 para 1 como DINARTE vai bagunçar o coreto do do grupo palaciano.

AUGUSTO SEVERO NETTO ingressa nos domínios da prosa pela segunda vez (depois de *O Tempo Ontem*) sem perder a característica poética de seus habituais escritos. Seu livro mais recente *De Liricos e de loucos*, aborda a paisagem humana potiguar, cheia de malandragem, de uma loucura mansa que se não é lirismo é muito mais divino.

O IPREVINAT (Instituto de Previdência do município de Natal) oferecerá um Centro Geriátrico aos associados em idade dita propecta. Não custaria nada estender esses serviços a outras classes de servidores públicos. Aos políticos, por exemplo.

JUSSIER MAGALHÃES, cirurgião plástico, a exemplo de TÚLIO FERNANDES FILHO e LEOPOLDO NELSON, conseguiu conciliar medicina e pintura. Ainda neste semestre fará uma exposição de seus últimos trabalhos de natureza figurativa.

RN/*Econômico* já convidou um especialista em Direito Administrativo para elaborar um artigo analisando em profundidade a questão do lucro nas empresas públicas. Realmente está um disparate a mania de iniciativa privada dos governos. Só que o pior da iniciativa privada é imitado. Eficiência que é bom ... O custo percentual médio das tarifas de serviços públicos aumentou, de 1976 a 1980, em cerca de 500 por cento, enquanto a qualidade destes serviços se torna cada vez mais discutível.

Técnicos agrícolas desenvolvem pesquisas cujos resultados deverão provar que a *algoroba* pode ser adicionada ao farelo de trigo, com excelentes vantagens como nutriente para o gado, pois estimularia a lactação nas vacas de leite.

O INSTITUTO GALLUP de pesquisa de opinião, depois de sondar a opinião dos norterriograndenses, concluiu que o governador LAVOISIER MAIA, é o mais impopular entre os seus colegas de todos os Estados brasileiros. Vamos ver se a comprovação do que o governador já sabia, fará com que os seus auxiliares mais diretos passem a se preocupar com sua imagem.

# **EMATER**

## **OS SALDOS POSITIVOS DA ATUAÇÃO NA EMERGÊNCIA**

**Em 1979 a seca se abateu sobre o Rio Grande do Norte,  
forçando a decretação do estado de emergência. Coube à EMATER-RN  
o comando das ações em socorro à agricultura e à pecuária.  
E o órgão deu conta do recado!**

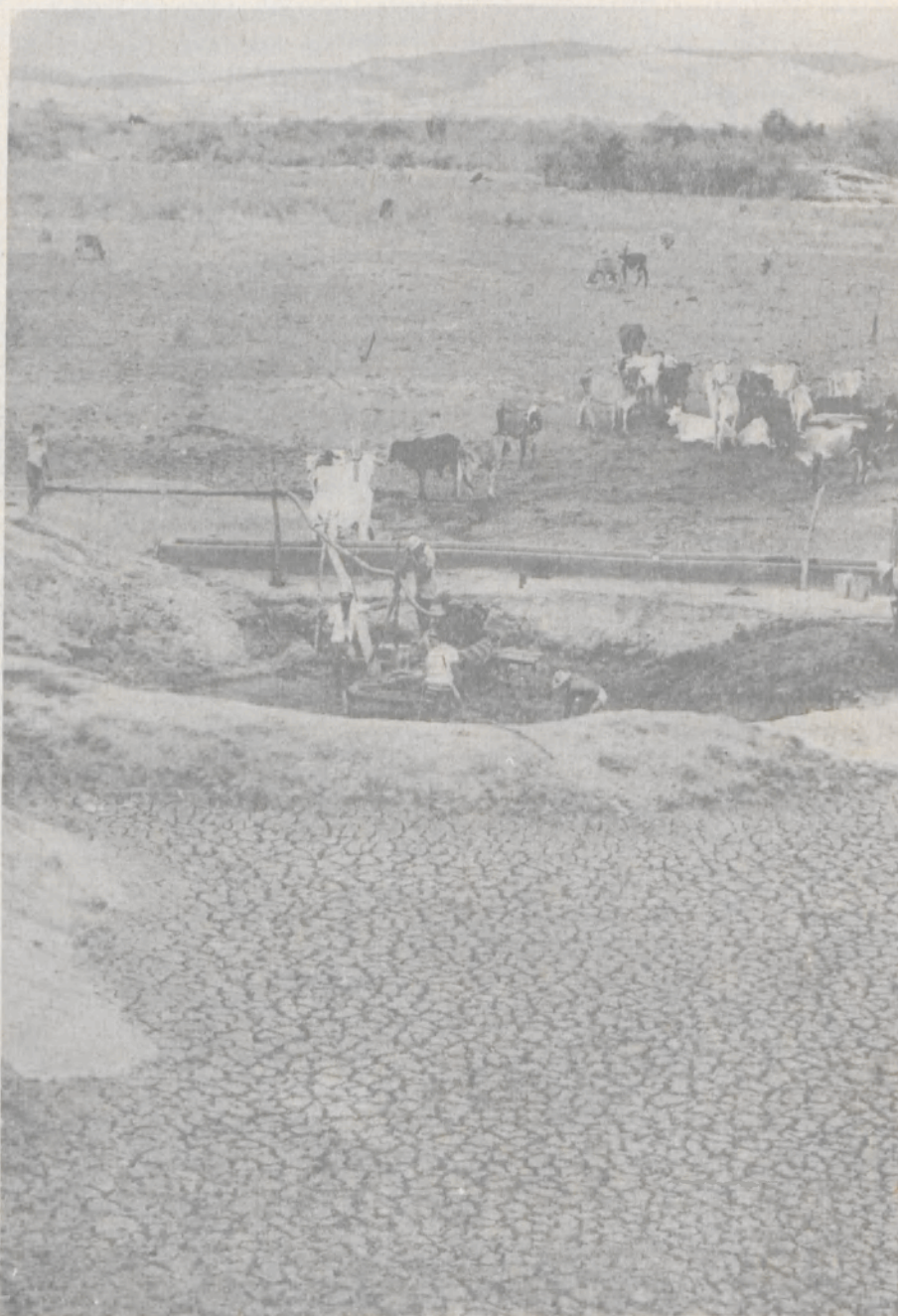
Diz um conhecido princípio administrativo que nenhum órgão da administração pública, direta ou indireta, está autorizado a falar de eficiência senão quando tiver submetido a teste a sua capacidade de formar decisões em época de emergência.

Se valer a opinião, a EMATER já se submeteu à prova de fogo, saindo do exame com um conceito superior à média. Na recente estiagem que se abateu sobre o Estado do Rio Grande do Norte, a presença da EMATER foi condição decisiva para que a catástrofe tivesse seus efeitos não apenas reduzidos, como também para que, da própria situação negativista, fosse colhidos resultados positivos.

A decisão do governo já foi um indicativo de confiança no desempenho da empresa. Com efeito, tão logo foi regulamentado o Dec. 7.592 de 10/04 que instituiu o Programa de Emergência, a EMATER foi convocada para a execução do programa, oferecendo, de imediato, uma amostragem do seu poder de mobilização, reunindo todo o pessoal técnico disponível, e promovendo a instalação de escritórios de apoio em todo o Estado. A partir de então, conviveu durante todo o período da emergência com os agricultores, dando-lhe as condições para que a própria adversidade fosse transformada em algo positivo. Foi a partir dessa estratégia que a EMATER, órgão vinculado à Secretaria do Estado da Agricultura, pode apresentar agora um saldo positivo de serviços prestados, extremamente mais valiosos do que os exemplos paternalistas das antigas Frentes de Trabalho.

A mobilização da mão-de-obra desempregada para obras de caráter permanente, veio dotar o setor agrícola do RN de uma melhor infra-estrutura, capaz de receber o plantio de vastas áreas agricultáveis, além de proporcionar ao setor uma maior capacidade de reserva de água por sistema de açudagem. Sem contar com obras de caráter emergente, tais como implantação e reformas de cercas e currais, construção de silos, cochos e galpões, até a produção de tijolos e de fornos de cal.

O **BALANÇO** — A Emergência foi iniciada em 22 de abril do ano passado e de-



**Diante da seca, a EMATER estimulou a realização de obras de infraestrutura nas propriedades rurais, com vistas a recuperar no futuro os grandes prejuízos de 1979.**

sativada no dia 29 de fevereiro do corrente ano. Neste espaço de tempo - dez meses - a EMATER atendeu a cerca de 16.000 propriedades rurais, encravadas em 110 municípios do Estado, e aplicou recursos da ordem de 1,4 bilhão de cruzeiros.

Com o inverno assegurado, os resultados começam a fluir, como num indicativo do acerto das medidas levadas a efeito pelos executores do programa. É necessário demonstrar os quantitativos dos projetos postos em execução, para que se tenha uma idéia mais concreta dos resultados que trarão, agora que o inverno já se prenuncia auspicioso para a agricultura:

**DESMATAMENTO** — Promoveu-se o desmatamento de 124.773 hectares de terras, permitindo aos proprietários rurais o aproveitamento da área para plantação de culturas diversificadas:

**ÁGUA** — Entre construções e reformas, 982 açudes passam a servir ao agricultor, provisionando água para a época de estiagem, além de 368 barragens, 4 caixas d'água, 52 poços tubulares, 92 cisternas, 1.430 cacimbas e 7.802 metros de canal em alvenaria. Ainda se encontra em fase de conclusão, 737 açudes iniciados na Emergência. Desnecessário é acrescentar de importância os trabalhos executados, objetivando o provisão de água para épocas de estiagem.

**CONSTRUÇÕES** — Construiu-se ou se procedeu a reforma de 824 casas, 546 armazéns e 57 galpões;

**INFRA-ESTRUTURA AGROPECUÁRIA** — Construção e reforma de 130 quilômetros de cercas, 581 currais, 39 silos, 16 bebedouros, 8.432 hectares de limpeza e formação de pastagens, 130 cochos, corte de 9.360 estacas e varas e 14 unidades de estábulos;

**DIVERSOS** — Produção de 10.410 milheiros de tijolos e telhas, enchimento de 710 toneladas em silos, construção de fornos de cal.

O programa empregou 101.584 trabalhadores rurais, de cujo total cerca de 99 mil ainda estão agregados a 14.381 propriedades rurais, envolvidos em atividades de preparação do solo e plantio, com vistas à confirmação do inverno.

**A OPERAÇÃO EMERGÊNCIA** — Cento e dez municípios foram inscritos no programa, atentando-se para o envolvimento dessas regiões no vasto panorama da seca. Após a seleção, fez-se um detalhamento das propriedades por estratos e ocupação da mão-de-obra. Com base nesse diagnóstico, a EMATER chegou a um total de 4.994 propriedades com áreas variáveis de 0 a 20 hectares, ensejando a ocupação de 25.351 trabalhadores 7.031 propriedades de 20 a 100 ha. ocupando 45.049 trabalhadores; 2.083 imóveis rurais, de 100 a 500 hectares, absorvendo a mão-de-obra de 22.586 pessoas; e, finalmente, 273 propriedades com área igual ou superior a 500 hectares que proporcionaram a ocupação de um contingente de 6.634 agricultores.



### Mais de 100 mil trabalhadores rurais foram atendidos dentro da Emergência, com o que se garantiu salário e assistência para todos.

A esse critério foi acrescentado um outro que escolhia 14 municípios como sedes de regiões, agrupando municípios vizinhos, para efeitos organizacionais. Assim, Açugimento 2.993 propriedades; Angicos, 220; Alexandria, 393; Caicó, 531; Currais Novos, 94; Jardim do Seridó, 278; João Câmara, 345; Mossoró, 591; Patu, 431; Pau dos Ferros, 851; Santa Cruz, 323; São Paulo do Potengi, 204; e Umarizal, 434.

Ainda convencionou a MINTER/SUDENE/Gov. do Estado que, como forma de compensação aos pequenos agricultores, as propriedades que tivessem área entre 0 e 20 hectares, teriam os custos de mão-de-obra totalmente financiados pelo programa. Acima dessa área, o financiamento seria partilhado com o proprietário, com base numa proporção de equilíbrio.

Roberto Silvio Frota de Holanda, presidente da EMATER, considera-se gratificado: "A partir da realidade que detectamos, vamos revestir nossos programas de um caráter mais emergencial, mais prático. Naturalmente sem nos afastarmos dos objetivos que ensejaram a criação da EMATER". O presidente se sente confortado com os elogios do Governador La Voisier Maia à atuação da empresa no programa de emergência: "merecidos, sem falsa modéstia, os resultados nos animam a crer que nossa missão foi cumprida. O inverno, que a esta altura já parece confirmado, somente irá demonstrar o acerto de nossas iniciativas".

**NOVAS DIRETRIZES** — Os quase 25 anos de existência da Assistência Técnica Extensão Rural no Estado difundidos através da ex-ANCAR e hoje EMATER, têm-se caracterizado com o que poderia ser entendido como um caráter especial da empresa. O otimismo. Animada mais ainda com o saldo de serviços da emergência, a EMATER vai por em prática novas técnicas que serão implantadas a partir dos projetos elaborados pela CEPLAN - Coordenadoria de Planejamento. Pretende-se que as novas diretrizes desses projetos levem ao plantador novas técnicas de plantio, incentivando-se também a extensão rural. Vários programas serão viabilizados através dos projetos em andamento. Um plano de desenvolvimento integrado incluirá entre suas metas, os PDRIS - Projeto Des. Rural Integrado Algodão Arbóreo, da Serra do Martins, da Lagoa do Boqueirão, da Serra do Mel, além da integração ao Projeto Sertanejo. Também inclui-se nas metas dos projetos a extensão do plano de irrigação (com o DNOCS) e o programa de baixa renda.

Três são as linhas mestras dos projetos: transferência de tecnologia; difusão das políticas agrícolas; atuação junto a fatores que impedem ou limitam a adoção da tecnologia. Como se depreende, a preocupação fundamental é com a transferência de novas técnicas, capazes de proporcionar ao agricultor o aumento na produtividade

agrícola. O programa pretende levar ao homem do campo ensinamentos técnicos, facilmente assimiláveis e capazes de furar o bloqueio gerado pelo hábito, muitas vezes prejudicial ao aumento da produtividade.

Roberto Frota explica o programa e a preocupação com a integração do agricultor à EMATER: *“Esta política tem por objetivo fomentar nos proprietários de terra, o interesse por sua melhor utilização e, com isso, fazê-los procurar nossos escritórios instalados nos pontos chaves no interior do Estado e na capital. Nós vemos um fim único e melhor para o agricultor, sabendo que para eliminar fatores adversos, se tornam necessários adoção de novas estratégias. Já contamos, para facilitar o nosso trabalho, com a participação de instituições cooperativas e associações de produtores”.*

**PROGRAMAÇÃO** — A programação para 1980, caracteriza-se pelo planejamento voltado para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, pois o produtor necessita de maior apoio. Para isso, diz Roberto Frota, *“estamos recebendo total apoio do Governo, tanto na esfera Federal quanto na Estadual”.*

**PASTICULTURA** — Em vista da escassez de pastagens para o gado, no Estado, a EMATER está lançando este ano um projeto para implantação de Unidades Demonstrativas de forrageiras que serão instaladas segundo recursos advindos de Convênio entre SUDENE, SAG (Secretaria da Agricultura) e a própria EMATER-RN.

Para essa iniciativa a empresa está contando com apoio do mercado local, para a aquisição de sementes disponíveis. As sementes adquiridas até agora já se encontram no campo e as normas finais estão sendo executadas com o objetivo de serem selecionadas Unidades Demonstrativas pelos métodos já preconizados pela equipe especializada de técnicos do órgão.

As forrageiras são as Cramineas (Capim Buffel, variedade americana); Leguminosas Herbáceas e leguminosas arbórea, sendo estas conhecidas popularmente por Algaroba e Leucena. Para o plantio o trabalho será diminuído dada a disponibilidade de terras já desmatadas pelo Programa da Emergência. As inscrições foram feitas e selecionadas as propriedades localizadas nos municípios de Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, João Câmara, Angicos e Carnaúbas, englobando um nº de 50%, já implantadas. A cada proprietário, será dado além de assistência técnica ofertada aos pecuaristas, durante o cultivo, um prêmio para os mais destacados plantadores. Consta das normas do programa uma divisão dos campos semeados, ficando metade obtida para o proprietário e metade para a Sec. de Agricultura.

O projeto elaborado com base nos municípios de maior densidade pecuária, vai atender uma seleção de campos pre-estabelecida a nível de municípios, num total de 980 hectares, envolvendo os municípios de J. Piranhas, Serra Negra do Norte, Ouro Branco, São José do Sabugi, J. do Seridó, Jucurutu, São Fernan-



**Promovendo o “Dia no Campo” em diversas regiões do Estado, a EMATER tem levado as novas técnicas ao agricultor e ao pecuarista.**



**O programa de Emergência impediu o êxodo rural durante a seca. Todos os trabalhadores rurais encontraram condições de permanecer em seu meio.**



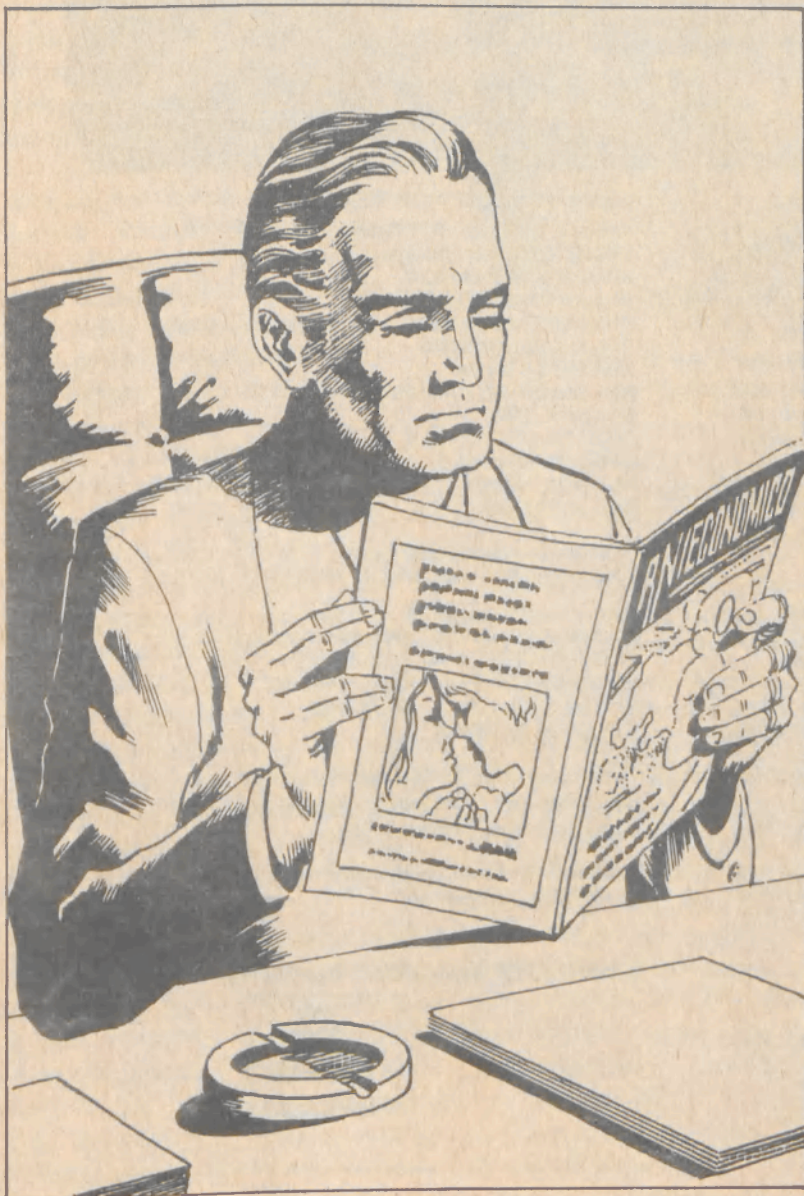
**Dezesseis mil propriedades rurais foram beneficiadas dentro do programa de emergência.**

do, Caicó, Acari, Parelhas, Cruzeta, Currais Novos, Florânea, São Tomé, Barcelona, Sítio Novo, Tangará, Santa Cruz, Campo Redondo, Parazinho, Pedra Preta, Jardim de Angicos, João Câmara, Jandaira, Lajes, Pedro Avelino, Afonso Bezerra, Caiçara do R. dos Ventos, Angicos, Santana do Matos, G. Dix. Sept Ro-

sado, Janduí, Parauá, Upanema, Caraubas, Apodi e Augusto Severo.

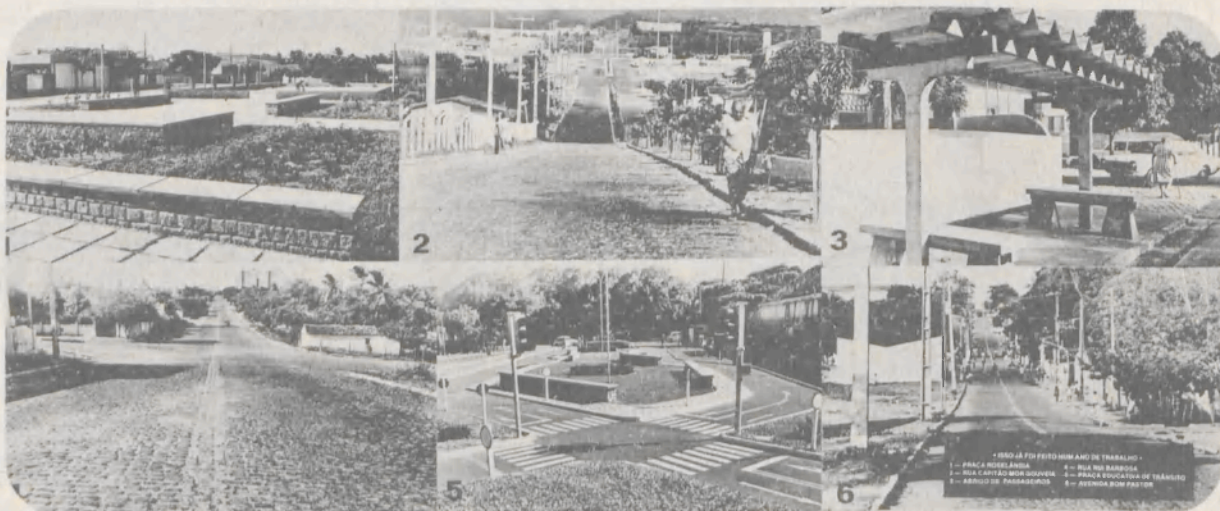
Com este projeto espera o diretor presidente da EMATER-RN contribuir para a solução de um dos mais cruciantes problemas da pecuária do Estado, o de supri-lo em forragem em reserva suficiente para grandes períodos de seca.

# Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.

# UM ANO DE PAS E MUITOS COMPROMISSOS



Ao completar o seu primeiro ano, a administração municipal, além do seu Programa de Ação Social (PAS), vitorioso em vários projetos, vem de público assumir outros compromissos. E apresentar os resultados concretos de um trabalho silencioso e obstinado, que vai permitir, neste novo ano que começa, o desenvolvimento do seu conjunto de obras públicas (80/81) configurados nos seguintes projetos específicos:

Asfaltamento da AV. BERNARDO VIEIRA  
Asfaltamento da PRESIDENTE BANDEIRA  
Asfaltamento e drenagem da MÁRIO NEGÓCIO  
Asfaltamento da RUA OLINTO MEIRA  
Asfaltamento da RUA DOS CANINDÉS  
Pavimentação da ESTRADA DO JIQUI  
Pavimentação da ligação CIDADE DA ESPERANÇA a CIDADE NOVA  
Pavimentação do contorno do BAIRRO FELIPE CAMARÃO  
Alargamento da Estrada da REDINHA na área dos conjuntos habitacionais.  
Pavimentação da RUA GUANABARA (Mãe Luíza)  
Pavimentação de via de penetração nos CONJ. SOLEDADE, SANTA CATARINA, PANATIS e POTENGI

Conclusão das :  
AV. DE CONTORNO  
AV. BEIRA CANAL  
Encostas de GETÚLIO VARGAS  
Duplicação da AV. INTERVENTOR MÁRIO CÂMARA  
Recapamento da AV. RIO BRANCO  
Asfaltamento da RUA CEL. ESTEVAM

## Drenagem da RIBEIRA (2ª Etapa)

Pavimentação das RUAS abrangidas pelo PROJETO CURA (1980/81)  
RUA ANTÔNIO BASÍLIO  
RUA NASCIMENTO CASTRO  
RUA AMINTAS BARROS  
RUA MIGUEL CASTRO  
RUA LIMA E SILVA  
RUA JERÔNIMO CÂMARA  
RUA SÃO JOSÉ  
RUA DOS POTIGUARES  
RUA DOS TORORÓS  
RUA DOS CAICÓS  
RUA JAGUARARI

70 salas de aula nos bairros LAGOA NOVA e DIX-SEPT ROSADO

Pavimentação das RUAS:  
ROMUALDO GALVÃO - RUA SÃO PAULO  
PRESIDENTE GONÇALVES - MIRAMAR  
DJALMA MARANHÃO - LEÃO VELOSO  
RUA DA FLORESTA - JORDANEZ  
CEL. JOSÉ BEZERRA

Este é o desafio do segundo ano da administração municipal, reunido no Plano de Obras Básicas, POB.

Desafio que será vencido com o seu apoio e sua participação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL**



ADMINISTRAÇÃO JOSÉ ACRÍPIO



## CONSTRUÇÃO CIVIL EM EXPECTATIVA

*Os empresários temem o desemprego e apontam o aumento da marginalidade como decorrência da paralização de obras.*

O desaquecimento da política de investimentos do governo federal em obras públicas, em quase nada prejudicou as empresas de construção civil do Rio Grande do Norte. Mesmo considerando que idêntico comportamento tiveram as administrações estadual e municipais, iguais foram os seus efeitos para o setor de construções. A explicação é simples: o Estado do Rio Grande do Norte, nos últimos cinco anos teve apenas algumas obras de grande porte - as chamadas edificações faraônicas. E quase sempre tais obras foram arrebatadas por Construtoras de fora do Estado - exceção feita apenas para a Via Costeira, a sede da Assembléia Legislativa, o Viaduto do Baldo, Centro Administrativo e mais umas poucas construções.

Ilustrando ainda mais essa realidade, basta que se constate que a maior obra de construção civil empreendida no RN está entregue à Construtora Andrade Gutiérrez - a Barragem Engenheiro Armando Gonçalves, em Açú.

O que deixa comprometido o resultado operacional do setor de construções do Estado é a recente recessão dos órgãos responsáveis pela execução e coordenação da política de habitação do governo central: a COHAB — Companhia de Habitação Popular do RN — e o INOCOOP — Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais.

O convencimento, entretanto, é o de que a única opção para uma intensa movimentação das empresas ligadas ao setor - a construção de casas populares - será reabilitada, a partir dos indícios de programação, detectada através da compra de terrenos pela COHAB e a perspecti-



**Francisco Rosa**, Presidente do Sind. dos Trabalhadores na Construção Civil: "quem precisar de emprego pode me procurar que eu arranjo na hora".

va de construção da "Cidade Satélite" em Natal, coordenada pelo INOCOOP. Preocupa também a alguns setores, a possibilidade de paralização de, pelo menos, a iniciativa de construção de casas populares, pelo aspecto social - a ameaça de desemprego. As construtoras absorvem o maior contingente de mão-de-obra desqualificada do Estado, exatamente a área menos privilegiada do mercado de trabalho. Até essa preocupação, entretanto, é passível de controvérsias. Há quem justifique os seus temores; há outros que não vêem razão para tal expectativa; e outros ainda, que, finalmente, se ressentem por falta de mão-de-obra disponível.

**INDEFINIÇÕES** — O ano de 1979 marcou para o INOCOOP como que uma fase de indefinições. O Conjunto "Cidade Satélite", com quase quatro mil unidades, que deveria ter se iniciado naquele ano, por uma questão de falta de consenso entre as autoridades municipais, até hoje não saiu. O referido núcleo habitacional, se iniciado, teria assegurado às principais construtoras do Estado, pelo menos, dois anos de ocupação. O Projeto está pronto, o local já foi definido, mas por causa de divergências entre a Prefeitura e o INOCOOP, até hoje a obra não foi iniciada.

Agravando a situação de expectativa das construtoras, a COHAB, por sua vez, em 1979, praticamente não construiu, limitando-se tão somente à compra de terrenos. Todavia, há uma esperança: em 1979 a COHAB investiu na compra de centenas de hectares de terra, enquanto o INOCOOP, apesar de não se definir em relação à construção da Cidade Satélite, o deve fazer por todo esse ano. Por conseguinte há de se esperar que 1980 seja um bom ano para a Construção Civil no Rio Grande do Norte.

**UMA PERGUNTA** — Face à paralização das obras públicas e à desaceleração do ritmo dos programas de investimentos do INOCOOP, e COHAB, paira uma pergunta no ar: estes incidentes contribuíram para o desemprego da mão-de-obra na construção civil?

Enquanto alguns afirmam que está havendo e haverá desemprego, outros são de opinião que este problema ainda não existiu no Estado.

A primeira pessoa a ser ouvida para opinar sobre os reflexos da medida governamental especificamente na área de ocupação de mão-de-obra, foi o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil do Rio Grande do Norte, Francisco Rosa. Ao receber o repórter, inicialmente afirmou não ter nada a declarar em relação à pergunta, mas, mesmo assim, deixou vazar algumas considerações.

Mostrando-se contrariado, insistentemente disse que "se eu falar

*alguma coisa em nada vai adiantar'', mas terminou declarando que ''aqui não se constrói obras de grande porte e a medida do Governo não comprometeu o setor de construção civil. Não está havendo desemprego. Pode chegar aqui (No Sindicato) qualquer quantidade de desempregados que eu os emprego na hora''.*

Embora garantindo que ninguém estava desempregado em virtude da redução do número de obras públicas, Francisco Rosa profetizou: *''O desemprego em massa aconteceria caso o Governo permitisse a construção de casas pré-moldadas. No Sul do País, há alguns anos, surgiu a experiência de uma firma pequena que por dia, entregava prontas quase dez casas. Os resultados, para os empregados, foram desastrosos''.*

No entender do líder sindical, caso o Governo permita ou incentive a construção de casas pré-moldadas isto representará um terrível problema social pelo fato da construção civil absorver grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada.

**A MARGINALIDADE** — Contrapondo-se às declarações de Francisco Rosa, o Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, Flávio Azevedo, disse, enfaticamente, que *''a falta de obras, especialmente as do poder público, deu consequência ao desemprego de muita gente. De um ano para cá o índice de marginalidade subiu em virtude das construtoras não terem podido absorver a mão-de-obra não especializada''.*

*Parafraseando Napoleão - quando a construção civil vai bem tudo vai bem. A construção civil é um termômetro que mede as oscilações comportamentais de uma sociedade. O ano passado enquanto o gráfico de faturamento das Construtoras foram descendentes, em conta partida o índice de marginalidade tomou proporções alarmantes''.*

Com estas palavras, Flávio Azevedo deixou bem claro que a falta de obras numa capital está intrinsecamente ligado à escalada da marginalidade, em virtude da construção



**Flávio Azevedo:** *''A Construção Civil absorve o maior contingente de mão de obra desqualificada; reprimindo a marginalidade''.*

civil ser o receptáculo absorvente da mão-de-obra não qualificada. *''Quando a pessoa não tem nenhuma profissão vai trabalhar como servente de pedreiro. Se chega na Construtora e não consegue vaga, via de regra enveredará nas fileiras da marginalidade. Como no ano passado, teoricamente, não existiram obras, o índice de marginalidade aumentou consideravelmente''* asseverou.

O tema é controverso: para alguns empresários há desemprego; para outros, o que falta é mão de obra disponível.

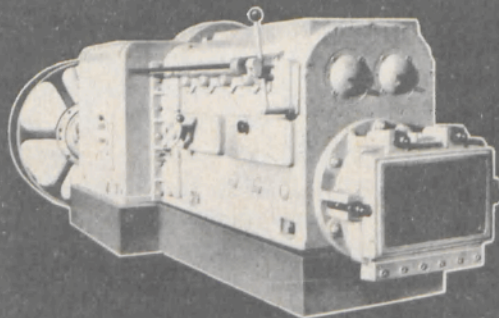
**DUVIDOU MUITO** — A entrevista feita com Flávio Azevedo datou do último dia 21, uma sexta-feira. Naquele dia o Edifício Cidade do Natal, em obras (situado na esquina da João Pessoa com a Avenida Deodoro), expunha uma placa: *''Precisa-se de serventes''.* O referido líder classista empresarial foi informado pelo repórter que havia uma construtora, no Centro da Cidade, necessitando de operários, não desmentiu a infirmação do jornalista, mas considerou-a quase uma exceção.

Francisco Rosa garante que não está havendo desemprego na construção civil. Flávio Azevedo, diz que,

## MÁQUINAS PARA CERÂMICA M.V.P. 5 Super MORANDO

**CÉSAR Comércio e Representações Ltda.**

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL TRATADO

POLIA DE COMANDO COM FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGASTÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

em face dos desempregos, o índice de marginalidade, de um ano para cá aumentou sensivelmente. Já o Diretor-Executivo da ENARQ — Engenharia e Arquitetura Ltda, Mário Sérgio Garcia de Viveiros, diz que *“para as minhas obras necessito de 1.200 operários; mas não consegui recrutar mais do que 600, mesmo pagando um ordenado superior ao salário mínimo”*.

**UNANIMIDADE** — Embora cada uma das pessoas consultadas, tenha uma opinião diferente em relação ao fato de estar ou não havendo desemprego, um só ponto de vista é enfatizado por unanimidade: ano passado não existiram obras de vulto no Rio Grande do Norte.

Entre as opiniões, a mais conflitante foi dada pelo Diretor da ENARQ, Mário Sérgio, quando afirmou que está passando por sérias dificuldades para construir em Eduardo Gomes, 523 casas do INO-



**Mário Sérgio Viveiros**, diretor da ENARQ, precisava de 1.200 operários e só conseguiu 600

COOP. Conforme adiantou, precisa de 1.200 homens, mas só conseguiu recrutar 600 mesmo oferecendo-lhes todas as condições, inclusive melhores salários e dois ônibus para deixá-los e trazê-los ao local de trabalho.

**ALTERNATIVAS** — Como foi vetada a construção das obras públicas, especialmente aqueles de grande porte, na opinião de Mário Sérgio, para o empresário do ramo não ressentir-se muito, a melhor alternativa é atingir todos os ramos da atividade, inclusive casas populares, que apesar de ser uma obra pública não foi “proibida”.

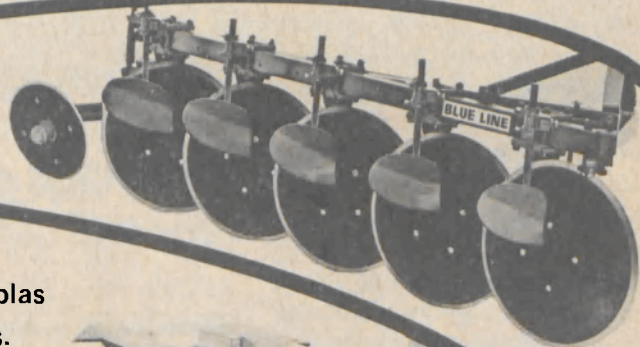
Muitos empresários temiam que a política de contenção de despesas chegasse até as obras do Sistema Financeiro da Habitação, que em outras palavras significa dizer os conhecidos Conjuntos Habitacionais. Pensava-se também que o Banco Nacional da Habitação (BNH) alteraria

## Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.  
Departamento de Tratores.



**ARADO FIXO**  
\* Grande Robustez e Eficiência.



**TRATOR FORD 4600**  
\* O Trator de Múltiplas Aplicações.



**PEÇAS, ASSIST. TÉCNICA**

\* O Apoio contínuo.

**SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CLIENTE**

\* Garantia de sua Tranquilidade.



os rumos de sua política habitacional. Mas, o que aconteceu foi algo bem diferente: o BNH dispõe de muito dinheiro para aplicar na construção de casas populares.

**OBRAS BARATAS** — O Presidente da COHAB, Lauro Duarte, foi abordado para informar se, o BNH poderia alterar sua política habitacional: *“Não houve nenhuma orientação recente por parte do BNH em relação à nova política. A orientação que temos data de muito tempo que é justamente procurar construir residências de menor custo possível, proporcionando assim que essas casas se adequem ao poder aquisitivo do seu futuro comprador, que é a pessoa que percebe de um a cinco salários mínimos”*.

Com base nas informações de Lauro Duarte, a COHAB na medida do possível, procura construir casas mais baratas, garantindo assim que essa unidade beneficie alguém e conseqüentemente, a Companhia, mesmo a longo prazo, tenha a certeza do retorno do investimento. *“Procuramos sempre adquirir terrenos não muito caros, bolar projetos de construção não sofisticados, mas racionais, e, na medida do possível comprar o material da construção na região aonde será construída a obra, pois essas medidas, no cômputo final, concorrerá para o menor custo da unidade”*.

**MUITO DINHEIRO** — Indagado se a política de contenção de despesas do Governo afetaria a construção de Conjuntos Residenciais, Lauro Duarte foi enfático em dizer que *“O Governo quer dar casa a todo mundo. O BNH dispõe de muito dinheiro e pretende empregá-lo no sistema nacional de habitação”*.

Um outro Viaduto, um outro Castelão, ou outra obra considerada de fachada ou supérflua, dificilmente, nesses próximos anos, seria edificada no Rio Grande do Norte.

Flávio Azevedo, considera que a medida do Governo foi válida: *“Onde o dinheiro estiver circulando poderá concorrer para a inflação. Se o Governo resolveu paralisar as obras públicas sabiamente anteviu que*



**Lauro Duarte** estimula os construtores afirmando que o BNH dispõe de muito dinheiro e quer empregá-lo no sistema nacional de habitação.

A expectativa dos empresários se orienta no sentido dos programas da COHAB e do INOCOOP.

*essas construções implicariam na alta taxa de inflação. Mas, por outro lado deve-se observar que a construção civil é o receptáculo da mão-de-obra não especializada. Reflexos de tal medida já são sentidos no Rio de Janeiro com a paralisação do metrô. Como milhares de operários trabalhavam na referida obra, vendo-se repentinamente desempregados, enveredaram na criminalidade. De um ano para cá, a Capital carioca registrou um dos maiores índices de criminalidade nos últimos anos em sua história”*.

## CASA PORCINO

TRADIÇÃO EM PRODUTOS  
PARA ESCRITÓRIOS



Cadeiras e  
Birôs GIROFLEX.



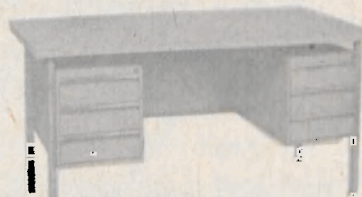
Máquinas para escritório OLIVETTI



Telefones e Centrais ERICSSON.



Cadeiras de  
Palhinha e Birôs FLORENSE.



Móveis de Aço AÇOMÓVEIS.



CASA  
PORCINO

A LOJA SEM LIMITE.

Rua Princesa Isabel, 641 — Tel.: 222-0235  
Natal-RN.

Rua Cel. Vicente Sabóia, 162 — Tel.:  
321-1133 — Mossoró-RN.

# O PORTO DE NATAL



## I. CONDIÇÕES HIDROGRÁFICAS:

a). **Canal de Acesso:** 100m de largura e profundidades entre 6 e 9m.

b). **Baía de Evolução:** 300x400m e profundidades entre 8 e 11m.

## II - INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS:

a). **Cais de Acostagem:** de plataforma elevada, com uma extensão de 400m, construído em estrutura mista, sobre-carga de projeto de 3,5 t/m<sup>2</sup>, com 32 cabeços de amarração, espaçados, entre si, de 32m.

b). **Capacidade de Armazenagem Coberta:** 3 armazéns de 1ª. linha, com 1800 m<sup>2</sup> cada; 2 galpões de 1ª. linha com 456 e 380 m<sup>2</sup> e 1 galpão de 2ª. linha com 250 m<sup>2</sup>, perfazendo uma área coberta total de 6.486m<sup>2</sup>.

## III. PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS

2 guindastes elétricos de pórtico

DEMAG (2 t); 2 guindastes sobre pneus, sendo um ORTON (10 t) e um KRANEKAR (9 t); 10 empilhadeiras frontais YALE (1,8 t) e 1 sugador de cereais NEUERO (60 t/h).

## IV. OPERAÇÃO PORTUÁRIA (1979):

a). **Número de embarcações:** 572, sendo 21 de longo curso, 91 de cabotagem e 460 de outras (rebocadores a serviço da PETROBRÁS).

b). **Quantidade de Carga:** 301.600 t, sendo 218.600 (72,5%), de cabotagem, 33.500 t de longo curso (11,1%) e 49.500 t de outras (16,4%).

c). **Natureza de Carga:** Granel líquido 165.700 t (54,9%), Carga geral 103.600 (34,4%) e granel sólido 32.300 (10,7%).

d). **Sentido da Operação:** Desembarque: 233.500 t (77,4%) e Embar-

que: 68.100 t (22,6%).

e). **Principais produtos:** pela ordem, embarcados SAL e SISAL e desembarcados DERIVADOS DE PETRÓLEO, TRIGO, MADEIRA e ARROZ.

## V. SITUAÇÃO FINANCEIRA (Cr\$ 1.000.000,00)

**Receita:** 28,9

**Despesa:** 21,1

**Saldo:** 7,0

VI. OBRAS DE REFORMA: prédios do Armazém n°. 1, Galpões n°.s. 1 e 2, Setor de Operação, Setor Administrativo e Financeiro e Guarda Portuária, num total de investimento de 7 milhões de cruzeiros.

NATAL, RN, Março de 1980

CARLOS LEITE DE SALES  
Administrador do Porto de Natal

## ENSINO BÁSICO É DEFICIENTE...

*... mas os responsáveis pela administração da educação no RN culpam a conjuntura nacional.*



O Secretário de Educação do Estado, **Arnaldo Azevedo**, entende que o problema da educação está inserido no enfoque estrutural do país, que atravessa séria crise econômica.



**Luiz Eduardo**, delegado do MEC, acha que o ensino de 1º. e 2º. graus responde às aspirações nacionais menos do que devia.

O ensino no país apresenta uma fissura bem no meio do sistema, já detectada e diversas vezes objeto de discussões por parte dos educadores, que ninguém tem a coragem de reparar. Ao contrário, reconhece-se por puro comodismo, o mal necessário. Entretanto, a maioria dos técnicos envolvidos com educação - aqui, no Rio Grande do Norte - admite a existência de falhas, mas atribui o cerne do problema à própria estrutura global do país.

O Secretário de Estado da Educação, Arnaldo Arsênio Azevedo, não aceita a colocação em termos setoriais, chegando a afirmar que *"a questão relevante da Educação, encontra resposta fora da mesma"*, explicando que os problemas são resultantes do sistema institucional do país, como um todo: *"A situação está em todos os setores da vida nacional, não somente da Educação"*.

Fato é que o sistema de ensino do 1º. e 2º. graus, vem sendo objeto de críticas pela quase unanimidade dos pedagogos do país, principalmente dos que se dedicam ao ensino universitário. A esse propósito específico, RN/Econômico abordou diversos professores universitários, na edição de fevereiro, evidenciando-se o descompasso entre os candidatos ao título universitário e a realidade acadêmica do 3º. grau. Seja por desconhecimento da própria realidade do país, seja por falta de metodologia que invariavelmente conduz o aprendizado para o experimentalismo e o pragmatismo profissional, fato é que a estrutura de 1º. e 2º. graus está dissociada do contexto educacional do país, considerando-se individualmente o ensino profissionalizante como alternativa para a imediata ocupação da mão-de-obra

aliada a um nível técnico qualificado e a existência de um processo seletivo para ingresso na Universidade.

Mesmo partindo dessas colocações, Arnaldo Arsênio insiste no aspecto de que o problema educacional só teria solução depois que fossem resolvidos os problemas de outras áreas, principalmente o econômico.

### A QUESTÃO DO ACESSO —

Uma questão muito debatida pelos educadores do Rio Grande do Norte, diz respeito ao acesso à Universidade. O sistema de concurso objetivo vem sendo muito combatido, mas o Presidente da COMPERVE, Jamil Varela, em entrevista recente (RN/Econômico n.º 109) diz que *"o vestibular elaborado nos moldes atuais ainda é o mais adequado à nossa realidade de ensino, apesar dos efeitos dúbios"*, e com isso ele fortifica a tese defendida por muitos de que o secundário é um ensino muito precário.

A opinião de Dione Violeta de Medeiros, Coordenadora Educacional da Secretaria de Educação do Estado, não é favorável ao conceito já formado por todos, de que o atropelo à formação dos futuros graduados está no 1º. e 2º. graus. Para ela o que deve ser posto em cheque é *"sua qualidade como instrumento de transmissão de padrões culturais essenciais à continuidade de uma determinada sociedade e como equipamento necessário ao desenvolvimento das capacidades intelectuais, afetivas e destros do homem, tornando-o apto a melhor participação e a interferir nessa sociedade em função de si próprio e do bem-estar geral"*. Acrescenta Dione, que

se faz necessário "uma análise do ensino, em qualquer dos níveis, dentro de suas finalidades, tendo como referências essenciais o cliente a qual se destina e o ambiente social onde se desenvolve". E conclui: "É em função de finalidades que se busca qualidade". Como solução do problema da qualidade do ensino Dione diz que o importante é que não só o Governo, mas também o povo ofereça sua parcela de colaboração, pois a educação, "é realmente, responsabilidade de cada um e de todos, a nível de suas competências". Com essa argumentação ela sustenta a opinião de que o secundário não tem por finalidade precípua o vestibular.

Em se tratando de fatores provocadores de um ensino que não está em seu todo, atendendo às suas legítimas finalidades, Dione expressa uma opinião que a coloca na corrente dos que defendem o professor e o sistema metodológico como responsáveis por este estado de coisas. E enfatiza: "Não se pode responsabilizar a direção metodológica utilizada pelo ensino nem tampouco o professor pelos resultados do ensino aplicado nos três níveis. O problema é mais amplo, mais contextual, onde não se situa, com exatidão, o que são causas e o que são consequências". E complementa: "O distanciamento já evidenciado por nós, das verdadeiras finalidades e do papel que cada nível de ensino tem a desempenhar em relação as novas gerações, é o ponto central de todo o problema, inserido como o percebemos num contexto sócio-econômico mais amplo". Para ela, na medida em que se restabeleçam as finalidades do ensino de 1º. e 2º. grau, se encontrarão os caminhos para trabalhar a sua qualidade. Dione conclui seu raciocínio, tocando num ponto muito importante dentro da nossa educação que se depara com a falta de diversificação de trabalho, quando diz: "A ascensão do aluno através dos três níveis de ensino é um tema que envolve, além da qualidade do ensino, uma reflexão em torno de fatores sociais outros, capazes de assegurar a diversificação do mercado de trabalho, em condições mínimas de



**Dione Medeiros**, Coordenadora Educacional da SEC: "a educação é responsabilidade de todos e de cada um, a nível de suas competências".

**Todos estão comprometidos com a Educação: empresas, a família e as instituições.**

sobrevivência, para atividade de nível médio e superior".

**DE QUEM É A CULPA** — Para o Secretário Arnaldo Arsênio a questão que leva o ensino secundário a ser visto como de má qualidade está no problema estrutural, que envolve fatores diversos, desde o sócio-econômico. Enquanto isso, Dione Violeta assume uma posição de reflexão, apelando para que se faça uma análise do ensino em todos os seus níveis.

Geraldo Queiroz, Secretário de Educação do Município, destaca fatores diversos evidenciando o caráter seletivo de que se reveste o ensino, a desarticulação em seus níveis e a escassez de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros e a alocação inadequada de recursos. Apesar desses fatores alegados por Geraldo, ele enfatiza que "mesmo com todo o questionamento que se vem fazendo, do ângulo secundário seria precipitado se chegar a conclusão de que a Educação estaria falida". Para o Secretário do Município, "estamos vivendo um impasse pois não há outra forma para substituir, comprovadamente acertada, o sistema vigente".

Só que, na sua opinião, se os fatores enumerados como impecilhos para a educação não forem resolvidos

comunique-se com o grupo executivo **GTE**

	
816 1 tronco — 6 ramais	829 2 troncos — 10 ramais
	
849 4 troncos — *10 ramais	860 6 troncos — 30 ramais

\* (extensões a 20)

**CÉSAR Comércio e Representações Ltda.**  
RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.

ou contornados, o processo educativo sofrerá um forte entrave.

Na sua opinião não há culpados determinados. Ele prefere debitar a um caráter mais abrangente, onde são vistos problemas de ordem cultural, histórica, econômica e política. Esses fatores reunidos, dificultam a adoção de medidas, mesmo a médio prazo, que venham contribuir para o soerguimento do Ensino. Conclui Geraldo, dizendo: "O grande problema é que a Educação não é vista, ainda, como investimento".

Luiz Eduardo, delegado do MEC — Ministério de Educação e Cultura, no Rio Grande do Norte participa da mesma opinião de Geraldo, apenas acrescentando um detalhe importante para uma saída dessa questão desafiante, representada pela decadência da Educação que vem aumentando ano após ano, sem uma solução viável. Acha Luiz Eduardo que o ensino de 1º. e 2º. graus responde às aspirações nacionais menos do que devia. E prossegue: "creio que acrescenta pouco, em termos de formação de uma sociedade em construção, a idéia de corrigir os erros do passado com a identificação dos possíveis culpados. No entanto, em todos os níveis de Governo, assim como na comunidade, empresa e família, há instituições e pessoas comprometidas com a Educação".

**FORMAÇÃO PARA O TRABALHO** — A grande preocupação dos educadores está voltada para o que fazer do excedente do concurso Vestibular, que tem sido da ordem de 80% dos 12 a 14 mil que todos os anos se candidatam; alguns continuam tentando no ano seguinte, e o número de vagas permanece o mesmo. Assim, o contingente de excedentes tem sempre recebido uma forte carga de alunos, advindos de curso secundário.

No entender de Luiz Eduardo, está faltando uma tomada de consciência de todo o conjunto social no sentido de imprimir nos professores e alunos que estejam mais atentos ao sentido maior da reforma do ensino de 1º. e 2º. graus, pois está nordeado pela auto-realização, a formação



**Geraldo Queiroz lamenta que a educação não seja vista como um investimento.**

para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania. E adverte Luiz Eduardo: "A concepção teórica destes dois níveis é inquestionável, o que carece de um aprofundado e urgente reestudo da sua forma de execução". E continua: "Uma análise crítica das causas e consequências e para isso temos conhecimento de que o MEC, as Secretarias de Educação e outras instituições educacionais estão buscando meios para a solução dos problemas existentes". Defende, ainda, a posição do ensino técnico, que é uma necessidade nacional explicando que, sua natureza exige cuidados especiais, tais como a formação docente compatível com o ensino desejado, a adequação das propostas curriculares à oferta das habilitações em função da realidade local, além de uma escola condicionada ao tipo de ensino que ministra.

**BOMBAS SUBMERSAS**  
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS  
E RESIDÊNCIAS  
é com **CYRO CAVALCANTI**

ÁGUA  
DE ONDE  
ESTIVER  
PARA ONDE  
VOCÊ  
QUISER

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

**CYRO CAVALCANTI**  
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234  
Ribeira-Natal



Em opinião semelhante à de Luiz Eduardo, o Secretário de Educação do Estado, Arnaldo Arsênio, defende o aprendizado atual dizendo que só pode ser dinamizado através do esforço conjunto, buscando novas formas, partindo da realidade sócio-econômica-cultural.

Uma liderança estudantil ouvida por RN/Econômico, *Ery Varela*, presidente da Associação Potiguar de Estudantes, considera o ensino secundário muito deficiente para o que se propõe. Diz ele que *"não condiz com a realidade em muitos aspectos: primeiro, falta estímulo aos professores, na sua maioria mal pagos. O Estado não dá condições ao aluno de modo a ter depois do secundário uma outra alternativa de trabalho que lhe proporcione salário condizente a uma vida normal. E com isso o pós-secundarista pudesse viver bem, sem ter que necessariamente partir para um concurso de vestibular, como única opção; segundo, falta prática no ensino. A lei nº: 5.692 (Diretrizes e Bases), já nasceu defasada em muitos aspectos.*

**DESCENTRALIZAÇÃO** — As diretrizes do ensino no Brasil são emanadas do Ministério da Educação e a fórmula é sempre uma só para todos os Estados da federação. Numa análise bem abalizada, Luiz Eduardo faz o seu depoimento analítico: Começa por dizer que o planejamento educacional deve ser evitado. *"É claro que em qualquer grau de descentralização, ao MEC competirá o estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Educação, como o principal órgão setorial do país e o maior repassador de recursos. Que fique bem claro, diretrizes. Evidentemente que os planos seriam locais, totalmente voltados para as peculiaridades regionais. Algumas unidades deferidas desenvolveriam excelente trabalho, outros menos, mas todos com responsabilidade, e poder de criação"*.

Mas apesar das críticas, o MEC, segundo Luiz Eduardo, tem estimulado a prática da descentralização através de medidas concretas: *"recentemente escolheu as propostas*



**Ery Varela**, líder universitário, considera a lei Diretrizes e Bases defasada em muitos aspectos.

## A lei Diretrizes e bases da educação (5.692) já nasceu defasada.

*das Secretarias de Educação do Estado como objetivo de desenvolver uma política educacional para o meio rural e periferias urbanas"*.

Arnaldo Arsênio diz que *"a descentralização do MEC é hoje uma realidade. O atual plano setorial já está coerente com essa preocupação, e foi elaborado com a participação de todas as Secretarias de Educação, Cultura, Desportos e Universidade. A sua elaboração está feita do modo bastante ampla, deixando assim que cada região e Estado possam endereçar a educação, conforme sua realidade"*. E adianta: *"essa descentralização se faz necessária porque, dada a diversidade de realidade existente no País, particularmente entre cada Estado, é impossível se aceitar que o MEC continue formulando diretrizes uniformes para todo o Brasil"*.

**PEPSI-COLA, BRAHMA,  
BANCO DO BRASIL, UFRN,  
SPERB DO NORDESTE,  
ALPARGATAS, BANCO ITAÚ,  
DUCAL PALACE, ALCANORTE,  
BANDERN, A SERTANEJA,  
UNIVERSIDADE DE SERGIPE,  
MORADA RIOMAR,  
FIAÇÃO MOCÓ**

Os construtores destas grandes empresas tiveram a feliz idéia de preferir esquadrias de alumínio da ÚNICA MENTAL.

Faça como eles: valorize seu investimento preferindo também a melhor qualidade e o mais fino acabamento.



**ÚNICA METAL**  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



**F. BEZERRIL**  
**IMÓVEIS**

CRECI 163 - 17ª. REGIÃO

**PROJETOS,  
ADMINISTRAÇÃO,  
LOTEAMENTOS,  
COMPRA E VENDA DE  
IMÓVEIS EM GERAL**

Rua do Saneamento, 232 - Ribeira  
(Ladeira de Marpas, por trás do Riomar)  
Fones: (084) 222-3004, 222-0200, 222-7957  
Telex: (084) 2279 — Natal-RN

**ORGANIZAÇÕES  
FERNANDO BEZERRIL**

## BRASIL/80

## ENTRE O CASUÍSMO E A INCERTEZA

PEDRO SIMÕES NETO

Estou cada dia mais convencido de que o Brasil não agoniza apenas por causa do pauperismo. A biópsia também é responsável pela lenta agonia do país.

Em nenhuma outra época o país viveu tanto casuísmo. O experimentalismo nacional está se transformando numa mania que certamente trará penosas consequências para a demanda de soluções que sacudam o gigante adormecido de sua letargia secular.

O pobre Brasil está em situação idêntica àquele doente, portador de moléstia não identificada, cuja junta médica convocada para diagnosticá-la, à falta de uma definição precisa, retalha o agonizante à procura de evidências de um sintoma conhecido. E o doente prossegue em sua lenta agonia, sem nenhuma possibilidade de cura. Morrerá bem melhorado - argumentam os otimistas - pelo menos houve uma tentativa de se conhecer a doença.

Não negamos à ilustre junta de doutores dessa República, o esforço, às vezes, obstinado, de reabilitar a saúde do paciente. Apenas, a medicina aplicada à enfermidade é ineficaz. E as explicações são muitas - vão desde a falta de prevenção, até a aplicação de paliativos, que, longe de curar, prolongam a agonia do paciente.

Espanta-nos, sobretudo, a incapacidade do colegiado de doutores, para proceder ao diagnóstico e, em seguida, ao processo curativo eficaz. Talvez a quimioterapia seja insuficiente. Talvez seja necessário uma cirurgia que extirpe o mal pela raiz. Sem contar com o dever de ética, que aconselha a abandonar o casuísmo - o medicamento paliativo - que apenas mascara a moléstia, sem enfrentá-la.

**AGORA E JÁ** — Estamos tratando do Brasil e dos senhores doutores que norteiam as políticas nacionais. Tratamos dessa doença incrível e devastadora que devora o organismo sócio-econômico do país, para cujo combate foi mobilizado o maior estoque de casuísmo jamais verificado em qualquer circunstância, em unidades nacionais desse hemisfério. Segundo o entendimento vigente entre os experimentalistas, a solução não é exatamente a solução, mas o adiamento do problema, ou, no máximo, o desafogo

de parte do problema, justamente aquele mais incômodo e imediato.

Vamos a um caso concreto. De filosofia de ação, enunciada exatamente pelo mais notável membro da junta médica.

Em entrevista concedida a "O Pasquim", o economista e deputado **Eduardo Matarazzo Suplicy**, declarou que **Delfim Netto** administra a crise econômica do país "de curto em curto prazo", não apresentando soluções "para um longo ou médio prazo". E cita uma frase, atribuída ao Ministro do Planejamento, que sintetiza sua filosofia de ação administrativa: **Dêem-me apenas o agora que procurarei resolver.**

A capacidade de improvisação do ministro é realmente espantosa. Chega até a ser confundida como esboços de soluções definitivas. O que pouca gente sabe é que as soluções, na realidade, não são soluções, são apenas paliativos que não resolvem o problema num longo ou médio prazo; apenas e tão somente o afastam da imediata explosão.

Já que procuramos uma análise sobre o concreto, vamos a alguns fatos.

**A POLÍTICA DE EXPORTAÇÕES** — A dívida externa do país deve andar pela casa dos 50 bilhões de dólares. Se, hipoteticamente, o Estado do Rio Grande do Norte fosse escalado para amortizar a dívida, com seus recursos próprios orçamentários, levaria perto de 100 anos para pagá-la - sem juros -, sem as indefectíveis taxas de serviço e a uma cotação uniforme do dólar.

Pois bem: o endividamento externo do país foi consequência da política de desenvolvimento que ensejou o "milagre econômico" dos anos 70/74. Bem verdade que essa dívida não é responsabilidade do governo apenas. Resulta também de empréstimos procedidos pela iniciativa privada. Mas, com aval e unção do governo central. E mais, estimulados por este, que pretendia suprir a inexistência de capital, de recursos de poupança do país. Portanto, já se sabia dos seus efeitos e da implícita responsabilidade de ressarcir os valores tomados, aos credores.

Entretanto, administrar a dívida tornou-se um encargo embaraçoso, considerando-se a administração da dívida interna também



emergente. Que tipo de solução foi adotada pelos doutores? Exportar, para tentar equilibrar nossa balança de pagamentos. Nesse afã, o governo gastou seus últimos trunfos. Não somente garantiria subsídios fiscais aos exportadores, como ainda os incentivaria através de créditos especiais. Exportar era o que importava, conforme slogan veiculado pela assessoria de imprensa do Planalto.

Como não poderia ser diferente, os exportadores foram acometidos de otimismo e se lançaram em aventuras expansionistas, certos do apoio que o governo daria às suas metas. De repente, vem a Resolução 592 e fica o dito por não dito. Houve uma distorção no entendimento do compromisso, segundo se depreende dos pronunciamentos oficiais. O fato do governo estimular as exportações, jamais significou que ele cercasse de paternalismo as atividades de exportação.

Conclusão: impossibilitados de dar escoamento aos produtos, os produtores de grãos do sul do país deflagraram um movimento paredista, paralisando toda a comercialização da região, forçando o governo a recuar e conceder benefícios fiscais.

No Rio Grande do Norte, os principais exportadores já confessam a ameaça aos seus resultados contábeis, não obstante um movimento das classes produtoras locais - vitorioso - que compeliu o governo a reduzir a alíquota do imposto de exportação de alguns produtos.

**AS TAXAS DE JUROS** — E há mais. As taxas de juros bancários estão sufocando os empresários, além de acelerar substancialmente a inflação, principal preocupação da política econômica do governo. Enquanto isso, os banqueiros estão engordando seus balanços. E o que fazem as autoridades monetárias? Se comprazem num duelo à antiga, com floretes, babados e punhos de renda. Uma bizarra pantomima de ensaios sem ataques frontais: "se você não estancar as taxas de juros, mando um pacote de cima

para baixo congelando as ditas taxas" - diz o governo. Os banqueiros se defendem: "se você baixar um pacote, todo mundo vai ficar sabendo que essa estória do Delfim dizer que a economia é liberal, é apenas papo furado".

E por aí vão - banqueiros e governo - floreando e fanfarronando. E as atuais taxas de juros são mantidas. Numa extensão dos desacertos da política monetária, é oportuno observar que, no Rio Grande do Norte, apenas cerca de 25% dos depósitos obtidos na praça, são efetivamente aplicados na iniciativa privada estadual. E o resto, pra onde vai?

**AS PROFECIAS** — Ainda é oportuno ressaltar a incapacidade dos futurólogos governamentais, fato que nos causa o maior temor, se considerado fôsse a própria certeza do futuro entregue a essas pitonisas. Delfim Netto, por exemplo, determinou à inflação que ela se situasse aí pelos 45% anuais. Imaginava que ela se comportasse segundo sua própria vontade. Dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas revelam uma tendência inelutável de a taxa alcançar 80 ou até 100%, até o final do ano.

Com um bom inverno, a produção agrícola faria do Brasil um país de fartura - ainda segundo o ministro do Planejamento. O inverno está sendo alvissareiro. A safra idem. Para assegurar o sucesso das safras, o governo editou a política de preços mínimos. Mas será que a garantia de preços mínimos, sozinha, será capaz de garantir o escoamento da produção? Que estranhos e insondáveis mecanismos regem essa peculiar instituição do preço mínimo? A essa política está associada a garantia de venda dos produtos agrícolas? Por outro lado, o incremento à produtividade não estaria associada a uma eficiente política de insumos à agricultura?

Temos um exemplo do desencontro dessa realidade, aqui mesmo no RN. Dispúnhamos de poucas máquinas agrícolas, adquiridas no governo Cortez Pereira. Ao par dessa parca disponibilidade, havia o preço desestimulante das máquinas, para efeito de aquisição pelos agricultores. Pois não é que o governo resolveu vender tratores, para se livrar dos incômodos do serviço prestado ao agricultor? Isso, sem falar da exiguidade de recursos destinados ao crédito rural.

Nada é estranhável numa economia conveniente, sem forma nem conteúdo. Nem o fato de o governo desordenar o mercado de ações, expondo à venda seu acervo de ações da Vale do Rio Doce. Muito menos o anúncio de desestatizar certas empresas, evitar um confronto com uma política autoritária de preços, jurando ainda, de mãos

postas, cuidar de seus próprios negócios - e ao menor sinal de autonomia da livre iniciativa, expressar seu descontentamento, editando os famosos "pacotes".

**DESNACIONALIZAÇÃO** — Aliás, unindo os dois enfoques - desestatização e profecia - é conveniente não esquecermos certas cautelas. A primeira, é a de que não devemos endossar completa e afoitamente a versão dominante, segundo a qual o governo é um empresário ineficiente. Admitamos a hipótese, por ser verdadeira. Mas nunca é demais lembrar que essa versão corre mais fluentemente entre os prepostos do capital estrangeiro. Desestabilizar, por exemplo, a Petrobrás, é um excelente negócio para as multinacionais e só a elas interessa o assunto, porque só elas têm competência para entrar no circuito do petróleo. Idem o setor de energia elétrica (geração e distribuição). O país já é impotente para competir com o capital multinacional instalado no setor de medicamentos. A indústria de construção civil já está ameaçada pelo avanço alienígena. A indústria automobilística já era. Os cartéis reservaram-nos, tão somente o setor de manufaturados e outros, já abandonados pelos países desenvolvidos, que descobriram que é muito melhor vender (e controlar) o fio sintético para as indústrias de confecções, que assumir o risco de produzir as confecções.

**O EXEMPLO ESTADUAL** — Tem o caso da RIOMETAL. Nesse episódio, não importamos tecnologia - como observaria um esperto, cheio de credulidade. Certo, preferimos à associação com um grupo austríaco - Voest-Alpine - em que o governo será majoritário. Ora, meu caro doutor, nós apenas facilitamos a vida da Voest-Alpine. Ao invés de importamos a tecnologia dos austríacos, fizemos melhor: mantivemos a importação da técnica, pela qual, certamente, seremos onerados, e fizemos mais, permitindo-lhes a participação nos lucros da empresa e o controle de um setor essencial para o Estado. Negócio do Rio Grande do Norte.

Posso estar enganado - só o futuro dirá - mas tenho a impressão de que esta empresa não se interessou apenas porque teria uma projetada participação nos lucros. Este não é o tipo do negócio que atrairia uma empresa européia para os sertões bravios do Nordeste. O cacife foi muito mais alto. Não terá a Voest-Alpine apenas o controle das decisões administrativas e a reserva de controle acionário. Estão em jogo os interesses do setor regional de mineração. A BODOMINAS (empresa do Estado), por acaso, recebeu um financiamento de 48 milhões de cruzeiros, para garantia de suprimento de maté-

ria-prima. Certamente haverá uma isençãozinha de impostos que não faz mal a ninguém. E por que não a abertura de créditos nas agências oficiais? A conclusão será bastante compensadora para os austríacos!

Garanto que com um negócio desses, qualquer empresário do setor de mineração toparia bancar o jogo e desfrutar de um pouco de calma, depois de ter passado por tantas crises.

**CORTINA DE FUMAÇA** — Já que tratamos de governo do Estado e de casuismo, nada mais ilustrativo que o enfoque político.

Nada melhor que a política para distrair a atenção popular dos problemas mais sérios que afligem a nação. Atualmente, a política funciona como o circo dos antigos romanos. E a multidão vibra com os gladiadores enquanto o circo pega fogo.

Até os melhores veículos de informação do país aderiram ao esporte, cansados de saber que o povo é soberano em suas preferências. E um veículo de comunicação é um objeto de consumo - tão ou menos importante, na medida em que é mais ou menos consumido.

Inflação, desemprego, violência, catástrofes, endividamento externo e interno, salários - todos esses temas são superados em importância pelo interesse devotado à política. Não será o jogo político mais um golpe magistral de diversionismo? Uma cortina de fumaça para distrair a atenção popular de outros temas mais importantes, que se sujeitariam ao debate, com nítida desvantagem para o situacionismo?

Para se ter uma pálida idéia de como um assunto tão palpitante pode distrair a atenção dos espectadores de outros ângulos mais importantes da ação governamental, basta que se atente para o fato de que o governo do Rio Grande do Norte há 12 meses não faz outra coisa senão política. E não faz outra coisa! Entretanto, a febril movimentação do governador e de sua laboriosa equipe, confunde os resultados. Atribui-se ao governo - credita-se ao Palácio Potengi - quando menos, uma intensa atividade. Mas, o que há de positivo no balanço de realizações oficiais?

Computamos a seu favor a realização de um programa de emergência, subsidiado com recursos federais. Só. No mais, até politicamente, o governador cometeu uma série de equívocos por erro de perspectiva, talvez por falta de espírito público para o cargo.

**O EXEMPLO NACIONAL** — Por que será que para os nativos só servem carne de peçoço? Será por que os nordestinos estão acostumados ao pior? Deve ser porisso que

os austríacos, japoneses e americanos comem do bom e do melhor - e sempre às custas do jejum forçado dos ruminantes.

Não vê o caso do Ludwig, o tal americano que construiu um enclave do seu país na Amazônia - em solo brasileiro - o tão decantado Projeto Jari? Pois é. Está lá, na maior sem-cerimônia do mundo, pintando e bordando como quer: sem pagar impostos e com dinheiro brasileiro suado no bolso. Até os veículos da empresa andam sem placas, impunemente. E pensar que aqui, no Nordeste, para alguém desenvolver um projeto agropecuário tem de comer o pão que o diabo amassou.

Fica realmente muito fácil ser estrangeiro no Brasil. E melhora muito mais quando o governo afrouxa as rédeas. Daí porque devemos abandonar certas idéias liberalizantes, se não houver o cuidado de puxar o freio nacionalizante. Assim como o governo deve adotar um critério protecionista para nossos empreendedores - principalmente no terreno das exportações - evitando que, além do casuísmo, não sejamos também estrangeiros em nosso próprio país.

## É melhor zurrar e escoicear que viver de cangalhas, levando chicotadas no lombo.

**PROTEÇÃO E PREFERÊNCIA** — O propósito protecionista reflete especial interesse no Nordeste. Aqui, a idéia mestra é a de preferência, de um tratamento diferenciado com relação ao resto do país. E tem pertinência a pretensão. Até os recursos internos que conseguimos criar foram vazados para o Sudeste, com a reorientação da política de incentivos fiscais. E não parou por aí o

apetite dos primos ricos. Neste mesmo artigo aludimos à estreiteza de recursos aplicados pelos Bancos particulares em nossas praças, sendo os "excedentes" remetidos para aplicação em áreas nobres, onde a especulação traz maior proveito para a engorda dos balanços dos banqueiros.

Aliás, nem o governo do Estado se sensibiliza com a idéia protecionista. A preferência às empresas locais nas licitações foi derrubada - assim, sem mais nem menos. Sequer foi necessário que alguma empresa concorrente, de fora, procurasse a segurança, alegando a inconstitucionalidade do ato. Não senhor! O governo, mais real que o rei, por iniciativa própria, a revogou.

A esperança é a de que a hora e a vez dos ruminantes deve chegar algum dia. A hora em que escolheremos zurrar e escoicear, como fizeram as lideranças empresariais no caso da Resolução 592, ao invés de viver de cangalhas, levando chicotadas no lombo.

... Da mesma forma como o governo deixará de imitar o asno de Buridan, que morreu de fome e de sede, porque não sabia se devia primeiro comer ou beber.

## Nós estamos preparados para prestar os melhores serviços de contabilidade e auditoria à sua empresa.



Para isto, formamos uma excelente equipe de técnicos com longa experiência em contabilidade comercial e industrial e em auditoria. Assim, podemos garantir bons serviços aos nossos clientes. Consulte-nos.



**AUDIENSE**

AUDITORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA.

Rua Juvino Barreto, 200  
Fone 222-6569 - Natal-RN

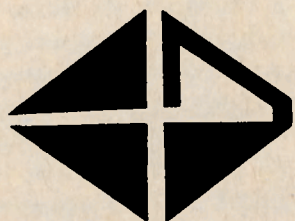
**Bacharéis Responsáveis:**

**FRANCISCO COSME DA SILVA \* ALMIR AVELINO DE FREITAS  
HERMANY COSTA DA SILVA \* AMARILTON VERAS DE SENA**

As Construções Cíveis e Industriais retratam o desenvolvimento de uma comunidade. A ENARQ — Engenharia e Arquitetura Limitada, Empresa especializada no setor, sente-se honrada ao longo desses anos, em ter dado sua parcela de contribuição para o progresso do Rio Grande do Norte.

Conjuntos Habitacionais do INOCOOP, a Adutora de Extremoz, o Castelão, vários Reservatórios da CAERN, os Galpões Industriais da Pepsi-Cola, da Cibrasal e o da Fiação Mocó, Famosa, são exemplos de algumas obras, muitas do poder público, que a Empresa, nesses últimos anos, realizou no Estado, fomentando assim o desenvolvimento da Região.

Esperando não ficar só por aí, a ENARQ acredita, mais e mais, colaborar com o progresso do Rio Grande do Norte desde que, principalmente o Governo, continue a olhar com carinho para a Construção Cível, e conseqüentemente sempre deixando em aberto um espaço para os empresários do ramo.



**ENARQ**

**ENGENHARIA E ARQUITETURA LIMITADA**  
**Construções Cíveis e Industriais**

(Rua São José 1466, Lagoa Seca - Tel. 223-1155 e 223-1156)

## TIBAU DO SUL HOMENAGEIA O GOVERNO



Nivaldo, entre as funcionárias do Posto Telefônico.

Tibau do Sul. Município do Rio Grande do Norte criado pela Lei nº. 2.803 de 3 de abril de 1963. Região litorânea, contando atualmente com a gestão do quarto Prefeito, Sr. Nivaldo Rodrigues de Barros que, em nome daquela comunidade, composta de seis mil habitantes, sente-se honrado em externar seus votos de felicitações ao Governador do Estado, Lavoisier Maia Sobrinho pelo transcurso do 1º. ano de sua administração. Na oportunidade enfatiza a dedicação e o apoio que o Governo, sistematicamente vem dando àquela gente, contribuindo assim para o desenvolvimento da Região.

Apesar do grande esforço desenvolvido pelos administradores que antecederam o atual Prefeito, Tibau só agora despertou para o progresso, haja vistas às prioridades que o Governador Lavoisier Maia, juntamente com seus auxiliares diretos ou indiretos, vem dando às solicitações que lhes são chegadas. Em função das atenções dispensadas, o município, gradativamente está saindo do obscurantismo, passando assim a representar uma localidade verdadeiramente progressista.

A implantação de um moderno sis-

tema telefônico com Posto fixo da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte, Telern, a construção de um Centro de Saúde, prestes a ser inaugurado, que manterá convênio com a Secretaria de Saúde do Estado, a colaboração da Secretaria de Educação do Estado, através do 2º. Núcleo Regional de Ensino, NURE, que vem prestando apoio na contratação de professores para ministrarem aulas na Escola de 1º. grau, são algumas das iniciativas recentemente tomadas com total aval do Poder Público Estadual.

Frente a esses serviços, considerados de capital importância, o município nos dias de hoje respira outros ares. Em Tibau do Sul ninguém fica sem se comunicar, pois existe o Centro Telefônico. Ninguém, a partir do mês de abril, ficará sem contar com eficiente serviço médico, em virtude da inauguração do Centro de Saúde, como também ninguém, do Curso Primário, deixará de estudar, vez que a contratação de professores para ensinarem nesse nível é uma constante, graças ao apoio da Secretaria de Educação do Estado.

No município, mesmo contando com os serviços acima discrimina-

dos, o progresso não fica só por aí: será eletrificada a Praia de Pipa, e encontra-se em fase de construção um Grupo Escolar. Foi recentemente construída uma estrada que liga Tibau ao povoado de Sibau, como também a edificação de um Conjunto Residencial.

Considerado um dos maiores anseios da comunidade local, a Praia de Pipa, conforme comunicação do Gabinete do Governador, finalmente será eletrificada e incluída no Projeto de Integração Rural, serviços a serem realizados ainda este ano. Enquanto isso, com recursos próprios, a Prefeitura de Tibau constrói um Grupo Escolar naquela praia, além de outros de real importância, distribuídos pelo restante do município.

Desta forma, o Prefeito de Tibau do Sul, os Vereadores, os Líderes Políticos e o povo em geral sentem-se honrados e na obrigação de demonstrarem suas palavras de gratidão ao Governador Lavoisier Maia, vez que, nessa data, transcorre o 1º. ano de sua administração, e continuam a depositar total confiança ao Chefe do Executivo Potiguar.

*Nivaldo Rodrigues de Barros*  
Prefeito de Tibau do Sul

## AGÊNCIA DO BANCO DE MOSSORÓ EM NATAL

O grupo que detém o controle acionário do **Banco de Mossoró S.A.** está articulando a instalação de uma agência em Natal, a ser localizada provavelmente no bairro do Alecrim. Ultimamente se cogitou que o **BM** poderia também instalar uma agência na cidade de Caraubas. As gestões no sentido de levar o **Banco de Mossoró** até Natal estão sendo transadas pelo próprio diretor-presidente, **Francisco Ferreira Souto Filho**. O **Banco de Mossoró** foi um dos poucos estabelecimentos de crédito do país que conseguiu se salvar da política do governo que favoreceu ao conglomerado dos grandes bancos.

## SÃO PEDRO QUER SER 4 ESTRELAS

O **São Pedro Palace Hotel**, de Mossoró, acaba de ser distinguido pela **Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR**, com o diploma de Hotel - categoria 3 estrelas. O diretor-presidente da organização **São Pedro Hoteleira e Turismo**, **Edvaldo Cândido da Silva**, disse que vai reivindicar a quarta estrela para o principal hotel de sua rede. Para tanto, iniciará dentro de breves dias, uma reforma no seu estabelecimento hoteleiro, cujo projeto encontra-se em sua fase final. Ele vai decidir entre as opções que lhes foram sugeridas, para dotar o Hotel de um restaurante panorâmico no quarto pavimento e de piscina.

## MAIS UMA CADERNETA DE POUPANÇA

O grupo **Econômico** ampliou o leque de atividades de sua agência bancária em Mossoró, inaugurando mais uma Caderneta de Poupança, nesta praça. O gerente local do **Banco Econômico**, **Manoel Ferreira**, mostrou-se altamente satisfeito com os resultados de depósitos dos primeiros meses de atividades da Caderneta de Poupança **Econômico** na área de Mossoró.

## DEOCLECIANO PROJETA NOVA INDÚSTRIA

O empresário **Deocleclano Wenceslau da Paixão** revelou que está em fase de elaboração um novo projeto do seu grupo que criará uma indústria em Mossoró, possibilitando inicialmente cerca de 100 empregos diretos. Não quis adiantar maiores detalhes, segundo ele próprio, porque o projeto ainda está em fase de elaboração. Mas, garante que ele será consolidado. Presentemente, **Deocleclano** dirige a **PLASMOL — Plásticos de Mossoró Ltda.** ao lado do seu filho, **Laureano Alves da Paixão**, além da "**Casa Zenith**" - no ramo de eletrodomésticos, e ainda um vitorioso projeto agro-pecuário às margens da RN-17 (Mossoró-Tibau), dedicando-se igualmente a indústria salineira e ao setor de investimentos.

## CHEVROLET CONSTRÓI NA PRESIDENTE DUTRA

A organização **J. Irinaldo Velculos e Peças Ltda.**, está construindo suas novas instalações na Avenida Presidente Dutra em Mossoró. Ela é a revendedora da linha **Chevrolet** para Mossoró e vasta parte da região Oeste. Suas novas dependências deverão abrigar, além de depósito, salão de exposição de veículos e oficinas. O projeto é de autoria de **Adauto Medeiros**.

## EMPRESÁRIOS QUEREM MAIS BANCOS EM MOSSORÓ

O mundo empresarial mossoroense continua insistindo para ampliar o seu leque de opções no setor bancário da cidade. O presidente do **Clube de Diretores Lojistas Ivo Lopes**, e o presidente da **Associação Comercial e Industrial de Mossoró**, **José Amadeu Vale**, estão batalhando para conseguir pelo menos, a curto prazo, mais duas agências bancárias para a cidade. Nesse sentido, foram dirigidos memoriais à direção do **Banco Itaú** e **Banco Nacional**, sugerindo a medida e assegurando apoio das classes produtoras.

## 20 MILHÕES EM INVESTIMENTOS NO HOSPITAL DUARTE FILHO

Obtendo resultados considerados ótimos no seu balanço patrimonial e financeiro no exercício de 1979, o **Hospital Duarte Filho**, de Mossoró, está anunciando investimentos de Cr\$ 20 milhões na conclusão de suas instalações físicas e equipamentos. O diretor-presidente, médico **Antônio Medeiros Gastão**, informa que os recursos serão próprios que se juntarão a outros que estão sendo pleiteados junto ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Como parte do projeto, já existe a inclusão da Colônia de Férias para seus funcionários, a ser construída na praia de Tibau, município de Grossos.

## GUARARAPES BATE RECORD EM MOSSORÓ

A expansão dos negócios das **Confecções Guararapes S/A** na área de Mossoró é uma realidade. Agora, a fábrica local que se especializou na produção de camisas, bateu seu próprio recorde. Nos primeiros dias deste ano, **José Maria de Paula Brasil**, que dirige os negócios da **Guararapes** em Mossoró, informou que a unidade local atingiu a produção de 12 mil camisas/dia, e não pretende parar por aí. A **Guararapes** hoje, em Mossoró, é responsável também pelo maior volume de emprego de mão-de-obra especializada, de toda a região.

## ANTÔNIO DE PÁDUA LANÇA LOTEAMENTO GIGANTE

Dois loteamentos, que na realidade formam apenas um loteamento gigante, está sendo lançado por **Antônio de Pádua da Silva Cantídio**. Depois do êxito do seu "**Pousada das Termas**", agora estão sendo lançados, à margem da BR-304, os loteamentos "**Alameda das Acácias**" e "**Alameda dos Cajueiros**" totalizando nada menos de 3.400 lotes. A administração e vendas do programa lançado por **Antônio de Pádua Cantídio** estarão a cargo da **Sotil Imobiliária**.

# TRATAMENTO DIFERENCIADO ... ATÉ QUANDO?

Estamos de novo às voltas com o constante problema ... SECA!

Discutido por uns, acreditado por outros, a verdade é que os estudos efetuados por São José dos Campos, com referência ao problema de estiagem, aos poucos vai se concretizando, deixando atordoado o produtor do Nordeste.

Os programas do governo federal para estiagem foram desmobilizados a partir das primeiras chuvas, fazendo renascer uma esperança de inverno, como se negasse a eficiência dos estudos efetuados.

A realidade, apesar de algumas regiões chovidas, é outra bem diferente, formando pouco a pouco o "espectro" assombroso de nova seca; menos forte que a do ano passado, porém antecedendo o clímax do ciclo seco que será 1981, de acordo com os estudos de São José dos Campos.

Muito já foi dito e escrito sobre o Nordeste, sobre fome, seca, miséria, retirantes e retiradas. Mas muito pouco de objetivo foi feito para se resistir, se conviver e se superar estes problemas.

A lentidão burocrática da tramitação das verbas específicas, os programas de fachada que a nada levam, e a extinção de programas realmente funcionais, por falta de recursos (Proterra), tudo isto faz com que a cada nova seca as sequelas naturais de sua instalação abalem os princípios de resistência da economia e do povo nordestino.

## VIABILIDADE DA AGROPECUÁRIA

Será o Nordeste inviável em termos de agropecuária ...?

Nunca ... ! O que existe são desencontros, são normas de crédito Rural, criados em termos de Brasil, e que não funcionam em termos de seca e de Nordeste. Bastariam as correções destas distorções, e o Brasil veria, em curto tempo, a repetição no Nor-

## A maior crise do Nordeste é a do descrédito, do desânimo e do abandono.

deste, do "boom" agropecuário verificado nos cerrados.

Faça-se o zoneamento agropecuário para o Nordeste a nível de cada Estado, determinando e dirigindo o crédito para aplicações específicas, e teríamos diminuído a margem de frustrações, e a possibilidade de insucessos nos empreendimentos agropecuários do Nordeste. Erraríamos menos!

## CAJUEIROS E CAPINS BOFFEL, ALGUMAS DAS CULTURAS INDICADAS

Por que plantar somente algodão em regiões nas quais se adapta também a cultura do cajueiro, na mesma área agrícola onde se continuaria plantando o algodão e culturas de subsistências?

Não basta o exemplo de sucesso da MAISA...?

Porque se continuar plantando somente algodão Seridó, com uma produtividade baixíssima, quando em algumas áreas a opção da pecuária com o advento dos capins Boffel, respondem economicamente muito melhor?

Se, por instruções superiores, o Banco do Brasil está fechado em termos de investimento para pecuária, que se abram estas linhas para o Nordeste; que se reivindique, que se lute, que se mostre a impossibilidade de se cultivar áreas sem solos apropriados, áreas predegosas, que mais facilmente e



\* Sidney Fonseca é comerciante e pecuarista, vice-presidente da Associação norterio-grandense de criadores (ANORC). Seu artigo pretende alertar as lideranças políticas e empresariais para possibilidade de uma nova estiagem no Estado.

economicamente se viabilizariam com pastagens. E, que são a causa de tantas frustrações e desencantos.

Não pode um País como o nosso funcionar com "Normas Gerais", principalmente com relação ao crédito rural, com suas pertinentes peculiaridades regionais.

São estas distorções e zoneamentos que no Nordeste devem urgentemente ser corrigidas, ou teremos sempre uma agropecuária sem resposta. O governo precisa, no Nordeste, absorver melhor e mais rapidamente as experiências, os sofrimentos e a prática de iniciativas privadas do setor, com um exemplo notório no nosso Estado, que é a MAISA.

Racionalize-se o emprego das verbas no Nordeste, evitando-se os resultados somente de "relatórios", e teremos dado um grande avanço de credibilidade a esta região.

Que parem os "projetos" absorvedores de recursos e que não funcionam.

O "Projeto Sertanejo", tão citado como solução a nível federal, necessita de urgentes reformulações.

A maior crise do Nordeste é a do descrédito, do desânimo e do abandono. Tudo aqui, em termos de campo, fica difícil; desenvolve-se pouco; chega devagar, pela própria paciência e resignação de seu povo, que como resposta sempre deu ao poder central, a maioria na Câmara e no Senado, para que se mantenha a hegemonia moral deste país.

Até quando...?



# 'A PREFEITURA' TEM DOIS CAMINHOS PAS e POB PARA FAZER O QUE NATAL PRECISA

Natal reclama, do seu Prefeito, um vigoroso programa de grandes obras, ao lado de pequenas providências.

Buscando atender a todos, a Prefeitura operacionalizou a sua atuação, através de dois sistemas distintos:

**1** Um PLANO DE AÇÃO SOCIAL - PAS - reunindo projetos de efeito imediato na comunidade capazes de realizar, segundo as palavras do Prefeito, "as pequenas coisas que fazem o povo feliz".

**2** Um PLANO DE OBRAS BÁSICAS - POB - um conjunto de obras públicas de grande porte exigidas no presente, e projetadas para o futuro.

Nesse primeiro ano foi possível delimitar, estruturar e operacionalizar o PAS, que começa a se tornar realidade nas praças construídas, chafarizes montados, orelhões instalados, abrigos de ônibus concluídos, ou no Promorar, no Prohorta, no programa de justiça tributária ou no programa de legalização fundiária.

O PLANO DE OBRAS BÁSICAS foi definido e teve seus recursos alocados para seu desenvolvimento a partir de agora.

Percorrendo esses caminhos, a administração municipal acredita estar realizando o que o natalense deseja. E contribuindo para que chegue a vez de Natal.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL



ADMINISTRAÇÃO JOSÉ AGRIPINO

## EQUÍDEO: ESPÉCIE EM EXTINÇÃO?

*Por conta da preferência gastronômica dos europeus os jumentos vão-se extinguindo. E a crise energética reabilitaria a tração animal ...*

Para fazer face aos problemas da escassez e do aumento dos custos dos combustíveis, o governo federal, através do Ministério da Agricultura, tenciona colocar em prática uma política de incentivo à retomada da tração animal como meio de transporte em algumas áreas agrícolas do país. Entretanto, esta meta - pelo menos em termos de Nordeste -, já vem fadada a não surtir efeitos satisfatórios, por causa da quase extinção dos equídeos na região. No Rio Grande do Norte, por exemplo, calcula-se que foram abatidos mais de 70 por cento dos burros e cavalos que, em épocas passadas, serviam às fazendas do interior no transporte da lenha, da água, das colheitas e até das pessoas. Acredita-se mesmo que, no caso estadual, o jumento já é um animal em fase de extinção, embora os frigoríficos e matadouros pernambucanos continuem se abastecendo aqui.

Conforme um estudo técnico realizado pelo engenheiro agrônomo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Fernando Viana Nobre, *“o problema da fome mundial, crescente dia-a-dia, tem imposto à humanidade a adoção de medidas, as mais diversas, no sentido de aumentar a oferta de alimentos”*. Com esse procedimento, no Nordeste, estão abatendo, indiscriminadamente, a raça equínea, cujos animais estão em plena capacidade reprodutiva e de trabalho.

### COMPROMETENDO A ESPÉCIE

— No entender de Fernando Viana, será necessário, para ainda tentar

---

**A consolidação da crise energética poderá provocar a reativação dos serviços do velho e tradicional jumento.**

---



**Fernando Viana:** É preciso salvar o equídeo do Nordeste

salvar a raça equínea no Nordeste, se partir para a criação racional e técnica desses animais tão úteis à economia e ao homem. Segundo ele, deve-se selecionar as melhores espécimes para a reprodução e só se permitir o abate dos animais velhos ou inaproveitáveis no trabalho. Somente desta forma seria possível impedir o desaparecimento da raça e, ao mesmo tempo, fazer com que o Nordeste se enquadre na orientação do Ministério da Agricultura a favor do uso mais intensivo da tração animal na zona rural.

Assinala Fernando Viana que *“os animais velhos, defeituosos, impraticáveis para a reprodução e para o trabalho, ou então os excedentes do rebanho, com muito mais propriedade deveriam ser utilizados para a indústria alimentícia. Mas essa possibilidade se torna bastante remota, tomando-se por base que é muito grande a possibilidade de utilização do animal na economia do Nordeste”*. No entanto, o abate indiscriminado desses animais (jumentos, burros e cavalos) está comprometendo seriamente a perpetuação daquelas espécies, as quais o nordestino não pode, e certamente nunca poderá, se dar ao luxo de dispensar em suas atividades rurais e mesmo nas vilas e cidades menos desenvolvidas.

Partindo do pressuposto de que são os equídeos, e particularmente os jumentos, que, desde os tempos coloniais, vêm auxiliando o homem nordestino a se fixar na terra, através das atividades agropastoris, Fernando Viana acha de capital importância que seja preservado o riquíssimo patrimônio genético de que são portadores o cavalo e o jumento da nossa Região. Patrimônio este resultante da hostilidade secular do ambiente, que, através da seleção natural eliminou os fracos. Provas disto são a sua rusticidade e a pequena exigência alimentar que os caracterizam.

O trabalho elaborado pelo engenheiro da EMATER adverte às autoridades e a quem de direito, e com especialidade ao Ministério da Agricultura, no tocante à importância da preservação da espécie:

*“Como é que o Nordeste e o Rio Grande do Norte podem se articularem com o pensamento do Governo Federal em reutilizar a tração animal como força produtiva de trabalho, se a raça característica da Região, teoricamente, não mais existe? O cavalo e o jumento podem muito bem, nessa hora difícil pelo fato de escassez de fontes de energia, voltar a carregar cargas, servir de montaria, e um sem número de prestação de serviços, dos quais são capazes, mas para que isto aconteça - complementa ele -, “é preciso salvá-los”.*



O abate de jumentos poderá comprometer uma alternativa viável para o transporte de cargas e tração animal no interior do Nordeste.

**COMPANHIA  
DISTRIBUIDORA  
DE FERRAGENS**

SKF  
Rolamentos. POP  
- Rebites e  
Rebitadores  
SCHULZ - Co  
- mpressores.  
ELETELE - Re  
ostatos e Resistên  
cias. RIGID - Ferra  
mentas Pré-testadas  
que Reduzem o Trabalho.  
Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.  
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.  
INVICTA - Tudo para Madeira. WEG - O Motor Elétrico.  
OSRAM - Lâmpadas. SIEMENS - Material Elétrico Industrial.  
HARTMANN & BRAUN DO BRASIL  
Transformadores de Corrente. OK - Eletrodos.  
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.



**CODIF TEM:**

ELIANE - Azulejos e Pisos. COBEL  
Equipamentos para Lubrificação.  
ADELCO - Transformadores.  
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. STARRETT - Serras de Aço. BURNDY DO BRASIL  
Conectores e Válvulas. - Etc.

3M  
Emendas das Terminações.  
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. 3M  
PETERCO - Iluminação Comercial. STANLEY - Ferramentas de Aço. BELZER  
- ITMA - Ferramentas do Ferro.

CODIF  
Matriz: Recife-PE  
Filial: Natal-RN, R. Dr. Barata, 190  
Tels.: 222.3571 - 222.8210  
222.8033 - Natal-RN

# Eis as razões de quem está ganhando a preferência do consumidor!



O grupo GALVÃO MESQUITA/CASA LUX está oferecendo o que existe de melhor em materiais de construção, produtos elétricos e industriais, tintas, presentes e utilidades para o lar.

São 30 mil artigos sempre em promoção, pelos melhores preços, à vista ou à prazo. E são exatamente seis endereços para a sua economia. Em lojas modernas e bem localizadas nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, GALVÃO MESQUITA/CASA LUX asseguram ao cliente o melhor atendimento e mais facilidades.



**Galvão Mesquita  
Ferragens S/A**

Rua Dr. Barata, 217/219 - Fone 222-2968 e 222-2983  
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 - Fone 222-2149  
Rua Segundo Wanderley, 651 - Fone 222-2850



**Casa Lux S/A**

Rua. Dr. Barata, 194/200 - Fones 222-0048 e 222-2785  
Rua Amaro Barreto, 276 - Fone 222-1500  
Av. Rio Branco, 643 - Fones 222-2841 e 222-3034

# AGENDA DO EMPRESÁRIO

## OBRIGAÇÕES PARA ABRIL/1980

**Dia 10** — Prazo final para recolhimento PIS/Faturamento referente a setembro/79 — Último dia para requerer através do DRC, os DIPIS para cadastramento de empregados admitidos no mês anterior. — Prazo final para remeter ao IBGE as segundas vias das notas fiscais referentes as operações interestaduais do mês anterior.

**Dia 15** — Último dia para entrega, pelas empresas, à Delegacia do Trabalho da relação das dispensas e admissões registradas no mês anterior.

**Dia 22** — Prazo final para entrega dos documentos para cadastramento no PIS dos empregados admitidos em março.

**Dia 30** — Último dia para entrega do ISTR. — Recolhimento do IPI - fator gerador: out/fev. — Recolhimento ao Banco do Brasil do IUM incidente sobre operações de fevereiro. — Recolhimento do Imposto de Renda descontado na Fonte dos empregados e dos rendimentos pagos a título de comissão, honorários, etc., do mês anterior. — Recolhimento ao IAPAS dos valores descontados em folha de pagamento, dos empregados, acrescidas das contribuições patronais. — Pagamento do ICM devido referente operações do mês anterior. — Pagamento do ISS referente as operações do mês anterior.

## COLORAÇÃO PARA O ÁLCOOL

Tendo em vista denúncias comprovadas de que grande parte do álcool etanol destinado ao consumo de veículos estaria sendo desviado para destilarias de bebidas, o Presidente da República autorizou portaria que obriga as destilarias de álcool a colorir o álcool metanol destinado a veículos.

## MAIS RECURSOS PARA A AGRICULTURA

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico BNDE aumentará em cerca de 380% a aplicação de recursos destinados ao setor agrícola. A maior parte dos recursos serão aplicados no programa prioritário do governo à produção agrícola.

## TORREFAÇÕES DO NORDESTE PREJUDICADAS PELO IBC

O IBC vai subsidiar 40% do café a ser consumido no mercado interno nos próximos 3 meses, fornecendo 600 mil sacas às indústrias torrefadoras do Centro Sul ao preço de Cr\$ 350 a saca. Este volume liberado pelo Conselho Monetário Nacional, exclui totalmente o Nordeste. O Consumo Nacional do Café é de 550 mil sacas por mês, sendo 110 mil no Nordeste.

Os empresários nordestinos estão descontentes, pois o fornecimento do IBC cobre 51% de suas necessidades, a um preço hoje fixado em Cr\$ 3.420,00 a saca, quase 10 vezes mais caro do que o preço conseguido pelas torrefadoras do Centro-Sul.

## RELAÇÃO DE EMPREGADOS MENORES NAS EMPRESAS

Foi abolida a apresentação de formulário referente à relação de empregados menores, aprovado pela Portaria n.º 5, de 21.1.44. Para os efeitos da alínea "a" do art. 433 CLT será suficiente a apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

## NOVO TETO PREVIDENCIÁRIO

Para o exercício de 1980, foi fixado o novo limite máximo de salário de contribuição, previsto no art. 5.º da Lei 6.332, de 18.5.76 em Cr\$ 51.930,00.

## NOVO CAPITAL DA CEASA

Após realização da sua Assembléia Extraordinária, foi aprovado aumento de ca-

## DEPÓSITOS DE GARANTIA

Com o Decreto Lei n.º 1.737 ficou estabelecido pelo Governo que serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, em dinheiro ou em ORTN, ao portador, entre outros depósitos, aqueles em garantia de execução fiscal. Os depósitos em dinheiro não vencerão juros e aqueles provenientes das ORTN depositadas reverterão, em todos os casos, à Caixa Econômica Federal, como remuneração pelos serviços de depósito dos títulos.

## FÁBRICA DE CIMENTO NO RN

Com a alteração feita pelo Governo na Resolução 07/77 que limitavam a produção cimenteira em cada Estado de no máximo 10% acima do consumo interno, a partir de agora, cada projeto de implantação de nova fábrica é analisada individualmente pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e seguindo este critério, o Rio Grande do Norte tem direito a mais uma fábrica de cimento.

## INCENTIVOS PARA ÁLCOOL

O Presidente da BRASALCOOL, Francisco Barcelos, anunciou que o Governo está preparando importantes medidas que irão alterar o quadro agrícola do País, para que seja agilizado o programa do Álcool, através de incentivos para o Nordeste.

pital da CEASA — Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte S/A, de Cr\$ 17.381.000,00 para Cr\$ 32.526.647,00, ficando a nova composição acionária assim constituída:

ACIONISTAS =	SUBSCRIÇÃO	PARTICIPAÇÃO
COBAL .....	24.504.647	75,33%
ESTADO .....	7.973.000	24,51%
CIDA .....	32.000	0,09%
CDM .....	15.000	0,04%
JOSÉ CORTEZ PEREIRA	1.000	0,003%
WELLINGTON CAMPOS LEIROS	500	0,001%
LUIZ DE BARROS.	500	0,001%

## SETOR INDUSTRIAL DO RN (2)

# DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

ROOSEVELT GARCIA



Os critérios clássicos utilizados pela política de incentivos nacional convergem para princípios de inversões seletivas, segundo os quais os conceitos de indústria pioneira e preferência à utilização da matéria-prima local, despontam como irreversíveis. Tais posições merecem uma revisão urgente.

Imagine-se a hipótese em que três projetos industriais similares se implantem no Estado: o primeiro, de pequeno porte; o segundo, de médio porte; e o terceiro, de grande porte. Ainda nesta ordem, as três indústrias iniciam sua produção com um ano defasado: a primeira da segunda, e a segunda, também com o mesmo espaço de tempo, da terceira. Como o período de fruição dos incentivos é de cinco anos, o primeiro projeto (o menor) teria cinco anos de gozo de 60% dos incentivos; o segundo, quatro anos, e o terceiro, justamente por ser o maior, apenas três anos. Esta política, na verdade, tem um caráter restritivo e sugere a conveniência de que o Estado tenha apenas um exemplar raro e privilegiado em cada setor industrial.

A política vigente ainda considera merecedora de maiores estímulos aquela empresa que utiliza matéria-prima produzida no Estado, pelo fato de irradiar efeitos sobre o sistema econômico. Por sua vez, quem anunciou essa preferência, supôs a existência - em termos de oferta - de variada gama de matéria-prima processada pelo aparelho produtivo estadual. Um enunciado falso. A oferta de matérias-primas é pequena em termos de quantidade e de variedade. Sendo assim, a atual política industrial deveria oferecer mais estímulos àqueles empreendimentos que beneficiassem, em todos os níveis, o algodão, o sisal, a cera-de-carnaúba, a mandioca, etc. Na verdade, o Estado dispõe - a nível de possibilidade altamente provável - de ma-

térias-primas produzidas pelos setores químicos e minerais, cujos estudos demonstrarão nos próximos anos uma viabilidade econômica.

**DESMISTIFICAÇÃO** — A formulação seletiva que envolve o composto **enclave/pioneirismo** e **matéria-prima local**, parece inadequada a um Estado rigorosamente subdesenvolvido. Há ainda uma inadequação no emprego do conceito **enclave** àquelas empresas que não utilizam matéria-prima local. Essa situação, por si só, não caracterizava uma atividade de **enclave**. É oportuno esclarecer que essa situação sempre pressupõe a existência de uma empresa estrangeira, de uma atividade primária de **plantation** ou de **cunho extrativo**, típica a uma fase histórica das relações comerciais entre países que ficou conhecida como colonialismo. Uma indústria de origem nacional ou estrangeira que se instale consumindo matéria-prima produzida no país e que empregue mão-de-obra local, pague impostos, consoma energia, use telefones, instale-se no distrito industrial, adquira no comércio local todos os bens necessários à sua manutenção e mais - que venda seus produtos no mercado interno ou externo, que dano poderá causar a economia estadual? Ou ainda, que na hierarquia das preferências políticas seja preterida em favor, por exemplo, de uma indústria de confecções que não utiliza matéria-prima local mas que apresenta a teórica vantagem de integrar o Polo Têxtil?

Com base em estudos disponíveis sobre o emprego da mão de obra e os aplicando apenas na cidade do Natal, em 1978 a categoria **emprego disfarçado** - com ganhos iguais à metade do salário mínimo regional - atingia a elevada cifra de 42,8%,

abrangendo aproximadamente 84 mil habitantes.

De outro ângulo os referidos estudos ainda revelam que o desemprego aberto e o subemprego atingem a 26,6% ou seja, 53.000 habitantes (1).

Face ao exposto, pode-se chegar a três conclusões: **primeira**: que a política seletiva envolvendo o composto **enclave/pioneirismo industrial/matéria-prima local** é inadequada como política, para um Estado rigorosamente subdesenvolvido; **segunda**: que a política de aproveitamento das vocações naturais seja mantida, ampliada e encorajada sem contudo ocupar todo o espaço da ação governamental na área do desenvolvimento industrial; **terceira**: que deve haver uma filosofia que inspire, oriente e harmonize as decisões na área da política econômica e na área da política fiscal, tendo em vista uma coerência na definição de objetivos claros e não conflitantes.

(1) O'BRIEN, F.S. & SALM, C.L. - Desemprego e Subemprego no Brasil in Revista Brasileira de Economia - Vol. 24, n.º. 4, out/dez 1970-FGV.

**SIC** — Como foi ressaltado anteriormente, a formulação de uma política consciente para o setor nasceu, no Rio Grande do Norte, com a criação da Secretaria de Indústria e Comércio. Com efeito, existiam, antes da SIC, órgãos especializados atuando com política própria e/ou vinculados por lei a Secretarias que não tinham como finalidade principal a montagem de políticas e mecanismos destinados a promover o desenvolvimento industrial, turís-

tico ou mineral. Esse quadro permitiu dis-funções que se materializaram através de superposições de atividades, pela incoerência de políticas e ainda pela destinação inadequada de recursos dentro da mesma área. Isto posto, cabe qualificar a SIC, face às suas atribuições à nível de política setorial, aos programas e empresas que administra, como um órgão de administração complexa. Não é admissível que alguns órgãos, fundamentais na instrumentação da política econômica, fiquem atrelados a Secretarias, cujo objetivo principal esteja voltado para outras áreas da administração pública. Por essas razões chegaremos a uma outra conclusão: o atual sistema de indústria e Comércio está **desarrumado** e ineficiente tendo em vista que as suas políticas não orientam todos os instrumentos e órgãos do campo econômico.

**DIRETRIZES** — Primeira Linha de Ação Política: o desenvolvimento econômico do Estado continua dependente da ação do Governo Federal, através da política de desenvolvimento regional administrada pela SUDENE. Mantida a atual hierarquia de prioridade das inversões, na região - polo petroquímico, por exemplo - a distância entre os Estados, em termos de desenvolvimento global, tende a agravar-se e, notadamente, no que diz respeito ao setor industrial.

Partindo dessa constatação, convém que o Governo do Estado analise e apresente o problema ao Governo Federal, sugerindo medidas que alterem a tendência de concentração das inversões federais em determinadas áreas e ao mesmo tempo, passe a considerar indiscutivelmente prioritários os projetos viáveis que estão se implantando e pretendem se implantar nas regiões marginalizadas do processo e desenvolvimento industrial.

Segunda Linha de Ação Política: os programas e projetos que compõem o chamado Complexo Químico-Metalúrgico devem ter prioridade através de tratamento especial e preferencial, sobre qualquer outro estudo, considerando-se, pelo menos, duas razões: a) comprovada sua viabilidade os projetos, passarão a "comandar" o crescimento industrial de forma au-

tônoma e não dependente; e, b) porque são projetos de natureza complexa que exigem negociações junto ao Governo Federal, a órgãos técnicos nacionais e estrangeiros e à iniciativa privada. É importante cuidar para que esses programas não venham a ser subestimados, pelo fato de demandarem longo prazo para a sua materialização.

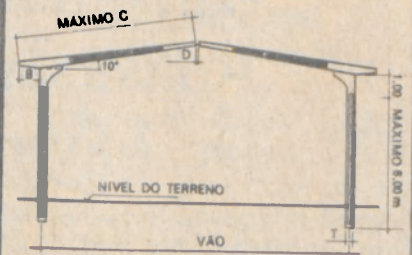
Terceira Linha de Ação Política: Considerando que a) o atual ritmo de crescimento industrial é insatisfatório, b) que existe um problema gravíssimo em termos de baixa renda e subemprego da população urbana e, c) que os projetos do complexo Químico-Metalúrgico somente se viabilizarão no longo prazo, através de um elenco de incentivos fiscais/financeiros, visando atrair pequenos, médios e grandes projetos que se destinem a produzir bens no Estado, com ou sem similar, utilizando ou não matéria-prima local.

Quarta Linha de Ação Política: Considerando que os atuais incentivos se dirigem para empreendimentos novos, basicamente, para a fase de implantação, sugere-se que se eleja, como igualmente importantes, as empresas existentes e viáveis, que aumentam a sua produção através da elevação da produtividade e da expansão da capacidade produtiva através de novos estímulos inseridos nos instrumentos fiscais/financeiros/locacionais.

Quinta Linha de Ação Política: a micro-empresa familiar, que empregue menos de dez pessoas e que esteja organizada como pessoa jurídica ou não, deve ser assistida dentro de uma linha de artesanato ou de um programa próprio simplificado nos aspectos operacionais e realmente ajustado a esse tipo de atividade.

Sexta Linha de Ação Política: os projetos definidos como agroindustriais, devem ser tratados a nível de programa com mecanismo de apoio próprio. De outro lado, sugere-se que os estudos de aproveitamento industrial da produção agrícola do projeto Baixo Açú e dos outros projetos de irrigação e de colonização, entre outros sejam acelerados face as medidas que deverão ser adotadas visando o aproveitamento industrial dos seus produtos.

## NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.



Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulo, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça informações e compreve!

### POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natal-RN. Filial: Mossoró-RN.

As empresas de pesca do Estado do Rio Grande do Norte, abaixo relacionadas, através de sua Associação, sentem-se honradas em compartilhar dos festejos em comemoração pelo transcurso do 1º. Aniversário de Governo do Exmo. Sr. Dr. Lavoisier Maia Sobrinho, enfatizando o apoio e solidariedade com que as tem distinguido em defesa da nossa causa, e conseqüentemente, em prol do desenvolvimento do Estado.



**em pesca s.a.** CONSTRUÇÕES NAVAIS, PESCA E EXPORTAÇÃO



# INFORMAÇÃO ECONÔMICA

## CAPITAL ESTRANGEIRO

FRANCISCO LOPES FILHO, presidente da **Lopes Consultoria de Imóveis** - de São Paulo - em entrevista concedida aos principais veículos de comunicação do país, defende a entrada de capitais estrangeiros no setor de construção civil. A proposta, segundo Lopes, teria a simpatia de setores ministeriais do governo federal. Como parte da "barganha", os capitais estrangeiros não ingressariam na área do SFH. Considerando a instabilidade econômica do setor privado nacional da construção civil, alguns observadores econômicos acham a medida, no mínimo, arriscada, pois, segundo os mesmos observadores, ao capital investido certamente se somariam a tecnologia alienígena e os instrumentos de execução - isto é, os próprios investidores trariam empresas coligadas para empreenderem no setor.

## ÍNDICE DE EMPREGO

O Índice de oferta de empregos no setor industrial continua caindo. Em dezembro, caiu 12% em relação a novembro, e 27,6% em relação a dezembro/78.

## FINOR/RECURSOS PRÓPRIOS

Máquinas, equipamentos e instalações, diretamente ligadas ao processo produtivo e integrantes de unidades industriais que venham a ser transferidas para o Nordeste, serão admitidas como contrapartida de recursos próprios para efeito de subscrição de capital social de pessoas jurídicas - obedecidos os critérios da Resolução nº. 8.238/80 da SUDENE, que instituiu tal prerrogativa.

## CUSTEIO ÀS REFLORESTADORAS

As instituições financeiras integradas ao Sistema Nacional de Crédito Rural poderão conceder crédito para custeio de espécies agrícolas alimentícias, integradas aos projetos florestais. O cultivo agrícola, para merecer o benefício do crédito agrícola, deve ser efetuado dentro de três modalidades pré-estabelecidas: cultura intercalada, cultura paralela e cultura antecipada.

Cultura intercalada é aquela realizada entre as linhas do matiz florestal ou dos pomares. Os custos financiáveis serão apenas aqueles não cobertos pelos incentivos fiscais. Podem ser objeto do custeio, por exemplo, a aquisição de sementes e fertilizantes, o plantio, os tratamentos culturais e a colheita. O preparo do terreno (destocamento, aração, etc.) já é coberto pelos incentivos e, portanto, exceto dos custos.

Cultura paralela é aquela efetuada em local diverso de onde é executado o projeto de reflorestamento, embora na mesma área ou em área contígua. Nesse tipo de cultivo, são financiáveis todos os gastos - desde o preparo do terreno até a colheita, incluindo a aquisição de sementes, fertilizantes e defensivos.

Cultura antecipada é aquela feita na área onde será posteriormente executado o projeto de reflorestamento e antecederá, de até 1 ano agrícola, ao plantio da essência florestal. Admite-se o financiamento total, na mesma forma da cultura paralela. (Carta Circular 411 de 15/02/80 - BCB/DERUR).

## ORTNs

O valor atribuído a cada ORTN, para o mês de abril/80, é de Cr\$546,64 e o acréscimo referente à correção monetária aplicável, é de 3,7% (Portaria/MF nº. 129 - 08/02/80).

## POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS

A partir de 25 de fevereiro desse ano (Portaria BCB/DERUR nº. 505) todas as instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural, estão integradas na execução das operações da política de preços mínimos - que vinha sendo conduzida exclusivamente pelo Banco do Brasil. A referida Portaria editou regulamento para aquisições e financiamentos que amparam o programa.

Só para citar como exemplo, válido para o RN, acham-se amparados pelo programa, para efeito de aquisição e financiamento, os seguintes produtos: algodão, carnaúba, castanha-de-cajú, feijão, frango (carcaça), mamona, mandioca, milho, pescados e sisal.

## JUROS BANCÁRIOS

Prosseguem as negociações entre o governo e os banqueiros à procura de um meio-termo entre a taxa livre e o tabelamento de juros. O ministro Delfim Neto advoga uma terceira solução, para a qual usou ingredientes das duas fórmulas: administrar os juros sem tabelá-los, mas sem deixar de controlá-los.

Reforçando a sugestão ministerial, um sutil aviso do próprio Delfim no sentido de que, se o acordo de cavalheiros não fôsse respeitado, "o congelamento virá de cima para baixo, por determinação do governo" - segundo interpretação de um banqueiro.

# A TENDÊNCIA DA PRESSÃO SALARIAL DOS SINDICATOS SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA

PAULO PEREIRA DOS SANTOS

Os movimentos grevistas havidos, ultimamente, no Brasil, e o poder que os sindicatos trabalhistas estão conseguindo, favorecidos pela chamada "Abertura", mostram-nos o surgimento de um novo fator a influenciar o aumento salarial, contribuindo para a ascensão dos preços dos produtos e serviços.

Não é preciso se delongar muito escrevendo para explicar isso. É o bastante se recordar das greves feitas pelos metalúrgicos e trabalhadores da construção civil, para se ter a sintomatologia dessa nova força nascente.

Para termos uma idéia melhor dessa força em outras economias do mundo, iremos verificar que a Inglaterra, a Itália e mesmo os Estados Unidos vivem, há muito tempo, acossados pela ação sindical dos trabalhadores. Nesses países, além dos monopólios empresariais, existem também os trabalhistas. Esses dois exercem o mesmo papel no processo inflacionário. Os monopólios ou oligopólios empresariais perseguem uma política de crescimento de preços dos seus produtos e serviços; por outro lado, os monopólios sindicais procuram captar alguns lucros daqueles para o trabalhador. O interessado é que, a despeito das disputas frequentes, os monopólios empresarial e trabalhista conspiram de comum acordo para o aumento dos preços dos produtos monopolizados nesses países. Um outro aspecto a considerar, é o de que o monopólio sindical, geralmente, tem mais poder de barganha do que o empresarial. Este, comumente, fortalece àquele. Isso é verificado, claramente, nas empresas de utilidade pública, quer sejam de iniciativa privada ou estatal. Na verdade, os sindicatos dos trabalhadores constituem, nesses países, uma força respeitável, que influi poderosamente, na política salarial e na subida dos preços das mercadorias e serviços.

O efeito da pressão salarial sobre a inflação, oriundo da ação dos sindicatos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, ainda é um assunto bastante controverso e discutido entre muitos economistas. A maioria considera um problema sé-

rio e crucial. Já MILTON FRIEDMAN e outros monetaristas não concordam com isso. Estes acreditam que o poder dos sindicatos para elevar os salários tem sido muito exagerado. E afirmam que se as autoridades monetárias tiveram uma posição rigorosa e mantiverem restrita a oferta de moeda, isto é, se aumentarem o estoque de moeda apenas o suficiente para manter equilibrado o nível de preços em 3 ou 5% ao ano, os sindicatos trabalhistas se desestimularão nas suas reivindicações salariais. Admitem, ainda, eles, que esse tipo de medida tomada pelas autoridades monetárias produzirá uma tendência não inflacionária transitória, que poderá ser acompanhada de algum desemprego temporário, mas os sindicatos entenderiam logo que na ausência da inflação eles não poderiam mais esperar o mesmo aumento anual nos salários como antes faziam.

Como toda teoria, esta tem também sua relatividade. Ela poderá ser válida para uma economia como a dos Estados Unidos, mas poderá não ser para a do Brasil. Seu sucesso vai depender muito da taxa de desemprego, do índice inflacionário e da taxa do crescimento do PNB na época das medidas adotadas.

Não vamos aqui criar polêmicas sobre a validade ou não da teoria dos monetaristas pois assim estaríamos fugindo dos propósitos deste artigo.

Na verdade, é uma questão bastante complexa e discutível. Agora, não se pode esquecer de que essa pressão salarial tem uma certa força capaz de intensificar a inflação. E é a isto que estamos procurando dar ênfase, visando uma tomada de precauções adequadas em direção ao futuro problema brasileiro.

É bom lembrar que, para se evitar que no Brasil ocorra essa manifestação sindical exagerada, o governo precisa, desde já, disciplinar a política dos sindicatos a tal ponto de frustrar quaisquer tendências monopolizantes dessas entidades sindicais. É claro que o governo, ao disciplinar, não significa tirar dos trabalhadores seus direitos de greve e suas condições humanas de sobrevivências, mas assegurar-lhes mais



estabilidade, garantia e paz para sua família. Como se sabe, nem todo movimento grevista tem seus objetivos justos; às vezes, servem de instrumento para o esquerdismo e outras ideologias que só vêm produzir violência e tirar a ordem do país. E sem ordem, Nação nenhuma terá sua economia equilibrada. E para se comprovar isso, não é necessário buscar experiência em outras economias do mundo; é o bastante se voltar para a do Brasil no período que antecedeu 1964, para se verificar essa assertiva. Restabelecidas a ordem e a disciplina, a partir de 1964, O Brasil experimentou o seu maior período de crescimento econômico, porque havia ambiente de ordem para se planejar e executar de forma racional.

É de se prever para a nação brasileira esse tipo de vetor inflacionário, decorrente do favorecimento legal e da conseqüente liberalidade que os sindicatos trabalhistas vêm ganhando com a redemocratização do país.

Os metalúrgicos já estão reivindicando o salário produtividade, além do que já conseguiram em termos de uma substancial melhoria salarial. E essa semente reivindicatória deles deverá estar no campo fértil das idéias de outras classes trabalhadoras que, posteriormente, germinará e eclodirá também em movimento de caráter grevista.

Não nos iludamos de que essa pressão salarial, provocada pelos sindicatos do trabalhador, virá com toda força, a não ser que as tendências dos rumos das coisas atuais sejam mudadas por uma ação enérgica, legal ou até antidemocrática do governo.

O importante é que a administração oficial brasileira prepare, organize e equilibre a economia, fortalecendo-a de tal modo a poder receber esse impacto sindical. Porque com essa inflação galopante e esse desequilíbrio no balanço de pagamentos será mais difícil de se chegar a bom termo.



# O OBJETIVO DA FIERN É O DE PARTICIPAR

Órgão representativo dos industriais do Rio Grande do Norte, a FIERN está consciente do seu papel, em relação aos órgãos governamentais. E fará tudo para exercê-lo.

Aplaudindo, discordando, discutindo, apoiando, argumentando, protestando, apelando, reivindicando, influenciando... Mas sempre participando.

Exercendo este papel, a FIERN tem consciência de estar colaborando com os governantes.

E é esta a contribuição que pretende continuar oferecendo ao governo, da maneira mais leal, amiga e participante.

Mesmo porque o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e a melhoria da qualidade de vida do seu povo é objetivo comum.



FIERN — Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte

# INFORMAÇÃO LEGAL

## LOTEAMENTOS: NOVA LEI

JOVENTINA SIMÕES DE OLIVEIRA

Desde dezembro passado, está em vigor a Lei nº. 6.766, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano - isto é, a subdivisão de terrenos urbanos em lotes, destinados à edificação.

A lei vigente, considera a subdivisão em lotes, sob dupla denominação: **loteamento** e **desmembramento**. A primeira, ocorre quando o interessado se propõe a abrir no terreno que pretende subdividir, novas vias de circulação, criar espaços para logradouros públicos ou se propõe a modificar ou ampliar as vias existentes. A segunda denominação, refere-se ao parcelamento que aproveita o sistema viário existente.

O parcelamento urbano só será admitido em zonas urbanas ou de extensão urbana como tais definidas por lei municipal.

Não se concederá o parcelamento:

a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, senão depois de executadas providências para o escoamento das águas;

b) em terrenos aterrados com material nocivo à saúde pública (salvo se estiverem previamente saneados)

c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, exceto se forem atendidas determinadas exigências requeridas por leis específicas do governo municipal;

d) em terrenos cujas condições geológicas desaconselhem a edificação;

e) em áreas de preservação ecológica ou naquelas em que a poluição obrigue a condições sanitárias insuportáveis - exceto se essas condições forem corrigidas.

### REQUISITOS PARA O LOTEAMENTO

Antes da elaboração do projeto definitivo, o empreendedor deverá empreender uma série de pré-requisitos, como condições mínimas exigidas pela lei, para viabilizar a concessão do parcelamento. Pelo menos cinco providências deverão merecer especial consideração dos interessados no parcelamento, para satisfazer às exigências do órgão concedente:

a) as áreas destinadas à circulação, os espaços livres de uso público e os equipamentos urbanos e comunitários, guardarão proporcionalidade com a densidade de ocupação prevista para a gleba. Em qualquer hipótese, entretanto, essa ocupação

não poderá ser inferior a 35% da área do terreno, exceto nos loteamentos destinados ao uso industrial, cujos lotes forem maiores do que 15.000 M<sup>2</sup>, caso em que a referida percentagem poderá ser reduzida;

b) os lotes terão área mínima de 125 M<sup>2</sup>, com uma frente mínima de 5 metros. A única exceção a essa exigência, só se aplica nos casos de edificação de conjuntos habitacionais de interesse social ou projetos de urbanização específica. Não obstante a recomendação legal, a legislação estadual ou municipal poderá determinar maiores exigências. Aliás, o espírito da lei se orienta no sentido de facultar ao município, a criação de dispositivos complementares - adjetivando o diploma legal - desde que não conflite com os princípios gerais expostos no referido texto legal;

c) o interessado fica obrigado a reservar uma faixa **non aedificandi** (espaço vedado à edificação) de 15 metros de cada lado do terreno, na hipótese de o projeto de parcelamento se situar em trechos de rodovia, ferrovia, duto, águas correntes e dormentes. Também a esses requisitos a lei 6.766/79 admite a inclusão de novas exigências por parte do município - inclusive, a reserva de faixa **non aedificandi** para implantação de equipamentos urbanos;

d) as vias de circulação implantadas no parcelamento, deverão articular-se com as vias oficiais e harmonizar-se com a topografia do local.

### EXAME PRÉVIO DO PROJETO

Ainda preliminarmente à sujeição do projeto completo à Prefeitura Municipal, o interessado deverá requerer à Prefeitura competente, a definição de diretrizes para o uso do solo. O requerimento será instruído com a planta do imóvel e informações sobre as divisas do terreno a ser loteado; curvas de nível (exigência que poderá ser dispensada pela Prefeitura); localização dos cursos d'água, bosques e construções encravadas na área ou em área contígua; indicação das ruas vizinhas ao perímetro da gleba; vias de comunicação, áreas livres, equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada; o tipo de utilização principal a que o loteamento se destina.



**\*\* A articulista é advogada, especialista em Direito Imobiliário. Neste artigo ela aborda, de forma direta e informativa, a rotina exigida pela nova lei, para concessão de autorização de projetos de loteamentos.**

O requerimento prévio objetiva conhecer o pensamento do Poder Público Municipal, a quem compete a aprovação do projeto sobre o uso do solo a ser parcelado: o traçado dos lotes, o sistema viário, os espaços livres e as áreas reservadas para equipamentos urbanos e comunitários. Com essa providência, o empreendedor poderá elaborar seu projeto confiante na decisão oficial, já que o acatamento das diretrizes tacitamente, o consenso para a formação do projeto.

Em resposta ao requerimento, a Prefeitura Municipal indicará, nas plantas apresentadas pelo interessado, as ruas e/ou estradas existentes ou projetadas integrantes do sistema viário da cidade, devidamente relacionados com o loteamento, que deverão ser respeitadas; o traçado básico do sistema viário principal; a localização dos terrenos destinados à comunidade e à urbanização, bem como as áreas livres; as faixas do terreno destinadas ao escoamento das águas pluviais e faixas não edificáveis; a definição de zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis (se residencial, por exemplo, o uso predominante da área, a compatibilização com outros tipos de instalações).

As diretrizes expedidas pela Prefeitura Municipal vigorarão até dois anos contados de sua expedição. Depois desse prazo, caducará o projeto e o interessado requererá sua revisão, submetendo-se a novas diretrizes, porventura adotadas pela Prefeitura para aquela área.

### O PROJETO DE LOTEAMENTO

Devidamente orientado pelas diretrizes,

o interessado submeterá, então, o projeto à aprovação da Prefeitura - dessa vez com acréscimo de desenhos, memorial descritivo, título de propriedade, certidão negativa de ônus reais e de tributos municipais. Os desenhos deverão conter: subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração; o sistema viário, com a indicação da hierarquia; as dimensões lineares e angulares do projeto; os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças; a indicação dos marcos de alinhamentos e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas; a indicação em plantas e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais.

O memorial descritivo, obrigatoriamente, conterá: descrição sintética do loteamento; condições urbanísticas e limitações dos lotes e construções constantes do loteamento; indicação das áreas públicas que integrarão o patrimônio do município; enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos, existentes no loteamento e em adjacências.

A aprovação do projeto compete originalmente às Prefeituras Municipais. Todavia, em alguns casos, o Governo do Estado é convocado para examinar o projeto oferecendo ou não sua anuência: quando o loteamento se localizar em áreas de interesse especial (patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico ou de proteção aos mananciais.); quando o loteamento for localizado em área limítrofe do município ou pertença a mais de um município; quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 de metros quadrados.

Aplicam-se ao **desmembramento** as disposições comuns ao loteamento, ressalvando-se as tipicidade aplicáveis a cada espécie, distintas já inicialmente e a apresentação de elementos para o exame prévio. No **desmembramento**, as exigências para aprovação do projeto são mais simples. O interessado fará acompanhar seu requerimento do título de propriedade e da planta do imóvel a ser desmembrado, incluindo apenas a indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos, a indicação do tipo de uso predominante no local e a divisão de lotes pretendida para a área.

### O REGISTRO DO LOTEAMENTO

Até cento e oitenta dias contados da aprovação do projeto de loteamento ou desmembramento, o loteador deverá promover o competente registro imobiliário sob pena de caducar a aprovação, além de outras cominações - inclusive penais.

O requerimento para o registro deverá estar acompanhado do título de propriedade do imóvel e o histórico - comprovado -

dos títulos de propriedade, abrangendo os últimos vinte anos; certidões negativas de tributos, de ações reais (10 anos), de ações penais (crime contra o patrimônio e contra a administração pública), de protesto de títulos (10 anos), de ações pessoais contra o loteador (10 anos), de ônus reais relativos ao imóvel, de ações penais contra o loteador (10 anos), da cópia do ato de aprovação do loteamento, de um exemplar do contrato padrão de promessa de venda, cessão ou promessa de cessão e de declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.

Em conformidade com o texto legal, fica vedada a venda ou promessa de venda de terreno loteado ou desmembrado, não registrado. A penalidade imposta ao loteador faltoso - de caráter econômico - consiste na suspensão do pagamento das prestações pelo adquirente que depositará os valores vincendos no cartório de registro de imóveis competente. Este, por sua vez, fará o depósito das importâncias recebidas, em conta especial junto aos estabelecimentos de crédito, que favoreça a aplicação de juros e correção monetária aos valores depositados. Regularizada a situação faltosa, poderá o loteador levantar as quantias depositadas - através de autorização judicial - notificando, a partir de então, aos adquirentes de que poderão pagar suas prestações diretamente ao responsável pelo recebimento.

### AS PENALIDADES

Quem resolver empreender um loteamento ou desmembramento, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com a Lei 6.766/79 - ou ainda, contrariamente às normas baixadas pela Prefeitura Municipal competente - pratica crime contra a administração pública. Igualmente incorrerá na mesma tipicidade, quem veicular proposta, contrato ou comunicação ao público ou a interessado, contendo afirmação falsa sobre a legalidade do projeto, assim como a ocultação fraudulenta de fato a ele relativo. A pena é de 1 a 4 anos de reclusão e multa de 5 a 50 vezes o maior salário mínimo vigente no país. O crime será qualificado, se cometido com inexistência de título de propriedade ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo - ou se o interessado não registrou o loteamento ou desmembramento e manifesta a intenção de vendê-lo através de instrumentos formais. A pena, na hipótese, é aumentada de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 10 a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no país.

### OS CONTRATOS

Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão, poderão ser feitos por escritura pública ou por

instrumento particular. No último caso, um exemplar do contrato padrão deverá ser depositado no cartório de registro de imóveis competente. Tais contratos são irretratáveis quanto aos seus efeitos, desde que observadas as normas aplicáveis aos contratos em geral - especialmente quanto à tipicidade, capaz de conferir direito real oponível a terceiros - e subsidiária e particularmente às condições objetivas estabelecidas pela Lei 6.766/79. No mínimo, os instrumentos de contrato deverão conter as seguintes indicações: a) nome, registro civil, cadastro fiscal no Ministério da Fazenda, nacionalidade, estado civil e residência dos contratantes; b) denominação e situação do loteamento, número e data da inscrição; c) descrição do(s) lote(s) que for(em) objeto(s) de compromisso, confrontações, área e outras características; d) preço, prazo, forma e local de pagamento e valor do sinal; e) taxa de juros incidente sobre o débito em aberto e sobre as prestações vencidas e impagas, bem como a cláusula penal (que não poderá exceder a 10% do débito, nem poderá ser aplicada senão nos casos de intervenção judicial ou de mora superior a três meses); f) responsabilidade do pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o lote compromissado; g) declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento.

O contrato será formado em tripla via - ou extraído em três traslados - sendo uma para cada contratante e uma para o arquivo no registro imobiliário, após registros e anotações.

Se o contrato for firmado por procuradores de qualquer das partes, o instrumento de mandato será obrigatoriamente arquivado no competente registro imobiliário.

Se vencida e impaga a prestação, o contrato será considerado rescindido, 30 dias após a constituição em mora do devedor. Na hipótese, permanece a formalidade de intimação do devedor-adquirente pelo Oficial do Registro de Imóveis. Purgada a mora - isto é, comparecendo o devedor ao pagamento da prestação, mais o pagamento de juros e custas da intimação - convalescerá o contrato. Se, ao contrário, o devedor não comparecer, o vendedor - munido de certidão de não haver sido paga a prestação - requererá ao Oficial do registro imobiliário o cancelamento da averbação.

Em qualquer hipótese de rescisão por descumprimento de obrigação contratual, o vendedor se obriga pela indenização de benfeitorias necessárias ou úteis, não prevalecendo qualquer disposição contratual em contrário, exceto se as benfeitorias forem realizadas em desconformidade com as estipulações do contrato ou da lei.

## PIPELINE FILIAL

• **GEORGE SIMINEIA**, acredita no potencial do comércio natalense, por isso continua investindo firme na sua **PIPELINE**, especializada em confecções, artigos para presentes e brinquedos. A loja contará a partir do próximo mês com um novo espaço físico para melhor atender aos seus clientes.

A nova loja ficará em anexo a **PIPELINE** e contará com departamentos exclusivos para presentes e brinquedos. (Rua Ulisses Caldas, 205/205 A.)



## LOJA SUL DA BOM BOCADO

• A **BOM BOCADO DOCES FINOS**, inaugurou a sua filial na zona sul, na Sobre Loja - 3 do Edifício ELALI à Av. Nascimento de Castro. A Bom Bocado Filial, coloca à disposição de seus habitués, mesinhas para lanches e os deliciosos salgadinhos feitos por seus habilidosos artesões. A sra. *Genilda, Lopes Asfora*, proprietária da casa, recebe também encomendas para recepções de aniversários, casamentos e lanches em geral.

## LOTEAMENTO SERIDÓ

• Depois do sucesso alcançado nas vendas do Loteamento Parque Alecrim, a **IMOBILIÁRIA SANTOS**, volta a investir na área de Macaíba, desta vez com o loteamento *Granja Seridó*, e em parceria com a Construtora Rebello Flor e João da Mata, próximo a sede campestre do alecrim Futebol Clube. O projeto de loteamento constará de mini-granjas, nas dimensões de 20x40m e 20x50m e o lançamento está previsto para o próximo mês de abril.



## LETÍCIA'S POP

• **LETÍCIA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA**, abre mais uma Boutique no CCAB, **LETÍCIA'S POP**. A nova loja recebe artigos do sul do país no mais moderno estilo e das melhores etiquetas. Tendo como destaque na sua Boutique o atendimento feito por jovens da sociedade, tornando assim mais agradável as compras.

**LETÍCIA'S POP** fica no Centro Comercial Aluizio Bezerra lojas 2 e 3.

## PRESENTES E MÓVEIS

• Desde dezembro passado, a Loja dos Presentes (rua Coronel Cascudo 333) instalou um departamento de móveis. A característica marcante desse departamento é a linhagem dos conjuntos ali expostos. Etiquetas dos melhores "designeres" do país valorizam marcas tradicionais.

## CIDADE DO NATAL

• A **SOUTO ENGENHARIA**, lançou neste começo de ano o **EDIFÍCIO CIDADE DO NATAL**.

O Edifício localizado no centro da cidade, na esquina da Deodoro com a Rua João Pessoa, contará com 4 andares destinados a garagem e os demais para salas de escritórios e lojas comerciais. A inauguração do *Cidade do Natal* está prevista para o fim do ano. *Mário Roberto Souto Filgueira Barreto*, diretor comercial da Souto Engenharia, encontra-se à frente do departamento de vendas e espera concluir todos os negócios até setembro próximo.

## RIO CENTER MÓVEIS

• A **Rio Center**, na rua João Pessoa, dispõe agora de um pavimento só para mobiliário e artigos para decoração. O departamento de móveis e decorações mantém exclusividades de algumas fábricas de móveis de estilo e é integrada ao sistema de crédito personalizado criado por Flávio Alcides Araújo.

## ENDEREÇO NOVO

• A **EQUIPE**, empresa que representa em Natal os famosos móveis da **L'ATELIER**, está agora em novo endereço: Avenida Prudente de Moraes, esquina com a Rua Mipibu. Laurence Nóbrega, diretor da **EQUIPE**, tem recebido os maiores elogios da sua clientela por conta do gabarito das novas instalações de sua loja.

## ESCRIBA PARA ESCRITÓRIO

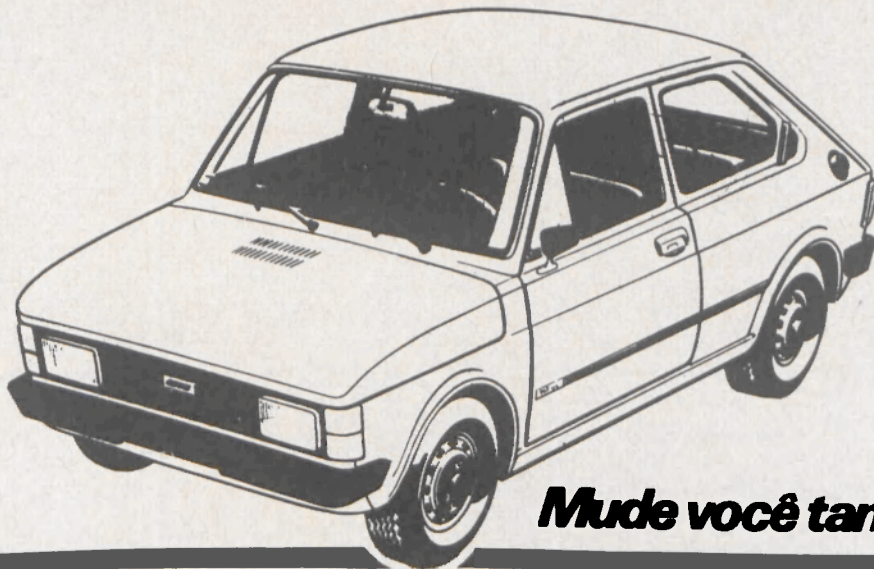
• A **CHRIS DECORAÇÕES**, a cada dia que passa, se consolida como a melhor loja de móveis residenciais de classe, em Natal, revendendo na praça o que de melhor se fabrica no sul do país. Porém, **SÉRGIO FREIRE** e **GERALDO MAGELA**, dirigentes da **CHRIS**, não se acomodam facilmente. Agora eles partem para ingressar no mercado de móveis para escritórios. Contando com a representação exclusiva da linha **ESCRIBA**, eles estão participando, com êxito, das concorrências públicas e, ao mesmo tempo, fornecendo seus produtos a grandes empresas locais.

## BUTTERFLY SHOP

• Com a apresentação da coleção inverno/outono 80, **DIONE** e **ALMEIDA**, marcaram a inauguração da **BUTTERFLY SHOP**, Boutique coligada a Pávilon que conta com experiência no mercado da moda em Natal.

A **BUTTERFLY SHOP** está localizada no Centro Comercial Aluizio Bezerra - CCAB, (Loja 1), e se propõe a trazer para as suas clientes o que existe de mais moderno em modas no país, em especial os lançamentos do eixo Rio - São Paulo.

# Nada é sagrado. O Fiat mudou.



**Mude você também.**

*Você que já conhece o Fiat vai querer mudar como ele mudou.  
Quem não conhece, vai mudar da mesma forma.  
Venha conhecer de perto os novos Fiat linha Europa.  
Vamos mostrar para você tudo o que está diferente  
nos novos Fiat e, está claro, você vai mudar também.*

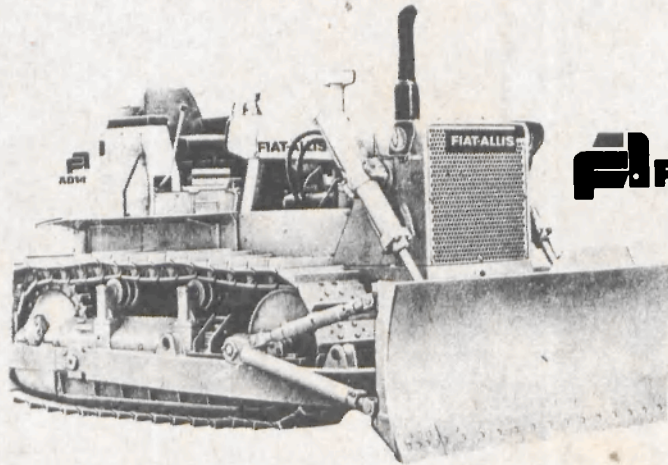


**FIAT 147 QUALIDADE QUE DÁ VALOR AO SEU DINHEIRO**

## **Navona Veículos**

Av. SALGADO FILHO 3540 Fone: PABX 231-3848

# A TURMA DA PESADA



**FIAT-ALLIS**



**PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"**

**TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"**



**GUINDASTES "GALION" ATÉ 14 TONELADAS**



**Empilhadeira Valmet 3000E**



**MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"**



**TRATORES DE PNEUS E EMPILHADEIRAS "VALMET"**

**E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS**



**COMERCIAL WANDICK LOPES S/A**

R. TEOTONIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN  
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.